A marble statue of a bearded man, likely a philosopher, in a thinking pose. The statue is shown from the chest up, with its right hand resting on its chin. The background is a clear blue sky. The image is partially overlaid by a dark blue vertical band on the right side, which contains the title and author information. A bright green triangle is visible in the top-left corner of the overall image.

PENSAMENTOS PARA UM MUNDO EM TRANSIÇÃO

ORGANIZADO POR
CARLOS COLECT

O tempo atual traz questões peculiares sobre a nossa história e, por consequência, convida-nos, enquanto humanidade, a pensar e a refletir sobre os caminhos que trilhamos. Da mesma forma em que outros períodos críticos da civilização convidaram pensadores a trazerem luz na confusão produzida pelas incertezas e extremos de uma fase transicional, somos também convocados a sair da superficialidade e aprofundar o pensamento.

Esta antologia, portanto, é um caminho para a reflexão sobre o Ser-social contemporâneo e seus contextos, como o racismo e a diversidade, a violência doméstica, a verdade e a moral, os mecanismos de defesa da mente humana e o modo de vida indígena, objetivando possibilitar novas narrativas sobre o mundo atual.

Carlos Colect

CORPO EDITORIAL

Editora-chefe:

Dra. Zélia Halicki

FICHA CATALOGRÁFICA

P418 Pensamentos para um mundo em transição [livro eletrônico] / Carlos Colect (org.). Ponta Grossa: ZH4, 2021.

125 p.; *e-book* PDF

ISBN *e-book*: 978-65-995863-6-1

DOI: 10.51360/zh4.202112-13

1. Antologia. 2. Psicanálise. 3. Teologia. 4. Filosofia. 5. Antropologia. 6. Direito.
I. Colect, Carlos (org.). II. Colect, Carlos (org.). III. T.

CDD: 304

Ficha Catalográfica elaborada por Maria Luzia F. B. dos Santos CRB 9/986.

Diagramadora: Maiara Souza

Esta é uma obra que tem objetivo de disseminar o conhecimento.

A responsabilidade pelo conteúdo e autenticidade de cada artigo é atribuída a seus autores.

SUMÁRIO

Capítulo 1	CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA MENTE RACISTA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE	06
	<i>Carlos Colect</i>	
	DOI 10.51360/zh4.202112-13-p.06-22	
Capítulo 2	MECANISMOS DE DEFESA DO EGO	23
	<i>André Pullig e Dionísio Fleitas Maidana</i>	
	DOI 10.51360/zh4.202112-13-p.23-37	
Capítulo 3	UM OLHAR ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	38
	<i>Ariane Pimentel Feltrin Barth</i>	
	DOI 10.51360/zh4.202112-13-p.38-57	
Capítulo 4	A DIVERSIDADE E A FILOSOFIA NUM OLHAR AFROBRASILEIRO	58
	<i>Edicélia Maria dos Santos de Souza</i>	
	DOI 10.51360/zh4.202112-13-p.58-69	
Capítulo 5	πᾶς ou ἀληθεια? JESUS COMO A ENCARNAÇÃO DA VERDADE NA HISTÓRIA E O FIM DO RELATIVISMO MORAL	70
	<i>Fernando dos Santos Lopes</i>	
	DOI 10.51360/zh4.202112-13-p.70-83	
Capítulo 6	APRENDENDO COM O NHANDEREKÓ	84
	<i>Caroline Willrich</i>	
	DOI 10.51360/zh4.202112-13-p.84-98	
Capítulo 7	POSIÇÕES POLÍTICAS E SEUS ASPECTOS PSICOSSOMÁTICOS ...	99
	<i>Bernadete Iaciuk e Ubiratã Assis Teixeira da Silva</i>	
	DOI 10.51360/zh4.202112-13-p.99-121	
	SOBRE O ORGANIZADOR	122
	SOBRE OS AUTORES	123

APRESENTAÇÃO

Pensamentos Para Um Mundo em Transição é uma coletânea de artigos que abrange diversas áreas do conhecimento, tais como: Psicanálise, Teologia, Filosofia, Antropologia, Direito. Propõe-se, com estes múltiplos olhares, contribuir para a expansão da visão sobre o Ser Humano e a Sociedade em que vivemos, os quais passam por momentos críticos de alterações em sua configuração.

De tempos em tempos, transforma-se o mundo, visto que a Vida é movimento e cada movimento produz uma transformação. Ideias nascem, pensamentos surgem e tudo se recria. O ciclo da evolução não cessa, em nenhum instante. Dores, sofrimentos e crises renascem nos períodos em que o Mundo encontra uma nova forma. Este é um processo natural que, como afirmou o sábio, é constante: “Geração vai e geração vem; mas a terra permanece para sempre. [...] O que foi é o que há de ser; e o que se fez, isso se tornará a fazer; nada há, pois, novo debaixo do sol. Há alguma coisa de que se possa dizer: Vê, isto é novo? Não! Já foi nos séculos que foram antes de nós (ECLESIASTES 1.4,9,10)”.

O contexto social tem mudado consideravelmente. As famílias, os relacionamentos, as mulheres, os homens, a moral, enfim, a vida como um todo vem se desligando dos padrões e modelos da geração passada. Ideias autoritárias, que outrora aprisionavam a humanidade, têm cedido lugar às ideias libertárias. Temos nos permitido contemplar novas formas de viver, para além daquelas impostas. Isto é bom, porém, toda transição necessita de cuidados especiais, pois, naturalmente, gera um desequilíbrio.

Levando em consideração a transição para novos modelos, objetiva-se, aqui, uma maior compreensão dos seguintes temas vigentes na atualidade: o racismo e a diversidade, a violência doméstica, a verdade e a moral, os mecanismos de defesa da mente humana e o modo de vida indígena.

Carlos Colect

(Organizador da obra)



CAPÍTULO 1
CONSTRUÇÃO E
DESCONSTRUÇÃO
DA MENTE
RACISTA:
CONTRIBUIÇÕES
DA PSICANÁLISE

CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA MENTE RACISTA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE

Carlos Colect¹

RESUMO

O presente artigo se propõe a discutir as seguintes questões acerca do racismo: O que se entende como racismo e qual o mecanismo histórico e psíquico que o origina? A Sociedade contemporânea se percebe racista? O que ela compreende como racismo ou ação racista? O indivíduo racista se compreende como tal ou somente projeta sobre o outro este perfil? Onde se encontra o racismo em nosso contexto social? Ele está na base estrutural e institucional? Existe um racismo que é vivido no campo inconsciente? Como podemos elucidar a afirmação “Somos racistas por natureza”, conforme os estudos de Eagleman e Mlodinov?² Para tanto, utilizando-se de testes sociais já realizados por redes de televisão e ONGs, observações psicanalíticas, reflexões filosóficas e elementos da Neurociência compreende-se que o racismo é constituinte de um processo disfuncional do sistema de discriminação natural e cerebral e, de igual modo, uma construção psicossocial e uma mentalidade que transita no inconsciente coletivo.

Palavras-chave: Discriminação. Inconsciente. Psicanálise. Racismo.

1 INTRODUÇÃO

A Psicanálise pode contribuir para amenizar o comportamento racista e suas influências nocivas na vida daquele (adulto ou criança) acometido por esse ato? Por certo que sim. Compreendendo que, essencialmente, como veremos, o racismo é resultado do uso de mecanismos de defesa do Ego, bem como um sintoma revelador de que o fenômeno mental e cerebral, por vezes, inconsciente - individual ou social, pessoal ou coletivo -, sofreu um desequilíbrio, ou seja, saiu da *homeostase*.

O racismo, numa distorção da afirmativa de que há diferenças entre os seres humanos, enquanto cor da pele, força física, inteligência, é um processo complexo, envolvendo inúmeros elementos e fatores. Afinal, a Humanidade é *biopsicohistóricassocial*, além de conter uma mente que, segundo os maiores especialistas da neurociência, conforme a publicação online da Revista Superinteressante, O mundo secreto do inconsciente (21/05/2013), é composta por uma instância psíquica inconsciente que abrange, aproximadamente, 95%, ou seja, há um vasto campo desconhecido nas atividades psicológicas neste Ser Humano.

Desta forma, sobre a observação da *psique*, cabe à psicanálise olhar para o racismo como um fenômeno, sobretudo, inconsciente, no qual os indivíduos desconhecem suas ações

¹ Psicanalista clínico – ANPC-PC06724; Agente Pastoral pela Puc-Pr; Bacharel em Filosofia e Teologia, pós-graduado em Psicanálise na saúde mental, Ciências da Religião e Psicopedagogia.

² Hélio Schwartzman, em seu artigo digital para a Folha de São Paulo, 10/05/2012, aborda as experiências dos cientistas David Eagleman e Leonard Mlodinov.

e os mecanismos que lhe conduzem sem percepção. O papel da psicanálise, com o auxílio da neurociência e outras esferas do conhecimento, é, portanto, utilizar a metodologia adequada e promover reflexões, objetivando ampliar a consciência e o conhecimento sobre si mesmo e sua história, evitando comportamentos nocivos e repetitivos, provocados, em maior grau, pelo sentimento de rejeição e exclusão.

Freud¹ (1856 – 1939) observou, influenciado por outros cientistas, como Mesmer² (1734 - 1815) e Charcot³ (1825 - 1893), que nossa mente contém uma instância hipotética que abriga um conteúdo inconsciente pessoal constituído pelo nosso histórico social e familiar, onde reside o oculto, recalcado, reprimido, escondido, a memória, vivências, pulsões de vida e de morte e mecanismos autônomos. Noutra visão que se complementa, para o seu discípulo Jung⁴ (1875 -1961), em nossa composição mental habita outro inconsciente — o inconsciente coletivo —, onde se ocultam as ideias, imagens, conhecimentos étnicos e arquétipos da civilização humana recebidos como herança. Certamente, há outras formas de inconsciente de acordo com outros autores, porém, sobre estes aspectos psicanalíticos básicos, propõe-se uma investigação, pois como afirma a célebre frase de Jung, *“O que negas te subordina. O que aceitas te transforma”*. Em outras palavras, o que se esconde no inconsciente pode provocar uma prisão e sintomas, é preciso desvendá-lo, não completamente, e sim os espinhos que geram o incomodo. O dia em que tivermos consciência de que desejamos e produzimos o nosso próprio caminho, seremos livres do que nele nos prende.

A ciência do inconsciente, segundo a premissa de não se estabelecer como juíza acerca do certo ou errado, pelo contrário, agindo como cooperadora da evolução humana e sua vivência e convivência como tal, pode, em suas diversas abordagens, investigar as verdades ocultas, promovendo questões plausíveis, como: o que provocou o desequilíbrio no indivíduo? O que o indivíduo nega em si, ou não quer saber, a ponto de produzir esse sintoma? Quais aspectos de sua história modificaram sua visão sobre si mesmo e o outro? Qual Sombra o assombra? O que se esconde por detrás das cortinas do racismo? O que torna alguém racista? Quais os efeitos do racismo naquele que o sofre? Quem o sofre também se torna agente do racismo?

Por fim, numa análise profunda da mente do indivíduo, a maldade não deve ser sentenciada apenas como maldade, nem o racista como racista, nem o agressor como apenas agressor. O mal também sofreu um mal, o racista também sofreu um racismo, o agressor também foi agredido. Todos, de alguma forma, foram afetados e afetaram. O campo analítico, assim, é imenso, sob o qual estão escondidas as verdades de cada ser. Ela propõe, dentre outros objetivos, libertar-se das amarras mentais e inconscientes, encorajando a boa convivência consigo e com o próximo, numa descoberta do mesmo DNA de uma humanidade frágil. No linguajar popular, é a consciência de que “estamos no mesmo barco”.

¹ Judeu austríaco. Médico neurologista. Conhecido como o pai da psicanálise.

² Alemão. Médico suábio, linguista, advogado, músico e fundador da teoria do magnetismo animal chamada de Mesmerismo. Wikipedia.

³ Francês. Médico psiquiatra e neurologista. Usava a hipnose como método de tratamento. Foi professor de Freud.

⁴ Suíço. Médico psiquiatra. Discípulo de Freud. Criador de várias teorias psicanalíticas e fundador da psicologia analítica.

2 A MENTALIDADE RACISTA – RACISMO ESTRUTURAL

Por um olhar convencional, introjetado pelas convenções sociais, acostumamo-nos a entender o racismo apenas como xingamentos, espancamentos ou qualquer outra ação física direcionada aos negros, judeus, indígenas, ... Este é o modelo que transparece nas mídias. De forma comum, vemos alguma reportagem sobre um negro morto por policial, segurança de shoppings ou mercados. Isto reforça, em nosso imaginário, a imagem de um racismo que acontece apenas no âmbito físico, consciente e observável. Neste tipo de visão, aquele que não pratica o xingamento ou maus tratos físicos ou psicológicos, acaba por se isentar da posição racista. Assim, da mesma forma, se não há tais acontecimentos observáveis em uma escola ou empresa, entende-se que naquele ambiente não há racismo. Mas, verdadeira não há? Veremos que é possível que esta imagem seja uma cobertura sobre o outro lado do racismo, ou seja, o racismo que transita na psicosfera inconsciente da mentalidade social, também chamado de racismo estrutural e institucional.

Nas narrativas e discursos do cotidiano, observam-se falas de segregação racial, mesmo que o protagonista da fala não tenha percepção do teor da fala. Por exemplo, certo dia, alguém lamentou um acidente que culminou na morte de uma criança e disse “*tadinho, era tão bonito, loirinho de olho azul*”. Esta fala, aparentemente, não traz nada de racismo. Será? Obviamente, a pessoa não teve um pensamento ou intenção racista, pelo menos não consciente, porém, esta frase pode carregar inconscientemente um racismo estrutural, aquele que se esconde na base da sociedade, em cuja imagem europeia da *Eugenia* se manifesta no “bonito, loirinho de olho azul”. Se fosse uma criança negra ou indígena haveria a mesma fala? Pode ser que sim, contudo, em menor escala.

Ao fazermos uma simples pesquisa na plataforma *Google*, buscando por palavras, como “príncipe, princesa, boneca, anjo e família rica”, as imagens em destaque trarão pessoas brancas. No entanto, ao pesquisarmos por “família pobre”, o negro será destacado. Isto reflete a mentalidade em que a Sociedade está inserida, sem que perceba. Alguém pode afirmar não ser racista, ter amigos negros, não falar mal e não maltratar, todavia, esse sujeito é influenciado pela mentalidade racista que está no âmago da Sociedade. As palavras e ações que mantêm a ideia de uma raça inferior e outra superior saem de modo imperceptível.

A seguir, observemos alguns exemplos. De início, vejamos uma campanha para alertar sobre o racismo institucional, realizada pelo Governo do Paraná, em 17 de novembro de 2016, para o dia da Consciência Negra. Foi produzido um vídeo, no qual se encontravam dois grupos de especialistas em RH. Foram-lhes apresentadas imagens de negros e brancos nas mesmas atividades cotidianas, como cuidar do jardim, correr, fazer compras, encostado na parede.

No primeiro momento, as fotos eram com brancos e, após a visualização das fotos, foi perguntado para cada participante o que a pessoa da foto estaria fazendo. No segundo momento, as mesmas fotos foram mostradas para outro grupo, porém, as pessoas eram negras e, da mesma forma, foi perguntado para cada participante o que a pessoa da foto estaria fazendo. As fotos com brancos tiveram interpretações mais positivas do que as fotos com negros. Um negro correndo, por exemplo, foi relatado como um ladrão fugindo, enquanto o branco correndo estava fazendo exercício. A mulher negra vendo roupas numa loja foi vista como a vendedora da loja, enquanto a mulher branca foi vista como cliente da loja. Um branco de terno foi reconhecido como empresário, e o homem negro, trajando as mesmas roupas, foi

colocado como segurança de shopping. A conclusão foi que o racismo institucional está presente na visão das pessoas, na qual o negro é colocado numa posição social inferior. É, de fato, uma visão sutil.

Além deste, muitos outros testes sociais foram realizados ao redor do mundo, cito três: dois produzidos no Brasil, pela TV Record, outro na Angola, produzido pelo Projeto *Ukã*. O primeiro consiste em colocar, pelo período de uma hora, duas crianças — branca e negra —, com aproximadamente cinco anos de idade, sozinhas em um calçadão na cidade de São Paulo, simulando terem se perdido da mãe, com a finalidade de observar como as pessoas reagem e por quanto tempo oferecem ajuda. A criança negra ficou no mesmo lugar em que a criança branca, posteriormente, ficou. A menina negra recebeu apenas a ajuda de um rapaz negro, depois de uma hora. A menina branca e loira recebeu várias ajudas e uma grande mobilização, durante o mesmo período de uma hora. A conclusão do teste, segundo a equipe organizadora, foi que a criança branca e loira teve mais ajuda do que a menina negra.

O segundo teste é um experimento criado pelo psicólogo Keneth Clark, em 1939, nos EUA, mas que também foi aplicado com crianças angolanas colocadas em uma sala com uma mesa, sobre a qual se encontravam duas bonecas, uma branca e outra negra. Algumas perguntas foram feitas para as crianças, como: “Qual é a cor da boneca?”; “Qual é a boneca bonita?”; “Qual é a boneca feia? Por quê?”; “Qual a boneca que mais se parece contigo?” As respostas foram surpreendentes. A maioria das crianças negras disse que a boneca bonita era a branca, e que a feia era a preta porque era má ou porque as pessoas não gostam.

O terceiro teste social, também produzido pela TV Record, mostrou dois homens (branco e negro) algemados em uma rua de São Paulo, pelo período de uma hora. Eles pediam ajuda para pegar a chave da alagem dentro da mochila, como se tivessem se prendido por engano, numa brincadeira. O objetivo proposto foi observar se as pessoas teriam a mesma reação em ajudar tanto o negro como o branco. O resultado mostrou que o negro recebeu apenas uma ajuda, porém, muitos ajudaram o branco. Os participantes foram entrevistados e questionados sobre a razão de ajudarem o branco e/ou não ajudarem o negro. Alguns relataram que o negro tinha uma aparência “perigosa”, por isso não ajudaram; enquanto outros, por sua vez, disseram que o branco parecia não oferecer risco, sentindo-se à vontade para ajudarem.

3 “SOMOS RACISTAS POR NATUREZA”

Diante das observações e conclusões acima, podemos afirmar que o ser humano é racista por natureza, assim como declaram os cientistas David Eagleman e Leonard Mlodinov, citados pelo antropólogo Silvio Motta Maximino, em seu artigo *O Cérebro Racista* (10/05/2012)? Tal afirmação soa estranha a nossa percepção moral e ética.

Segundo Motta, os cientistas justificam o racismo como sendo a capacidade humana cerebral, inconsciente, de categorizar e agrupar pessoas e objetos. Motta, questiona, dizendo que *o problema é confundir comportamento instintivo com “comportamento aprendido”, é confundir discriminação cognitiva com “racismo”. Essa “naturalização” de um comportamento, que de fato foi ensinado e aprendido, é o mesmo que confundir cultura com código genético.*

Em concordância, compreendo que o racismo não é um processo natural, e sim o resultado desse processo. Sendo, assim, um fenômeno artificial, isto é, uma alteração do processo natural de discriminação instintivo e inconsciente, produzido pelo poder de manipular e transformar a natureza, concedido a Humanidade. Somente os humanos possuem tal poder alquímico. Ora, se a natureza está em movimento, logo está se modificando.

3.1 O CÉREBRO TRINO – ID, EGO E SUPEREGO

Para prosseguirmos na compreensão, atendo-me ao fato de que o Ser Humano é dotado de um cérebro. Parece óbvio e desconexo do tema racismo, porém, esta afirmativa nos interessa quando associada a recente proposta do neurocientista Paul D. MacLean, apresentada em 1990, no seu livro “The Triune Brain in Evolution: Role in Paleocerebral Functions” (O Cérebro Trino na Evolução: O Papel nas Funções Paleocerebrais). Sua teoria contribuiu para a elucidação de várias questões comportamentais humanas, tão embora haja contraposições. Ela supõe que o cérebro é composto por três camadas (ou três cérebros), de acordo com a sua evolução: *cérebro reptiliano ou instintivo*, formado pela medula espinhal e pelas porções basais do pros encéfalo, onde se encontram as funções primitivas do Homem, relacionadas à sobrevivência, tal como temperatura corporal, alimentação, autodefesa, sexo, reflexos, sede...; *cérebro límbico ou emocional*, composto pela Amígdala¹; pelo Diencéfalo, constituído pelo Tálamo², Hipotálamo³ e Epitálamo⁴; pelo Giro do Cíngulo⁵; e pelo hipocampo⁶ e parahipocampal⁷, responsáveis, basicamente, pelo comportamento emocional; *cérebro intelectual ou neocórtex*, compõe-se dos lobos: Frontal (funções executivas), Parietal (sensações gerais), Temporal: (audição e pelo olfato), Occipital (visão) responsável pela visão, Insular (paladar e gustação); este cérebro nos promove ao status de *Homo Sapiens*.

Correlacionando esta proposição da neurociência com a teoria freudiana do Id, Ego e Superego, podemos sugerir que o cérebro instintivo corresponde ao *Id*, a instância inconsciente das pulsões, instintos, medos e desejos, movida pelo *princípio do prazer*. Ela está no querer do “aqui e agora”. O cérebro emocional corresponde ao *Ego*, o contato com a realidade consciente, onde se manifestam as emoções, memória, percepção, ... O cérebro intelectual, por sua vez, corresponde ao *Superego*, onde estão as leis e doutrinas incorporadas nas inter-relações sociais e familiares, move-se pelo *princípio do dever e compreensão da existência de um futuro*.

¹ Estrutura cerebral colaboradora da identificação de perigo, regulador do comportamento sexual, agressivo e social. Importante para respostas emocionais.

² Regulador da consciência, sono e estado de alerta. Transmite sinais motores e sensitivos para o córtex.

³ Localiza-se sobre o tálamo. Mantém o equilíbrio corporal em relação ao ambiente externo. É a conexão entre o Sistema nervoso e o endócrino.

⁴ Estando no sistema límbico, está também intimamente ligado a regulação das emoções e vias motoras, além de ser responsável pela secreção da melatonina pela glândula pineal.

⁵ Comunica o sistema límbico e o córtex.

⁶ Tem parte importante na memória. Nele estão as nossas memórias recentes que serão processadas e incorporadas no córtex.

⁷ Junto com o hipocampo, tem papel na codificação e recuperação da memória.

3.2 MECANISMO DE SOBREVIVÊNCIA – O SISTEMA DE DISCRIMINAÇÃO

Este órgão fantástico, portanto, possui um mecanismo de sobrevivência instintivo e emocional que faz com que o Ser Humano tenha medo, fique em alerta e calcule, inconscientemente, as possibilidades de perigo. Neste sistema, há um processo de discriminação natural, devido à necessidade de identificar e estereotipar o que não faz parte da comunidade, povo ou tribo, com a finalidade de proteção. Manifesta-se, então, um julgamento natural, afinal, para sobreviver é preciso julgar e discriminar o que pode trazer perigo, bem como para a aprendizagem é preciso discriminar. A criança precisa identificar os orifícios de uma tomada para evitar um choque, ou, mesmo, diferenciar um garfo de uma colher, ou, ainda, conhecer os traços físicos da face dos pais para se proteger de um intruso ou abusador.

A estranheza, assim sendo, faz parte do contato com o diferente, do não habitual ao convívio. O indivíduo, na infância ou na fase adulta que observa uma figura com traços estranhos a sua visão ou comportamento costumeiro, como um palhaço ou figura de filme de terror, lhe despertará o cérebro primitivo e instintivo (Id), de forma primária e inconsciente, provocando uma reação reflexa de medo e alerta; posteriormente, acionará o cérebro límbico (Ego), onde a *amígdala* lhe comunicará se esse medo é viável ou não, se gosta ou não do que está vendo, se deve fugir ou não. Ela trará ligações com a memória, afetividade e situações já vivenciadas, em outras palavras, juntamente com o hipotálamo, identificará o perigo real, produzindo uma ansiedade; a adrenalina é liberada e outros hormônios da fuga e estresse. Após o reflexo instintivo e discriminatório do sistema límbico, o neocórtex (superego) é ativado, como o juiz que sentenciará o julgamento da discriminação (ou julgamento) natural do mecanismo de sobrevivência. Nesta região (hipotética) do *superego*, como declarado, estão as leis, doutrinas, ensinamentos e regras absorvidas na interação familiar e social.

Imagine-se andando a noite numa rua escura e, ao longe, avista um vulto. Neste momento, o teu alerta é ligado, dispara adrenalina na corrente sanguínea, as pupilas dilatam, a frequência do pulso e respiração se altera, o sangue começa a fluir mais para os músculos. Até então, algo desconhecido está a caminho. O sistema límbico (Ego) começa a trabalhar na identificação do perigo. Associam-se afetivamente as memórias emocionais registradas com o estereótipo, a cor da pele, a vestimenta, o andar. Há uma discriminação do que é amigável ou não. O córtex (Superego), em ação, estabelecerá a sentença; afirma se realmente é uma ameaça, se é necessário fugir ou lutar. Certamente, esse processo não é tão simplista, mas serve para uma melhor compreensão do nosso sistema de discriminação e sobrevivência.

3.2.1 O sistema de discriminação e o racismo

O exemplo anterior cabe na questão do racismo, visto que o racismo pode ser considerado um mau funcionamento do mecanismo de sobrevivência, provocado por crenças mal adaptadas, isto é, o sistema de discriminação natural é afetado no cérebro límbico (memórias afetivas) e no neocórtex (lei e crenças, por vezes, inconscientes), gerando o racismo como um sintoma e um mecanismo de defesa, cuja caracterização será uma sentença negativa ou injusta sobre o aparente diferente. Ocorre, deste modo, um pré-conceito estereotipado e,

consequentemente, um estigma ou marca social, baseado nas vivências do passado do indivíduo e no seu Superego (consciência moral), o qual pode ser ausente, rígido ou castrador.

Levando em consideração tais procedimentos, não somos racistas por natureza, somos discriminadores por natureza, visto que o racismo envolve um comportamento adquirido. Ninguém nasce, propriamente dito, vendo um negro, branco, judeu, índio ou latino com um olhar pejorativo, ou como uma raça superior ou inferior, mas é conduzido a ver de tal forma.

3.2.2 Lição de discriminação

Um experimento social produzido pela Rádio Canadá (2006), em Quebec, e reproduzido pela TV Cultura (Brasil) retrata o processo natural de discriminação sendo modificado em racismo através de uma relação de poder, a qual consiste em alguém com suposto conhecimento e alguém supostamente leigo.

Pois bem, vejamos a experiência que uma professora realizou com alunos do ensino primário. Durante a aula, num dia como outro qualquer, ela afirmou que estudos científicos comprovam que crianças menores de 1,34 metros são mais inteligentes e criativas, enquanto as mais altas são menos inteligentes e criativas. Algumas crianças questionaram a afirmativa, porém, a professora reafirmou “não podemos ir contra a ciência”. Desta forma, as crianças foram colocadas numa impossibilidade de questionar, pois havia uma suposta comprovação científica.

Após o discurso, as crianças mais altas vestiram um colete vermelho, com o qual deveriam ficar por dois dias. Durante o experimento, nas aulas, a professora afirmava que os mais altos eram menos inteligentes e os mais baixos eram menos inteligentes. Quando um mais alto fazia um exercício no quadro, diante da turma, e errava, a professora dizia “viu, é mais alto”.

Da mesma forma, quando os mais baixos acertavam o exercício, a professora reforçava “é mais baixo”. Num processo de reforço, a ideia foi sendo introjetada pelos alunos, a ponto de os próprios alunos começarem a rotular os colegas, dizendo “errou porque é alto”. No segundo dia, na entrada para a aula, os próprios alunos formaram uma fila de baixos e outra de altos. Começa haver um processo de segregação. O medo de ser comparado e de ser confundido com aqueles que estavam sendo estigmatizados de forma negativa promove um distanciamento e afastamento, gerando as classes dos marginalizados e dos privilegiados. Isso também é o que se observa no racismo estrutural histórico, onde os negros, judeus, indígenas, são colocados em um lugar de exclusão social, privados de direitos.

No Brasil, em especial, percebemos que o negro, em sua maioria, está em exclusão, confinado numa condição social inferior. Este fenômeno ocasiona uma invisibilidade, observável no teste social, anteriormente citado, em que a criança negra, colocada sozinha na praça, em São Paulo, é invisível pela maioria. Você, caro leitor, quando entrar num restaurante, pode fazer a sua observação, perguntando-se “onde está o negro, aqui?”. Talvez, você se surpreenda ao não o encontrar, em maior número, comendo, e sim servindo.

3.2.2.1 Sujeito do enunciado e cindido

O experimento canadense mostra como o comportamento é produzido numa relação de poder. Na relação com o outro, por meio da linguagem, tornamo-nos sujeitos. Ocorre uma cisão na identidade. De acordo com o filósofo Foucault (1926-1984), entramos em sujeição na relação de poder. Ficamos sujeitos e em obediência ao discurso de poder (verdadeiro) que se declara nas várias instâncias da sociedade, desde a relação primária familiar. Para Lacan (1901-1981), de igual modo, nasce o sujeito, um outro eu em mim, o qual reside no campo inconsciente. Um sujeito que se estabelece na linguagem e discurso do outro sobre mim. A compreensão do inconsciente passa pela compreensão do sujeito. Quem é este que decide, chora, se alegra, escolhe, FALA E DISCURSA? Com que olhos eu vejo? Observamos que as crianças, em sala de aula, durante o experimento, tornam-se sujeitos diante da fala de poder da professora. Cria-se, assim, um ser (criança) que passa a olhar e a se comportar baseado no discurso que ouve, pois interpreta como verdadeiro, inquestionável. Ora, se é a professora, como autoridade, declara que é cientificamente provado, não há razões para discordar. Certo? Se assim for aceito e concordado, o sistema de discriminação natural passa a ser influenciado pelo discurso e gera-se uma crença que produzirá um olhar e uma forma de agir.

Entende-se, segundo estudos, que a palavra exerce grande poder sobre o mundo, incluindo o ser humano. O filósofo Heráclito (540-470 a.C.) afirma que o *logos* (*palavra verbalizada*) é o grande agente de transformação. Em consonância, concorda o verso bíblico “No princípio era o Verbo (*logos*), e o Verbo (*logos*) estava com Deus, e o Verbo (*logos*) era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez.” (João 1.1-3). Aqui, o verbo, enquanto *logos*, é agente de criação do mundo, o arquétipo primordial e o deus que cria.

O psicanalista Lacan sustenta que a linguagem forma o simbólico da nossa mente, isto é, o nosso inconsciente é formado de palavras. De acordo com Vygotsky (1896-1934), a palavra é um signo (símbolo). Portanto, a palavra é uma ideia (gr. *Idea* - imagem, forma), a qual é uma imagem que forma o mundo subjetivo, isto é, o imaginário, o pensamento e o inconsciente, refletindo na nossa relação com o mundo objetivo e sensível, ou seja, no comportamento. Em outro dizer, somos feitos de PALAVRAS e DISCURSO. Assim, a mudança começa na consciência da palavra e discurso que me constitui e me sujeita.

4 HERANÇA RACISTA NO INCONSCIENTE COLETIVO SOCIAL – RACISMO CIENTÍFICO

Pelo fato de o sistema de discriminação ser algo natural no cérebro humano, o racismo sempre existiu na sociedade humana, pois sempre houve uma desregulação desse sistema. Sempre houve o discurso — proferido nas relações de poder — produzindo crenças que justificam o domínio sobre o outro, tal como o domínio territorial. A escravidão sempre ocorreu. Escravos sempre foram a mão de obra necessária para a constituição de um império, seja branca ou negra. Isto se vê desde os tempos bíblicos.

Entretanto, na época moderna das conquistas continentais e explorações europeias, as ideias racistas se expandiram, sobretudo, com estudos científicos como o do médico Robert

Knox, de Edimburgo (1791-1862), em 1820. Observando esqueletos, cadáveres e crânios, afirmou que os não europeus tinham crânios menores, sendo, portanto, inferiores, pois seus cérebros eram menores do que os dos europeus. Suas afirmações podem ser observadas no seu livro *The Races of man* (As raças humanas), 1850: “As raças negras podem ser civilizadas? Eu devo dizer que não”.

No mesmo período, outras teorias sugeriram, com o objetivo de promover a ideia de uma raça superior — base do racismo. O antropólogo Galton (1822-1911), influenciado pela obra de Darwin, seu primo, acreditava que, “para dar às raças ou linhagens de sangue mais adequado uma chance melhor de prevalecer depressa sobre as menos adequadas”, era necessária uma palavra que ajudasse nesse processo científico de distinção e separação entre os aptos e inaptos, fortes e fracos. Ele, assim, cria a *Eugenia* (1883), termo grego que significa “boa linhagem”. Para Galton, os humanos podem substituir a Seleção Natural das espécies, conforme descrito por Darwin, por processos misericordiosos. Em outras palavras, a humanidade tem a competência de prevenir o sofrimento provocado pela seleção produzida pela natureza, ou seja, podemos evitar que os mais “fracos” nasçam, favorecendo a prevalência dos mais “fortes”, sem que haja sofrimento para os mais “fracos”, visto estarem condenados a morrerem prematuramente. Para ele, um homem notável tem filhos notáveis, sendo o contrário, também uma verdade.

Para tais processos de substituição da Seleção Natural, estabeleceu-se a *Eugenia* positiva, a qual corresponde ao incentivo da reprodução dos aptos. Feiras de famílias mais aptas (*Fitter Family Fairs*) eram promovidas, onde premiações (medalhas) eram oferecidas aos casais com genes supostamente bons. Por outro lado, havia a *Eugenia* negativa, equivalente à castração, não a reprodução. Entre 1907 e a década de 1960, mais de 64 mil americanos, entre alcoólatras, esquizofrênicos, epiléticos e criminosos, foram castrados por serem considerados “inaptos” evolutivamente.

Robert Bean, citado pelo biólogo Stephen Jay Gould (1941-2002), em *A Falsa Medida do Homem* (1980), foi outro médico que contribuiu para o racismo científico. Ele analisou o corpo caloso (parte cerebral que divide hemisfério direito e esquerdo) de negros e brancos e concluiu que o joelho e o esplênio que compõem o corpo caloso são menores nos negros.

Infelizmente, as teorias científicas se tornam uma verdade na mentalidade social e uma justificativa perfeita para os dominadores e proclamadores do racismo. Nasce, com isso, a raça superior e a inferior, o senhor e o servo. No Brasil, algumas leis, baseadas nas justificativas científicas, passam a ter vigor:

- ✚ 2º ATO OFICIAL: LEI COMPLEMENTAR À CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO DE 1824 – Proibia os negros e leprosos de frequentar a escola;
- ✚ 3º ATO OFICIAL: LEI DE TERRAS DE 1850, N.º 60 – a terra precisava ser obtida através da compra, obrigando o trabalhador a permanecer nas fazendas dos “senhores”. Contudo, a lei não foi aplicada para os imigrantes europeus;
- ✚ 7º ATO OFICIAL: DECRETO 528 DAS IMIGRAÇÕES EUROPÉIAS (1890) – Reabertura das fronteiras para a imigração europeia, objetivando mão de obra para as indústrias e o embranquecimento da população brasileira, excluindo a mão de obra negra, forçando-os ao isolamento social.

4.1 O RACISMO NA LINGUAGEM

De forma geral, todos, em alguma instância da vida, são afetados por pensamentos intolerantes, afinal, somos diferentes; não nos comportamos iguais, não pensamos iguais, não temos o mesmo formato de corpo, não temos a mesma cor. Isto dá margem para experiências negativas de preconceito e racismo, além da estigmatização, ou seja, da marcação social de alguns grupos ou indivíduos. Contudo, o racismo científico, como o de Knox, colaborou para enraizar o racismo no inconsciente coletivo social e, como herança, algumas pessoas carregam marcas de identificação social, como os negros, dependentes químicos, favelados, judeus, muçulmanos.

A sociedade humana estigmatiza, marca positiva ou negativamente alguns estereótipos. A marca negativa causará uma rejeição ou afastamento do meio social considerado saudável e normal. Neste contexto, foco na criança negra que, ao nascer, recebe na cor da pele uma marca que reside no inconsciente coletivo social humano, isto é, as ideias e imagens formadas sobre o ser negro, tais como vitimização, rejeição, escravidão, luta e correntes na alma formam um conteúdo mental. Da mesma forma, pode ocorrer com uma criança judia, visto que os judeus também sofreram séculos de perseguição.

Portanto, de modo inconsciente, pessoas munidas desse histórico “racial” adentram o mundo marcados por uma “inferiorização racial”, que se manifesta em ações e palavras dentro da sociedade.

- Frases e palavras correntes sobre os NEGROS > "não sou tuas negas"; "denegrir (tornar negro)"; "a coisa tá preta"; "mercado negro"; "inveja branca", "da cor do pecado"... Resumindo, branco se torna a cor do céu, enquanto o negro é a cor do inferno.

- Sobre os JUDEUS > "judiação"; "judiado"; "judiar"...

Ambos os grupos sofreram o peso das injúrias históricas, mas parece que adquiriram reações diferentes e opostas. Coletivamente, o negro se vitimou e adquiriu um complexo de inferioridade, enquanto o judeu adquiriu um complexo de superioridade. Os negros, em grande parte, estão na periferia social, os judeus, nos grandes centros econômicos e intelectuais. Isto não significa que um está melhor que o outro, e sim que ambos foram afetados e carregam marcas emocionais profundas e diferentes. Obviamente, no campo pessoal, há exceções para ambos os casos.

5 APENAS UMA RAÇA

Com o avanço da ciência e a descoberta do genoma humano, o racismo científico foi contestado através de novos estudos. No Brasil, o médico geneticista Dr. Sérgio Danilo Pena¹, em uma entrevista, afirma que, no âmbito biológico, os grupos humanos não possuem uma diferença significativa, a ponto de considerarmos a existência de várias raças humanas.

¹ 1947 – Brasil - Médico-geneticista, Ph.D em Genética Humana pela Universidade de Manitoba (Canadá) e Fellow do Royal College of Physicians and Surgeons do Canadá. Diretor Médico e Científico do GENE - Núcleo de Genética Médica, Professor Titular do Departamento de Bioquímica e Imunologia e Professor da Pós-Graduação em Medicina Molecular da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. (<https://laboratoriogene.com.br/olaboratorio/dr-sergio-pena/>).

Segundo o cientista, todos são diferentes, independente do grupo em que esteja inserido e isto nos faz ser igualmente diferentes.

Na mesma linha de raciocínio, o Dr. Lewontin¹, no seu estudo em 1972, confirma que são muito sutis as diferenças entre os indivíduos classificados por “raças” diferentes e que a ideia de que cada “raça” é homogênea e diferente das demais não corresponde a verificação genética. O negro e o branco, por exemplo, possuem poucas diferenças genéticas para haver uma distinção de raças. Somos apenas uma raça.

Fica agora claro que nossa percepção de grandes diferenças entre raças humanas e subgrupos, em comparação como a variação dentro desses grupos, é de fato uma percepção enviesada (...). A classificação racial humana não possui valor social e é positivamente destrutiva para relações sociais e humanas. Uma vez que agora vemos que essa classificação racial é também desprovida de significado genético ou taxonômico, não há justificativa para sua continuidade (LEWONTIN, 1972).

Ainda, em confirmação, o geneticista David Emil Reich² declara que seria anticientífico negar as diferenças entre os seres humanos, porém,

“[...] há uma diferença entre encontrar diferenças genéticas entre indivíduos e construir diferenças genéticas entre grupos, fazendo escolhas conscientes sobre quais tipos de grupo são importantes para seus objetivos. Esses tipos de grupos não existem “na natureza”. Eles são feitos por escolha humana. Isso não quer dizer que esses grupos não tenham atributos biológicos em comum. Em vez disso, significa que o significado e a importância dos grupos são produzidos por meio de intervenções sociais” (REICH, s/d).

Isto quer dizer que as atuações sociais moldam a vida e o comportamento humano, bem como os seus aspectos biológicos. Cada contexto em que o indivíduo está inserido produz uma adaptação necessária para aquela posição em que está. Se o sujeito habita uma terra desértica, onde o calor é extremo, sua pele cria uma proteção de melanina, não necessária para aquele que vive em terras frias. Da mesma forma, exemplificando, estudos mostram que os cérebros do homem e da mulher são iguais. Contudo, o funcionamento de determinadas regiões passou a ser diferentes, devido ao contexto funcional em que o homem e a mulher se encontraram na história. Regiões cerebrais se desenvolveram de forma diferente. A mulher, por exemplo, precisou desenvolver a atenção multifocal, pois precisava cuidar da criança e dos afazeres da casa.

Assim, pela intervenção social e ambiental, os cérebros adquiram características diferentes, todavia, as características não são exclusivas do homem ou somente da mulher. Ao mudarmos os contextos, os cérebros se adaptarão. Pode haver, em curto prazo, um processo de metilação, e, em longo prazo, um processo de mutação genética. Conforme o registro da revista *Veja*, de acordo com a pesquisa no respeitado periódico *Proceedings of the National Academy of Sciences* (Pnas), os cérebros humanos não podem ser caracterizados em duas categorias distintas. Este fato também se estende a questão racial, não somente as questões de gênero.

¹ 1929-2021 – EUA - Richard Charles "Dick" Lewontin foi um matemático, biólogo evolucionista, professor de Zoologia na Universidade de Harvard e um dos principais geneticistas do mundo. Lewontin é uma das principais vozes que combatem o racismo científico. (Wikipedia).

² 1974 – EUA - David Emil Reich é um geneticista norte-americano. É conhecido por suas pesquisas sobre a genética populacional de humanos antigos, incluindo suas migrações e a mistura de populações, descobertas pela análise de padrões de mutações em todo o genoma. (Wikipédia).

Em pesquisas recentes, Bruce Lipton¹, em seu livro *Biology of Belief / A Biologia da Crença* (ELITE BOOKS, 2005), documenta que as células não são controladas pelos genes, e sim pela crença. Em cada célula há um receptor que capta o ambiente externo e a percepção sobre o mesmo, produzindo uma química correspondente. Se a percepção é de um ambiente estressante, logo, libera-se a química do estresse. Para Lipton, os nossos pensamentos e crenças podem moldar os nossos genes. Ainda, para ele, “nossos pensamentos são controlados principalmente pelo nosso subconsciente (inconsciente), que é formado em grande parte antes dos 6 anos de idade, e você não pode mudar a mente subconsciente apenas pensando nisso.”

Tendo isto em vista, as crenças nos moldam, biologicamente e socialmente. No campo inconsciente, fomos construídos. Desde a infância nos foram inculcadas as formas de pensar, fazendo-nos participantes de um racismo estrutural. A desconstrução desta mentalidade passa pela consciência de sua existência dentro de cada um de nós.

6 PESSOAS RACISTAS SÃO MENOS INTELIGENTES?

Muitas vezes, a forma de olhar mal adaptada se constrói num processo inconsciente e irracional, onde, como visto, há uma falha na comunicação entre o sistema límbico (Ego) e o neocórtex (superego), isto é, o processo de inteligência se torna defeituoso, porque o Superego ou consciência moral pode ser ausente ou ter leis de autopunição. A mente do indivíduo cria modelos e leis de acordo com suas experiências e contexto familiar e social que podem reforçar apenas as ações instintivas e primitivas, fazendo com que em uma situação onde há uma estranheza, estigma ou estereótipo diferente, a ação seja apenas reflexa, comunitária, local, protetiva, sem uma discriminação mais elaborada e uma sentença mais justa. Sobre isso, a *Revista Psychological Science*, citada pela revista Exame (13 fev/2012), realizou uma pesquisa na Universidade de Ontário, Canadá, que mostra que pessoas racistas são menos inteligentes. O baixo QI em crianças as torna mais propensas a absorverem crenças sociais, conseqüentemente, mais tendenciosas ao racismo. Penso, deste modo, que tais crianças possuem um histórico disfuncional ou traumático, em que foi desregulado a comunicação entre o sistema límbico (emoção) e o neocórtex (razão).

6.1 CRIANÇA INTERIOR FERIDA, LEIS E PERSONA

Ao analisarmos psicologicamente, portanto, o racista ou o alvo do racismo, considera-se que uma criança ferida é carregada internamente. Vejamos que, quando crianças, somos expectadores da vida, não podemos atuar nas vivências, sobretudo, indesejáveis, de modo que a autonomia não nos é concedida sobre o que nos cerca. Caso presenciemos uma situação desagradável na infância, como briga dos pais, maltrato, ou outras situações em que somos acometidos por um estímulo emocional forte, a mente buscará se proteger para sair da angústia do momento. Ela criará leis internas e projeções de futuro. Nesse momento, segundo Cukier

¹Bacharel em biologia pela CW Post Campus da Long Island University em 1966 e doutorado em biologia do desenvolvimento pela University of Virginia em 1971. De 1973 a 1982, lecionou anatomia na University of Wisconsin School of Medicine, antes de ingressar na Escola de Medicina da St. George's University como professor de anatomia por três anos.

(1998), “a criança decide por algo secreto, como se fosse uma espécie de juramento consigo mesma, e que consiste basicamente num pacto de vingança e ou de resgate da dignidade perdida”, a mente estabelecerá algo do tipo: “nunca deixarei que isso aconteça comigo”, “eu serei assim”, “não serei assim”. Crescemos, e a criança, paralisada no tempo, permanece dentro de nós, reivindicando o seu plano de resgate da dignidade ou vingança. Tenderemos, quando não temos consciência desse processo inconsciente, a obedecer a criança ferida dentro de nós. Teremos comportamentos e ações que, muitas vezes, desconhecemos a causa. Uma força invisível acaba por nos conduzir.

Visando este conceito psicológico da criança interna, os abusos, rejeições e vivências violentas na infância provocam inúmeras consequências desastrosas no sistema de sobrevivência do indivíduo, gerando pessoas com um forte complexo de rejeição, inferioridade ou superioridade. É possível, nos episódios sofridos da primeira da infância, surgir um racista fundamentalista, que desloca sua raiva no outro, ou, ainda, um justiceiro ou herói que, segundo Jung, é um arquétipo que reside o inconsciente coletivo e possui o indivíduo, causando sofrimentos desnecessários, pois a *persona* (máscara) do justiceiro busca vingança e se manifesta veemente em situações diversas; podendo prejudicar a pessoa, devido a inflamação da máscara, a qual não consegue remover de si. Deste modo, as leis que se firmam na mente, fazem nascer racistas, fundamentalistas, heróis, justiceiros, além do arquétipo da vítima. Não obstante, é preciso desinflamar a *persona* (máscara), desmascarar os arquétipos e complexos para acessar o mais íntimo de si mesmo (*self*), numa *individuação*¹, conforme a teoria Junguiana.

6.2 MECANISMOS DE DEFESA DO EGO

Voltando-se para o contexto negro, a criança nasce com essa carga coletiva racial no inconsciente e, na interação familiar e social, o complexo de inferioridade será amenizado ou aflorado. Na escola, ao ser ridicularizada por outros colegas, a sua mente buscará se defender usando mecanismos como: projeção (ela guarda a injúria e projeta em outros mais frágeis, chamando outros de "covardes", por exemplo. Isso porque ela mesma se sente covarde ao não reagir); somatização (quando a raiva, a dor, culpa, cobrança se deslocam para o corpo em forma de sintomas e doenças); deslocamento (quando desloca sua raiva no mais frágil [pessoa ou objeto]); vitimização (se defenderá da sua dor se colocando na posição de vítima); isolamento (haverá um afastamento do convívio); repressão (partes - boas, qualidades, talentos - de sua identidade serão reprimidas); racionalização (quando o sofrimento emocional é amenizado pelo uso do intelecto).

Há um pensamento elaborado sobre a situação vivenciada); sublimação (a dor é convertida em um trabalho compensador, como a abertura de uma ONG, trabalhos sociais...); dentre outros. Destes mecanismos de defesa, alguns são positivos (racionalização, sublimação) e outros negativos. É importante identificar esses mecanismos para ajudar a criança em seu sofrimento, compreendendo que proporcionar uma experiência de aceitação e acolhimento é

¹ Caminho de acesso ao o seu mais íntimo, sua potencialidade enquanto indivíduo, sua totalidade, o centro de sua personalidade. É um processo de consciência e realização pessoal que consiste em um enfrentamento dos arquétipos principais: sombra, animus, anima e persona.

extremamente essencial para aliviar os sintomas provocados pela experiência da rejeição. As correntes, outrora, removidas do corpo, precisam aos poucos serem removidas da mente.

7 EXPERIÊNCIA DA ACEITAÇÃO COMO PROMOÇÃO DE SAÚDE

Pensando no racismo como um sintoma ou adoecimento, vale uma breve explanação acerca da experiência de aceitação, devido a sua importância no processo de restabelecimento da saúde.

Pois bem, a doença (desordem-desequilíbrio) e a saúde (ordem-equilíbrio) estão associadas, respectivamente, à experiência de rejeição e experiência de aceitação. Ao nascermos, houve uma ruptura do vínculo materno, ou seja, o cordão umbilical se rompe e há uma experiência de rejeição. Entramos num estado doentio de desordem. Logo após, o vínculo se restabelece no colo e seio materno (quando há) e reentramos num estado de saúde (cura); ocorre uma experiência de aceitação; é liberado o hormônio do amor – *oxitocina*.

Desta forma, tanto a doença como a saúde se estabelecem nos vínculos, na quebra ou no restabelecimento, na rejeição ou aceitação, sendo assim por toda a vida. Isto faz com que o equilíbrio da alma (mente) não se dê por si só, ela precisa de um objeto (inicial) de amor (pessoa, Deus, grupo, projeto...) que ofereça uma experiência significativa de aceitação que reproduza o seio e colo materno, onde a identidade da criança ferida começa a ser recriada, reconstruída. Este é o grande processo terapêutico de “cura”. Na psicanálise podemos chamar de transferência positiva, a qual não acontece somente no divã, ela pode acontecer numa sala de aula ou qualquer lugar. A centralidade é que o sujeito consiga se sentir aceito e amado a ponto de conceder poder ao outro para “curá-lo” e, a partir daí, alcançar maturidade para ser seu próprio curador.

Todavia, isto pode ser muito difícil para alguns. Remeto-me a um episódio¹ bíblico em que Jesus não pôde curar a muitos por causa da incredulidade deles. Noutras palavras, não houve uma experiência de aceitação significativa. Por outro lado, outras pessoas obtiveram a cura por apenas tocá-lo, indicando uma grande aceitação.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante, levando em consideração todos os aspectos abordados, compreendermos os mecanismos inconscientes que constituem a nossa Sociedade e que fazem o racismo estrutural ser enraizado na mentalidade social, colocando todos os inseridos nesta psicofera, de algum modo, na posição de racistas. Estas formas imperceptíveis precisam ser desnudadas e trazidas à tona, para que haja a assimilação de que todos nós somos participantes e responsáveis pelos fatos e acontecimentos que circundam a vida social.

¹ Mateus 13.58.

É de extrema importância que o coletivo se perceba sujeito de discursos e narrativas históricas que, por sua vez, precisam ser ressignificadas. Novas falas elaboram a construção de novos olhares sobre o ser humano.

No que tange ao campo individual daquele que se vê como vítima do racismo, é essencial adentrar num processo diário de autoconhecimento para que as prisões internas sejam conhecidas e abertas, pois o racismo mais nocivo não é aquele provocado pelo olhar e fala do outro, e sim pelo seu próprio olhar sobre si mesmo; na apropriação de uma posição de vítima de sua própria história.

Deixo claro que o autoconhecer-se não diz respeito apenas ao racista e ao que sofreu com o racismo, mas também a todos os indivíduos, sendo que se trata da convivência humana. Todo ofício que trabalha diretamente com outro Ser Humano, tal como o professor, exige um autoconhecimento para lidar com o que está diante de si. E em se considerando as questões pertinentes do presente século, como racismo e *bullying*, ainda mais se faz necessário um olhar analítico sobre si próprio e sobre os jovens “enterrados” em um turbilhão de informações, mudanças sociais e emocionais.

É fundamental o entendimento de que — na essência do inconsciente — ninguém maltrata o outro porque o outro é mulher, negro, branco, latino, ruivo, magro, gordo, tem alguma deficiência ou é indígena, maltrata, exclui ou rejeita porque está se defendendo de algo que habita em si mesmo ou porque se faz sujeito sob um discurso ou crença social. Desde a sua construção histórica, o racismo age dentro de mecanismos de defesa do Ego, como: identificação (quando me vejo no outro e, se for uma imagem ruim, tento eliminar da minha presença), projeção (quando há algo desagradável em mim e não quero mexer e, assim, projeto no outro por meio de palavras ofensivas como “você é um inútil”, por exemplo; quando na verdade eu me sinto inútil), deslocamento (quando sou acometido de uma dor interna, ou fui maltratado ou rejeitado e, deste modo, desloco a minha raiva ou dor para algo externo que aparentemente é mais frágil). Esses são alguns mecanismos de transferência usados no processo nocivo de racismo social. O foco, portanto, não é a cor da pele do outro ou sua opção sexual, é um reflexo de si mesmo projetado no outro que carrega algum tipo de estigma (“marca”) social.

A consciência dos processos abre um caminho de mais liberdade e leveza que propicia vivenciar a afirmativa de Sartre: “*Não importa o que fizeram de mim, o que importa é o que eu faço com o que fizeram de mim*”.

REFERÊNCIAS

Racismo Institucional - Teste de Imagem - Campanha Governo do Paraná. Youtube, 17/11/2016. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=JtLaI_jcoDQ&ab_channel=Daniel>. Acesso em: 10/07/2021.

NEGRO E BRANCO ALGEMADOS | TESTE DO CORONATO. Youtube. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=HOQHIIIaoxvU&ab_channel=ElcioCoronato. Acesso em: 09/07/2021.

TESTE SOCIAL DA BONECA - ANGOLA | Jusemara António | Ukã Meeting. Youtube. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=86KvviYv9C4&t=26s&ab_channel=JusemaraAntonio. Acesso em: 09/07/2021.

MAXIMINO, Silvio Motta. **O cérebro racista**. Portal Genedés, 2012. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-cerebro-racista/>. Acesso em: 10/07/2021.

MAX, Diogo. Estudo liga preconceito a pessoas de baixo QI. **Exame**, 2012. Disponível em: <<https://exame.com/ciencia/preconceito-tem-a-ver-com-baixa-inteligencia-diz-estudo/>. Acesso em: 10/07/2021.

TV CULTURA. **Arte e Cultura**. Uma Lição de Discriminação. TV Cultura. Disponível em: <https://tvcultura.com.br/videos/3872_uma-licao-de-descriminacao.html. Acesso em: 10/07/2021

GOMES, Luiz Flávio. **Racismo “Científico”** (Origem das teses racistas na modernidade). Disponível em: <<https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/254945905/racismo-cientifico-origens-das-teses-racistas-na-modernidade>. Acesso em: 07/07/2021.

CUKIER, Rosa. **Sobrevivência Emocional**. São Paulo: Ágora, 1998.

VAIANO, Bruno. Eugenia não é coisa do passado. **Super Interessante**, 2019. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/a-longa-historia-da-eugenia/>. Acesso em: 09/07/2021.

SILVA, Nina. **Dia Internacional Contra a Discriminação Racial**. Movimento Black Money, Disponível em: <<https://movimentoblackmoney.com.br/dia-internacional-contra-discriminacao-racial/>. Acesso em: 08/07/2021.

PENA, Sérgio. **Temos um único genoma e singulares histórias de via**. Gene Laboratório, 2017. Disponível em: <<https://laboratoriogene.com.br/blog/gene-na-imprensa/temos-um-unico-genoma-e-singulares-historias-de-vida-academia-brasileira-de-ciencias-04-09-2017/>. Acesso em: 11/07/2021.

Lewontin, R. The Apportionment of Human Diversity. **Evolutionary Biology**, 672: 381–398. 1972.

Jonathan Kahn et al., “How Not to Not Talk About Race and Genetics,” em **Buzzfeed News**, 30 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.buzzfeednews.com/article/bfopinion/race-genetics-david-reich>.

REICH, David. How Genetics Is Changing Our Understanding of ‘Race’. **The New York Times**, 23 de março de 2018.

VEJA. Não há diferença entre o cérebro masculino e feminino, diz estudo. **VEJA**, 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ciencia/nao-ha-diferenca-entre-o-cerebro-masculino-e-o-feminino-diz-estudo/>. Acesso em: 07/07/2021.



CAPÍTULO 2

MECANISMOS DE DEFESA DO EGO

MECANISMOS DE DEFESA DO EGO

André Pullig¹
Dionísio Fleitas Maidana²

RESUMO

O conceito de defesa está incorporado na primeira afirmação analítica significativa de Freud (1894) ao afirmar que a neurose implica numa defesa contra ideias insuportáveis. As questões relativas ao porquê são de todo necessários os mecanismos de defesa e que função eles desempenham na economia psíquica geral pertencem ao que pode ser chamado de metapsicologia da defesa. A existência humana parece envolver, inevitavelmente, algum conflito interior. Quando Anna Freud escreveu sua obra, *O Ego e os Mecanismos de Defesa*, ela relacionou nove deles e acrescentou alguns próprios, tais como a identificação com o agressor e a negação na fantasia e na realidade. A lista mais longa foi traçada por Bibring e colaboradores no Instituto Psicanalítico de Boston, em conexão com um estudo de mulheres grávidas. Eles dividiram as defesas em básicas, ou de primeira ordem, e complexas, ou de segunda ordem. Terminaram com não menos do que 39 defesas, das quais 24 de primeira ordem e 15 de segunda ordem. A literatura posterior a Freud deu ênfase aos mecanismos de defesa mais destacados nas condições psicótica e fronteira, tais como: regressão, negação, clivagem e atuação. A lista oficial de mecanismos de defesa de maneira alguma esgota as formas pelas quais os seres humanos podem lidar com o conflito. Assim, mecanismos de defesa do ego são todas as operações utilizadas por ele para controlar, dominar, canalizar e empregar forças que ameaçam sua integridade e sobrevivência, ou que possam conduzir à neurose, provenientes do id, do superego e do mundo externo.

Palavras-chave: Mecanismos. Defesa. Psicanálise. Freud.

1 INTRODUÇÃO

Em 1916, Freud situa a Psicanálise dentro das três grandes descobertas que ferem o amor-próprio da humanidade. Copérnico mostrou que a Terra não era o centro do universo e, assim, abalou a pretensão do homem de se sentir dono desse mundo. Darwin pôs fim à arrogância humana de criar um abismo entre sua espécie e o restante dos animais. No entanto, nem a afronta cosmológica nem a afronta biológica foram tão sentidas pelo narcisismo como a afronta psicológica. Porque a Psicanálise ensina que o ego não só não é dono do mundo nem da espécie, como também não é senhor em sua própria casa (ONS, 2014).

¹ Filósofo, Teólogo e Psicanalista Clínico; Dr. *h. c. mult.* em: Literatura, pela Academia de Letras do Brasil; Psicanálise Clínica, pela Academia Brasileira de Psicanálise; Educação, pela Federação Brasileira dos Acadêmicos das Ciências, Letras e Artes e Centro Sarmathiano de Altos Estudos Filosóficos e Históricos; e Comunicação Social, pela Organização Mundial dos Defensores dos Direitos Humanos. Embaixador da Paz e Delegado Cultural da Organização Mundial dos Defensores dos Direitos Humanos. Mestre em Teologia. Pós-Graduado em Língua Portuguesa, Psicopedagogia e Psicanálise Clínica. Presidente da Academia de Letras do Brasil-DF (ALB/DF). Autor de 8 livros. *E-mail:* andrepullig@yahoo.com.br

² Professor, Filósofo, Teólogo e Psicanalista Clínico; Pós-Graduado em Psicanálise Clínica. Presidente da Associação Nacional de Psicanálise.

A ciência psicanalítica nasceu do trabalho de Sigmund Freud (1856-1939), na Áustria, a partir da clínica médica, e tem como grande contribuição à elaboração do conceito de inconsciente.

Sabemos que o anseio de Freud era decifrar os enigmas da mente humana. Para isso, valeu-se da ciência, da biologia e da pesquisa. Ele estudou o transtorno mental, em primeiro lugar, e passou à análise dos fatores etiológicos (ciência das causas), o que iluminou a Psicologia infantil e lançou luz sobre o desenvolvimento humano. Assim, desenvolveu suas teorias sobre o dinamismo da personalidade e, dessa forma, chegou à Psicanálise.

O genial neurologista e psiquiatra acreditava que as impressões conscientes nas pessoas eram bem limitadas enquanto que as inconscientes representavam um universo à parte. Ao analisar topograficamente o aparelho mental, concluiu que o mesmo era composto por áreas distintas, regidas por processos distintos.

A primeira tópica do aparelho psíquico freudiano distingue três regiões mentais: a consciente, a pré-consciente e a inconsciente. A consciência é a instância onde as ideias, memórias, sentimentos e desejos tornam-se perceptíveis com facilidade. A pré-consciência é a região dos conteúdos suscetíveis de se tornarem conscientes. A inconsciência é o conjunto de conteúdos reprimidos pela consciência que se manifestam disfarçados em sonhos, lapsos de linguagem, enganos, livres associações e são resultantes das pulsões e regidos por mecanismos específicos. As representações inconscientes, portanto, manifestam-se em forma de fantasias, nas quais se fixam as pulsões, representantes dos desejos.

Como o inconsciente não pode ser tratado como um único local na psique, Freud propôs uma segunda tópica cunhando os termos id, ego e superego. Assim, o id seria a parte mais primitiva da personalidade. Busca a satisfação imediata dos prazeres. É o reservatório das pulsões. É a sede da consciência. Executa as ações do indivíduo confrontando as exigências do id com o filtro do superego, o qual funciona como referência moral para o sujeito.

De acordo com o “Pai da Psicanálise” o id contém “tudo que é herdado, que está presente no nascimento e que é fixo na constituição”. Daí supor-se que os processos mentais usam um tipo de energia, libido, que está à disposição do organismo vivo. Dessa forma, Freud atribuiu ao consciente e ao inconsciente, instintos, caracterizando as operações mentais de id, ego e superego, que são mecanismos da personalidade. Quando o organismo é exposto a um perigo externo, o “Eu” reage com medo e foi assim que, em 1894, Freud apresenta o nome das técnicas por meio das quais o “Eu” conjura as demandas instintivas do id ou as pressões do superego, chamando-as de mecanismos de defesa do ego.

2 MECANISMOS DE DEFESA DO EGO

A Psicanálise apresenta-se como um tratamento terapêutico em que por meio de instrumentos como transferência, associação livre, interpretação, recordação, elaboração, leva o sujeito ao cerne do problema e descortina para ele a linguagem do inconsciente a qual passa pelos filtros dos mecanismos de defesa, para então, por meio da catarse, expurgar os sintomas incômodos.

A existência humana parece envolver, inevitavelmente, algum conflito interior, mas permanece questionável se devido à necessidade biológica ou à pressão cultural. De início Freud limitou-se à repressão, embora ele também tenha descrito a sublimação, formação reativa e regressão. Depois, ele aumentou a lista de defesas. Quando Anna Freud (1936) escreveu sua obra, *O Ego e os Mecanismos de Defesa*, ela relacionou nove deles e acrescentou alguns próprios, tais como a identificação com o agressor e a negação na fantasia e na realidade.

A lista oficial de mecanismos de defesa de maneira alguma esgota as formas pelas quais os seres humanos podem lidar com o conflito. Melanie Klein falou de defesas maníacas e da criatividade como reparação pelo mal fantasiado causado à mãe.

O conceito de defesa foi ampliado muito além de seu escopo original, para incluir, virtualmente, qualquer processo dinâmico em que haja ansiedade e uma maneira de afastar a ansiedade. A escola culturalista, conquanto verbalmente em divergência com os freudianos, apenas contribuiu com mais uma extensão do conceito de defesa, ao vinculá-lo a processos interpessoais, culturais e outros.

Fromm (1947), por exemplo, considerou a personalidade “comercializadora” como característica dos americanos. Mais tarde, Maccoby (2019) integrou fatores interpessoais, culturais e intrapessoais em sua descrição de uma aldeia mexicana.

Robbins (2010) considera a esquizofrenia como conflito e defesa. O princípio básico continua sendo que a personalidade humana pode ser compreendida à luz da fórmula de Freud, usando defesas contra ideias insuportáveis. Muitas defesas típicas, tanto pessoais como sociais, podem ser descritas. Muitas outras são possíveis. A teoria psicanalítica, embora tenha oferecido profundas percepções do processo defensivo, ainda não atingiu o estágio de uma sistematização exata.

Na literatura subsequente, coexistiram duas teorias referentes à defesa e à doença. Uma afirma que as doenças neuróticas específicas (inclusive as psicóticas) caracterizam-se por defesas específicas e pontos de fixação específicos. Assim, a repressão, formação reativa e regressão são características das neuroses, enquanto que a negação, clivagem e a projeção são características das psicoses. O ponto de fixação para a histeria encontra-se na fase fálica; para a neurose obsessiva, na fase anal; e para a esquizofrenia e outras psicoses, na fase oral. A posição alternativa que, paradoxalmente, também se origina de Freud, afirma que a personalidade é complexa demais para ser contida em tais camisas de força, rígidas, e que cada indivíduo deve ser analisado em termos de sua história particular. Assim, no artigo sobre “Tipos de Desencadeamento da Neurose” (1912 *apud* Teixeira, 2007), depois de descrever vários casos, Freud declara que “nenhum deles é um exemplo puro de quaisquer tipos de neurose”. E depois conclui que “a psicanálise nos advertiu que devemos abandonar o infrutífero contraste entre fatores externos e internos, entre a experiência e a constituição, e nos ensinou que invariavelmente encontraremos a causa do desencadeamento da doença neurótica numa situação psíquica particular que pode ser gerada por uma diversidade de maneiras”.

A teoria contemporânea do ego baseia-se no reconhecimento de que a organização é uma parte tão essencial do ser humano como o impulso, que é o aspecto organizador da personalidade.

Freud em “*O Problema da Ansiedade* (1926)” comentara que a força das defesas tem sua ligação com o id, isto é, a defesa também satisfaz algum impulso. Por exemplo, a introjeção ajuda a evitar a sua destruição, a sublimação enriquece o ego.

Waelder (1936 *apud* TALLAFERRO, 2008), postula que qualquer ato específico é uma tentativa de solução para problemas do ego vis-à-vis, os impulsos, o superego, a realidade externa e a compulsão de repetir. Como a organização é parte essencial do ego, o relacionamento da defesa com a cognição deve ser considerado.

Tem sido dedicada especial atenção ao destino dos mecanismos de defesa nos cursos de Psicanálise. Há escolas que defendem que uma análise bem sucedida deve resultar no desaparecimento das defesas, enquanto outra sustenta que a análise resulta na modificação, não no desaparecimento, das defesas, e que, enquanto o indivíduo neurótico está primordialmente restrito ao uso de um mecanismo de defesa em todas as situações, a pessoa analisada está livre para usar uma variedade de defesas, de maneira adaptativa. Num estudo empírico realizado no Instituto San Francisco Windholz (1972) verificou-se que as defesas não desaparecem, mas tornam-se integradas no ego como mecanismos reguladores.

Os mecanismos de defesa são determinados pela forma como se dá a organização do ego. Quando bem organizado, tende a ter reações mais conscientes e racionais. Todavia, as diversas situações vivenciadas podem desencadear sentimentos inconscientes, provocando reações menos racionais e objetivas e ativando então os diferentes mecanismos de defesa, com a finalidade de proteger o ego de um possível desprazer psíquico, como ansiedade, medo, culpa, entre outros.

Todos os mecanismos de defesa exigem certo investimento de energia e podem ser satisfatórios ou não em cessar a ansiedade, o que permite que sejam divididos em dois grupos: Mecanismos de defesa bem-sucedidos e aqueles ineficazes. Os bem-sucedidos conseguem diminuir a ansiedade diante de algo que é perigoso. Os ineficazes não conseguem e acabam por constituir um ciclo de repetições. Nesse último caso, encontram-se, por exemplo, as neuroses e outras defesas patológicas.

Trataremos, neste compêndio, de 15 mecanismos de defesa os quais são: racionalização, anulação, negação, introjeção, projeção, transformação no contrário (inversão), isolamento, repressão, formação reativa, sublimação, regressão, deslocamento, dissociação (clivagem), idealização e identificação.

2.1 RACIONALIZAÇÃO

Um dos mecanismos de defesa mais importantes é a racionalização. É o processo de achar motivos lógicos e racionais aceitáveis para pensamentos e ações inaceitáveis. É o processo por meio do qual uma pessoa apresenta uma explicação que é logicamente consistente ou eticamente aceitável para uma atitude, ação, ideia ou sentimento que causa angústia. Usa-se a racionalização para justificar comportamentos quando, na realidade, as razões para esses atos não são recomendáveis.

Existe em nós uma luta constante para dar sentido ao nosso próprio mundo de experiências, uma procura de explicações para nossos fenômenos internos, nossos comportamentos e sentimentos. Para satisfazer essa busca, evitando a angústia e mantendo o autorrespeito, criamos “explicações” altamente racionais para fatores emocionais e motivacionais, para justificar nosso “Eu”; buscamos “boas razões”, ainda que falsas, para nossas atitudes e fracassos.

Temos um exemplo de racionalização quando uma pessoa pula a roleta da estação de trem para não pagar a passagem e busca justificativas para seu ato como “a passagem é muito cara” ou “a empresa já é rica”.

A racionalização sobre algum fato não é apenas uma simples “explicação”, ela envolve um conjunto complexo de “explicações”, evitando assim ataques ao ego, ou seja, se uma for destruída haverá outra para substituí-la.

Ela também pode ser confundida com a razão, apesar de não existir uma linha muito clara que diferencie as duas, e de que a razão também pode ser influenciada por fatores emocionais e motivacionais. Na racionalização há uma nítida preocupação em justificar-se a si mesmo, conseqüentemente, adota-se uma atitude agressiva contra os contestadores de tais “explicações”, uma vez que são as defesas egóicas.

2.2 ANULAÇÃO

Uma deformação mais grave da realidade é o mecanismo de anulação. O indivíduo parece acreditar que pode contrariar ou anular suas ações anteriores que lhe fazem sentir culpado. Significa ter ações que contestam ou desfazem um dano que o indivíduo imagina que pode ser causado por seus desejos.

Assim, o indivíduo invalida pensamentos ou ações passadas e suas conseqüências, utilizando um comportamento ou pensamento com significação oposta. A anulação retroativa é uma compulsão de feição “mágica” encontrada particularmente na neurose obsessiva.

Como exemplo, temos a expiação como convicção de que um ato presente pode anular os atos passados.

2.3 NEGAÇÃO

Esse mecanismo é outro passo no caminho de afastar-se da realidade. Quando a realidade fica muito dolorosa ou perigosa para se competir com ela, o “Eu infantil” é subtraído a qualquer contato com a mesma e rejeita reconhecer sua existência. Dessa forma, Negação é a tentativa de não aceitar na consciência algum fato que perturba o ego. Talvez possa ser considerada como o mecanismo de defesa mais ineficaz, pois se baseia em simplesmente negar os fatos acontecidos à base de mentiras que acabam se confundido e, na maioria das vezes, contrariando uma à outra.

Segundo Melanie Klein (1996), a Negação é seguida de Projeção. Um bom exemplo de negação é uma pessoa que, ao ser acusada de roubo (sendo realmente culpada), diz: "eu não tenho nada comigo", "eu achei no chão", ou "o dono da loja me deu".

2.4 PROJEÇÃO

É o ato de atribuir a outra pessoa, animal ou objeto as qualidades, sentimentos ou intenções as quais se recusa em reconhecer em si próprio e, portanto, atribui-se ao outro. É um mecanismo de defesa por meio do qual os aspectos da personalidade de um indivíduo são deslocados deste para outrem. Essas projeções tendem a deslocar-se em direção a objetos e pessoas cujas qualidades e características são mais adequadas para encaixar o material deslocado. Muitas vezes nos defendemos da angústia gerada pelo fracasso, culpa ou por defeitos nossos, projetando a responsabilidade em alguém ou em algo.

Normalmente, a Projeção é precedida pela Negação e, muito frequentemente, é acompanhada pela Transformação no Contrário (Inversão).

Temos como exemplo um marido feio que exige que sua mulher seja bela, mas na verdade ele pode estar projetando o desejo de ser belo na mulher, já que foi incapaz de cumpri-lo.

2.5 TRANSFORMAÇÃO NO CONTRÁRIO (INVERSÃO)

Mecanismo de defesa que transforma o impulso instintivo em seu contrário, de ativo a passivo, ou vice-versa, num sentido puramente descritivo de conteúdo.

Quem nunca conheceu uma história de amor que se transformou em ódio?

2.6 INTROJEÇÃO

Significa incorporar atitudes, normas de agir e pensar que são dos outros e não, verdadeiramente, nossos. É o oposto de projeção.

Embora Freud tivesse escrito dois artigos clássicos sobre a "projeção" (O Caso Schreber, 1911 e Ciúme, 1922), o significado da introjeção e da projeção no primeiro período de vida mental não foi plenamente apreciado até que Melanie Klein (1985) descreveu-os detalhadamente. Ela sustentou que o desenvolvimento da criança é governado pelos mecanismos de introjeção e projeção.

Desde o início, o ego introjeta objetos como sendo "maus" e "bons", sendo o seio da mãe o protótipo de ambos. São bons os objetos pelos quais a criança consegue obter prazer e maus os que lhe tiram-no. Na opinião de Klein, é porque o bebê projeta sua própria agressão nesses objetos os quais ele os sente como maus e não apenas porque eles frustram seus desejos. A sequência que ela primeiro descreveu, de introjeção-projeção-reintrojeção, está agora

firmemente estabelecida como dinâmica básica da infância, embora continuem as discussões sobre a sua ocorrência no tempo.

2.7 ISOLAMENTO

Mecanismo de defesa característico das neuroses obsessiva-compulsivas, pelo qual um pensamento perde suas conexões associativas e é despojado de seu significado emocional.

Ele busca o distanciamento de uma pessoa ou objeto que causa desconforto por algum motivo ou o isolamento de um comportamento ou pensamento interrompendo qualquer ligação. É o mecanismo de defesa que envolve uma “separação de sistemas” para que os sentimentos perturbadores possam ser isolados, de tal forma que a pessoa se torna, completamente, insensível em relação ao acontecimento sublimado e passe a comentá-lo como se tivesse acontecido com terceiros. Nosso pensamento parece capaz, em certas circunstâncias, de manter, lado a lado, dois conceitos logicamente incompatíveis, sem tomarmos consciência de suas gritantes divergências, o que também chamamos de “comportamentos lógicos estanques”. É um processo de isolar uma, dentre as várias partes do conteúdo mental, de tal forma que as interações normais que ocorreriam entre elas se reduzam e assim os conflitos sejam evitados.

Um exemplo seria um filho que, após a morte da mãe, fala com frequência e enorme naturalidade sobre a morte dela.

2.8 REPRESSÃO

Um dos mecanismos de defesa mais importantes é a formação reativa, que está relacionada com a repressão. Quando um desejo é reprimido o “Eu” trata de evitar sua reaparição. Um dos métodos usados consiste em manter escondido o desejo reprimido estabelecendo um desejo oposto ao primeiro.

O fato de um indivíduo possuir grande dificuldade em reconhecer seus impulsos que produzem angústia ou lembrar-se de acontecimentos passados traumáticos é o que chamamos de repressão, que também é chamada de “esquecimento motivado”.

Em casos extremos (um acontecimento extremamente doloroso) a repressão pode apagar não só a lembrança do acontecimento, mas também tudo que diz respeito ao mesmo, inclusive seu próprio nome e sua identidade, criando uma profunda amnésia.

2.9 FORMAÇÃO REATIVA

Mecanismo de defesa por meio do qual o indivíduo se contrapõe a um impulso inaceitável, pela intensificação de uma antítese. A Formação Reativa defende o ego do retorno reprimido, e se serve da transformação no contrário (Inversão) dos instintos.

Padrões extremos de Formação Reativa são encontrados na paranoia e no transtorno obsessivo-compulsivo.

Como exemplos podemos citar: quando uma pessoa está com raiva de outra, mas, acaba sendo simpática com ela; ou quando um alcoólatra exalta as virtudes da abstinência.

2.10 SUBLIMAÇÃO

Permite que excitações, excessivamente, fortes decorrentes de fontes particulares da sexualidade encontrem uma válvula de escape e uso em outros campos. Na impossibilidade de realização de um desejo, encontra-se um substituto aceitável por meio do qual se possa contentar. É uma forma de deslocamento e um recalque bem sucedido. A frustração de um relacionamento afetivo e sexual mal resolvido, por exemplo, é sublimado na paixão pela leitura ou pela arte. Exemplo: um indivíduo com alta agressividade pode se tornar cirurgião, para o que necessita cortar tecidos sem hesitação; é uma forma de socializar a agressividade.

2.11 REGRESSÃO

É um retorno a um nível de desenvolvimento anterior ou a um modo de expressão mais simples ou mais infantil. É um modo de aliviar a ansiedade escapando do pensamento realístico para comportamentos que, em anos anteriores, reduziram a ansiedade. Algumas pessoas quando se sentem inseguras, agarram-se a seu cobertor tal como faziam quando bebês. É um modo de defesa bastante primitivo.

É uma sucessão genética e designa o retorno do sujeito a etapas ultrapassadas do seu desenvolvimento. Por exemplo, o choro das pessoas em certas situações pode ser uma regressão à infância, que pode ter tido uma situação em que o choro "resolveu" o "problema", então a pessoa, inconscientemente, usa aquele mesmo "método" para "resolver" a nova situação.

Usamos a regressão para fantasiar com o objetivo de criar uma válvula de escape, defender-nos de ameaças e angústias. É muito eficiente, pois dissipa a angústia e nos torna capazes de enfrentar novamente o problema. Entretanto, de forma constante, nos afasta da realidade, nos fornece falsos e efêmeros sentimentos de triunfo e o despertar para a realidade.

Fumar e usar outros tipos de objetos orais que nos proporcionam prazer momentâneo é uma regressão também porque nos remete à satisfação do bebê com a boca e o ato de sugar o leite.

2.12 DESLOCAMENTO

É o mecanismo de defesa onde a pessoa substitui a finalidade inicial de uma pulsão por outra diferente e socialmente mais aceita. Durante uma discussão, por exemplo, a pessoa tem um forte impulso em socar o outro, entretanto, acaba deslocando tal impulso para um copo,

o qual atira ao chão. A carga psíquica é, dessa forma, transferida de uma representação mental a outras por cadeia associativa; constitui, ao lado da condensação, um dos elementos do processo psíquico primário.

Energia não é perecível. Ela pode ser armazenada, manipulada, mas não destruída. Este postulado da preservação da energia mental é um dos princípios diretores da Psicanálise. Daí supor-se que se a eletricidade pode transformar-se em luz ou energia térmica ou dinâmica, o físico tem a comprovação que os diferentes tipos de energia constituem uma só, em diferentes estados.

Dessa forma, o comportamento humano pode ser apresentado como uma série de arcos reflexos, onde um estímulo age sobre o organismo que produz um desequilíbrio, gerando tensão, que produz uma ação e descarrega energética. Essa descarga de energia produz equilíbrio, percebido em forma de calma.

O Deslocamento é um mecanismo de defesa, facilmente, visto nos sonhos. Encontra-se na formação dos sintomas psiconeuróticos e em qualquer formação inconsciente. Embora, em essência, pertença ao processo primário, tem função defensiva e, no sonho, pode surgir como efeito da censura.

2.13 DISSOCIAÇÃO (CLIVAGEM)

A dissociação (clivagem) pode envolver o ego e o objeto:

- ✓ Dissociação do Ego: mecanismo de defesa pelo qual o ego é cindido, geralmente, em dois, sendo apenas um deles experimentado como “Eu” e o outro como estranho ou inconsciente. O mecanismo de Dissociação tende a vincular-se à Negação e à Projeção, constituindo defesas esquizoides.
- ✓ Dissociação de Objeto: mecanismo de defesa por meio do qual um objeto é associado em “bom” e mau” objeto, de tal sorte que as atitudes emocionais em relação a eles são antitéticas. A Dissociação de Objeto evita a angústia do conflito entre os impulsos eróticos e destrutivos ao mesmo objeto.

A escola Kleiniana considera que a Dissociação de Objeto é sempre acompanhada de uma Dissociação Correlativa do Ego.

O conceito de clivagem da consciência ("eu normal" versus "eu secundário") foi descrito, primariamente, por Pierre Janet na obra *De l'Automatisme Psychologique* (1889). Ronald Fairbairn (*apud* RUBENS, 1996) também desenvolveria o conceito em sua formulação da teoria da relação de objetos.

Freud usou o conceito de maneiras diferentes: como um princípio organizador geral no desenvolvimento e funcionamento psíquico, a contrapartida patológica da síntese; como um processo especificamente ligado à organização do conteúdo mental; como um meio de funcionamento defensivo; e como um processo associado com a formação de conceitos psíquicos contraditórios coincidentes, como os do fetichista.

Atualmente, a clivagem é extensamente discutida por Mahler (1975); Kernberg (1976); Kohut (1978), assim como por Kleinianos e outros.

Tanto Mahler (1975) como Kernberg (1976) esclarecem a ideia mais antiga de que as primeiras experiências infantis promovem uma organização de dois conjuntos de traços de memória, baseados na qualidade primordial de agradável-bom-recompensador e doloroso-mau-punitivo. Mahler (1975) afirma que eles existem como “ilhas de memória que contêm marcas de estímulos ‘agradável-bom’ ou ‘doloroso-mau’ ainda não alocados ao ‘Eu’ ou ao ‘não-Eu’”.

Kernberg (1976) resume de maneira excelente o processo de clivagem ao usar o termo num sentido restrito e limitado, que se refere apenas ao processo ativo de manter separadas introjeções e identificações de qualidade oposta.

2.14 IDEALIZAÇÃO

Mecanismo de defesa pelo qual as qualidades do “bom” objeto são levadas ao extremo (perfeição), evitando assim impulsos destrutivos às características não desejáveis do objeto. Dessa forma, o indivíduo exagera os aspectos positivos do objeto.

As pessoas, às vezes, idealizam lembranças boas como as férias e as veem como os “dias mais felizes”, contudo não conseguem lembrar-se de tensões ocorridas durante esses períodos.

2.15 IDENTIFICAÇÃO

Em muitos escritos, Freud fez uso dela. Em 1897, numa carta a Fliess, ele escreve a respeito da multiplicidade das personalidades psíquicas (então um tópico muito significativo) que “o fato da identificação talvez nos permita tomar a frase literalmente”. No período pós-Primeira Guerra Mundial, quando começou a refletir sobre os problemas dos relacionamentos interpessoais, Freud dedicou crescente atenção ao processo da identificação. Inicialmente, o sustentava, a catexia objetual e a identificação como indistinguíveis. Com o início do Complexo de Édipo, as catexias objetuais (desejo sexual pelos pais) foram reformuladas para identificações com os pais. Daí vem a fórmula: as catexias objetuais regridem para identificações. “A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e, ali, ela forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua sua proibição contra o incesto, desta forma protegendo o ego do retorno à catexia objetual libidinal.”

Em 1936, Anna Freud descreveu uma variação da defesa como identificação com o agressor. Isto é visto por ela como ocorrendo numa variedade de contextos — na agressão física, na crítica, relacionamentos mãe-filho e assim por diante. Há uma inversão de papéis — a vítima torna-se agressora. Isto explica a perpetuação de padrões de família, por exemplo, a filha maltratada pela mãe, trata mal sua própria filha, por sua vez, por uma identificação com a agressora.

Nunberg (1955) distinguiu entre identificação parcial e total e apresentou a mais clara exposição de todo o mecanismo de defesa e seu relacionamento com a identificação normal quando disse que o conceito da identificação como um mecanismo de defesa não exclui seu

outro aspecto, o positivo. Há, de fato, também uma identificação resultante do amor, que nada tem a ver com a defesa.

Como se frisou, a identificação pode ser ambivalente e, no contexto presente, vemos que o lado negativo de um processo ambivalente pode ser usado como uma defesa contra seu lado positivo. Como o amor reprime o ódio, o inverso também pode ocorrer, o ódio reprimir o amor. Em qualquer caso, por intermédio da identificação, estabelece-se uma união entre o ego e o objeto ou instinto que se quer afastar. O que não pode ser afastado daquele é afastado através da assimilação, a síntese. Esta forma de defesa tem, aproximadamente, este significado: “Se não posso conquistar o inimigo de qualquer outra forma, unir-me-ei a ele e, desta maneira, torná-lo-ei inofensivo.”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mecanismos de defesa designam, na teoria psicanalítica em particular, as ações psicológicas que têm por finalidade reduzir qualquer manifestação que pode colocar em perigo a integridade do ego, onde o indivíduo não consiga lidar com situações que, por algum motivo, considere ameaçadoras.

São processos subconscientes ou mesmo inconscientes que permitem à mente encontrar uma solução para conflitos não resolvidos no nível da consciência.

As bases dos mecanismos de defesa são as angústias. Quanto mais angustiados estivermos, mais fortes os mecanismos de defesa ficam ativados. Porém, nem sempre o indivíduo é capaz de resolver um problema de forma imediata e direta, pois nossos problemas pessoais não podem ser resolvidos somente por meio da razão. Isso se dá pelo fato de que os problemas pessoais trazem consigo, ainda, envolvimento emocional, o que diminui nossa objetividade.

Consequentemente, somos levados a resolvê-los de forma indireta e tortuosamente, buscando ajustamento, a fim de adaptarmo-nos às exigências impostas pela sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS

- ERSKINE, Richard O. Estrutura do Ego, Função Intrapsíquica e Mecanismos de Defesa: Um Comentário sobre os Conceitos Teóricos originado de Eric Berne. In_: **Transactional Analysis Journal**, Vol. 18, n° 1 - janeiro de 1988. Disponível em: <https://www.integrativetherapy.com/pt/articles.php?id=50>. Acesso em 25 de agosto de 2021.
- FREUD, Anna. **O Ego e os Mecanismos de Defesa**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FREUD, Sigmund. **Obras Completas** – Edição Standart Brasileira. São Paulo: Imago, 1976.
- FROMM, Erich. **Análise do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1947.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Introdução à Metapsicologia Freudiana (volume 1)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____, Luiz Alfredo. **Introdução à Metapsicologia Freudiana (volume 2)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____, Luiz Alfredo. **Introdução à Metapsicologia Freudiana (volume 3)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JANET, Pierre. **De l'Automatisme Psychologique [Of Psychological Automatism]**. [S.l.: s.n.] p. 317, 1899. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Clivagem_\(psicologia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Clivagem_(psicologia))>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

KERNBERG, O. **Object relations theory and clinical psychoanalysis**. N.Y, Jason Aronson, 1976.

KLEIN, Melanie. **Inveja e gratidão e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1985.

_____. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KOHUT, H. **The analysis of the self**. N.Y., International University Press, 1971.

KOHUT, H. & WOLF, E.S. "**The disorders of the self and their treatment: an outline**". *The International Journal of Psychoanalysis*, 59:413-426, 1978.

MACCOBY, Michael; MCLAUGHLIN, Neil. **Socialpsychoanalysis and radical humanism: a Fromm-Bourdieu synthesis**. *Fromm Forum*, Tübingen, edição especial, n. 23, p. 45-57, 2019. Disponível em: <https://efsc.ipuberlin.de/fileadmin/downloads/2-forschungskonferenz-print/Maccoby_M_Mclaughlin_N_2019.pdf>. Acesso em 15 julho de 2021.

MAHLER, M.S.; PINE, F. & BERGMAN, A. **The psychological birth of the human infant**. N.Y, Basic Books, 1975.

NUNBERG, H. **Principles of psychoanalysis: their application to the neuroses**. International Universities Press, (1955). Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/1956-06196-000>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

ONS, Silvia. **Tudo o que você precisa saber sobre Psicanálise**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2018.

ROBBINS & COTRAN. **Patologia - Bases Patológicas das Doenças**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2010.

RUBENS, R. L. (1996). **The unique origins of Fairbairn's Theories**. *Psychoanalytic Dialogues: The International Journal of Relational Perspectives*. 6 (3): 413-435. doi:10.1080/10481889609539128. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Clivagem_\(psicologia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Clivagem_(psicologia)). Acesso em 20 de agosto de 2021.

SILVA, Elizabete Bianca Tinoco. **Mecanismos de Defesa do Ego**. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0212.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

TALLAFERRO, A. **Curso Básico de Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

TEIXEIRA, Vanessa Leite. **A escolha do sintoma na neurose obsessiva**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Campus Coração Eucarístico, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/ASROCKH310CM/Downloads/6223-Texto%20do%20artigo-21104-1-10-20170310.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2021.

VOLPI, José Henrique. **Mecanismos de defesa**. Artigo do curso de especialização em Psicologia Corporal. Curitiba: Centro Reichiano, 2008. Disponível em: <<http://www.centroreichiano.com.br/artigos/Artigos/Mecanismos%20de%20Defesapdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

A marble statue of a bearded man, likely a philosopher, in a thinking pose. The statue is shown from the chest up, with its right hand resting on its chin. The background is a clear blue sky. The image is partially obscured by a dark blue vertical bar on the right and a bright green triangle in the top right corner.

CAPÍTULO 3

UM OLHAR ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

UM OLHAR ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ariane Pimentel Feltrin Barth

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar a violência doméstica e familiar praticada contra a mulher, com base na Lei Maria da Penha que foi sancionada em 07 de agosto de 2006. A cada ano, mais de um milhão de mulheres são vítimas da violência praticada no País, segundo dados do IBGE. Sob o aspecto sócio cultural e positivo, desde suas possíveis raízes culturais existe a necessidade de criação de mecanismos de proteção que possam garantir os seus direitos fundamentais, trazendo novos mecanismos, com respostas efetivas do Estado, possibilitando o encorajamento das mulheres a formalizar denúncias. A Lei do Feminicídio foi sancionada pela presidente Dilma Roussef em 2015, colocando a morte de mulheres no rol dos crimes hediondos, diminuindo a tolerância de tamanha violência. Os diferentes conceitos relacionados à violência contra a mulher, bem como suas possíveis manifestações, apresentando instrumentos voltados ao combate e prevenção deste grave problema social que atinge um número enorme de mulheres vítimas da violência. Será focalizada uma análise mais detida da lei de combate e prevenção da violência contra a mulher, no âmbito doméstico e familiar, a Lei nº 11.340/06, a “Lei Maria da Penha”, promulgada com o objetivo de efetivar os direitos constitucionalmente definidos à mulher, uma vez que a violação desses direitos continua sendo desrespeitada. A Lei Maria da Penha é reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações no enfrentamento à violência contra as mulheres no mundo, a qual contribuiu para uma diminuição de cerca de 10% na taxa de homicídios. A aplicação da lei garante o mesmo atendimento para mulheres que se relacionam com outras mulheres, garantindo a aplicação da lei para transexuais que se identificam como mulheres, em relação ao gênero.

Palavras-chave: Mulher. Violência Doméstica. Violência Familiar. Violência contra a Mulher. Violência de Gênero. Feminicídio.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do estudo é a preocupação com a violência doméstica sofrida no ambiente familiar contra a mulher, baseada na Lei Maria da Penha 11.340/2006. Tendo como finalidade principal indagar os meios de amparar à vítima da violência doméstica e a correção de seus agressores. Em muitas culturas as mulheres são tratadas como cidadãs de classe inferior, tratadas com indiferença. A violência contra as mulheres é um problema mundial que atinge todas as sociedades e culturas e afeta as mulheres independente da sua raça, etnia, origem social, cultura ou religião.

A violência doméstica e familiar contra as mulheres é recorrente e, presente em todos os lugares, motivando crimes hediondos e graves violações de direitos humanos onde as mulheres são responsabilizadas pela violência dentro de seus lares. Variadas leis e normas nacionais e internacionais sabem da importância urgente em reconhecer que a violência

doméstica e familiar contra as mulheres é inaceitável e, que o Estado deve assumir um compromisso de resolver essa situação.

O termo violência deriva da palavra latina vis, que significa força, referindo-se a constrangimento, onde a superioridade é usada invadindo a autonomia, a integridade física ou psicológica de outra pessoa. A violência doméstica contra a mulher é crime, a Lei Maria da Penha apareceu como solução para resgatar todas as vítimas desse tipo de impunidade.

A violência doméstica prejudica a mulher, acarreta graves consequências psicológicas que podem persegui-la por toda vida, como a depressão, fobia, vergonha, consumo de álcool e drogas, distúrbios no sono e na alimentação, trazendo consequências físicas como graves lesões e pode acarretar problemas sexuais como doenças sexualmente transmissíveis, perda do interesse sexual, infertilidade, dentre outras consequências.

2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A mulher vive tempos de opressão e submissão, sendo vítima das mais variadas formas de violência, nos dez primeiros meses do ano passado, no ano de 2015, o País registrou 63.090 relatos de agressões praticadas contra a mulher, correspondendo a um relato a cada sete minutos no País. Mesmo em países de primeiro mundo onde o progresso é reconhecido, essa prática de igualdade está distante da realidade. No período do Carnaval de 2016, os relatos de violência doméstica contra a mulher praticamente triplicaram neste período. O tipo de violência mais praticado foi o de violência física, seguidas pela violência psicológica. A Lei Maria da Penha também existe para os casos que independem de parentesco, podendo o agressor ser o padrasto ou madrasta, sogro ou sogra, cunhado ou cunhada, irmão ou irmã, desde que a vítima seja mulher.¹

Antes de sua promulgação, as agressões sequer eram identificadas como violação dos direitos humanos, agora como afirmada em seu art. 6º:

A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos”. O agressor precisa compreender que ele não é o proprietário de sua mulher, não podendo dispor de seu corpo, não podendo comprometer impunemente sua integridade física, psicológica e a sua liberdade sexual. Violência doméstica, é a violência que acontece no seio de uma família. Foi consagrado, no âmbito infraconstitucional, a ideia de que a família não é constituída por imposição da lei, mas sim, por vontade dos seus próprios membros. Foi somente com o advento do novo sistema legal que a mulher, visivelmente mais frágil, começou a receber a merecida atenção. “Por via complementar, pode-se afirmar que a Lei Maria da Penha protege, além da mulher vítima de violência, a família e a sociedade, dado que o sofrimento individual de mulher ofendida agride ao equilíbrio de toda a comunidade e a estabilidade das células familiares como um todo (PARODI e GAMA, 2010, p. 130).

¹ Leonardo Barreto Moreira Alves. O reconhecimento legal do conceito moderno de família..., p. 149.

2.1 UNIÕES HOMOAFETIVAS

A Lei garante proteção às mulheres que estejam em um relacionamento homoafetivo, as uniões homoafetivas não podem ser negadas, embora não estejam previstas na Constituição Federal, no entanto, trata-se como princípio fundamental, o respeito a dignidade humana, sendo alvos de proteção constitucional.

A omissão do legislador impõe à doutrina e à jurisprudência o encargo de identificar as uniões homoafetivas como entidades familiares no âmbito do Direito das Famílias. A falta de lei não pode servir de empecilho. O art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro indica o caminho. O juiz deve fazer uso da analogia, dos princípios gerais de Direito e dos costumes. Como alerta Zeno Veloso, a interpretação deve ser axiológica, progressista, na busca daqueles valores, para que a prestação jurisdicional seja democrática e justa, adaptando-se às contingências e mutações sociais ¹.

A única referência legal à natureza familiar das uniões homoafetivas encontra-se na Lei Maria da Penha. Diz o seu art. 2º: “Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”. O parágrafo único do art. 5º reitera que independem de orientação sexual todas as situações que configuram violência doméstica e familiar. Como é assegurada proteção legal a fatos que ocorrem no ambiente doméstico, isso significa que o legislador reconhece as uniões de pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Assim, toda relação de parentesco, de afinidade, de socio afetividade ou de afeto, em eficácia ou rompida, tenha havido ou não coabitação ou prática de relações sexuais, todo e qualquer relacionamento desta natureza está protegido por esta lei.²

O vínculo independe de sexo de seus participantes, quando duas pessoas passam a viver juntos, tendo uma vida em comum, caracterizado pelo amor e respeito mútuo, gerando direitos que não podem ficar longe da tutela jurídica. Quando seus membros vêm reclamar a tutela jurídica, o juiz não pode se omitir. Incabível que suas convicções subjetivas o impeçam de julgar, pois a mais cruel consequência do agir omissivo é a perpetração de grandes injustiças. Segundo Rodrigo da Cunha Pereira, “[...] em nome de uma moral sexual dita civilizatória, muita injustiça tem sido cometida. O Direito, como instrumento ideológico e de poder, em nome da moral e dos bons costumes, já excluiu muitos do laço social”³.

A Lei Maria da Penha tem o objetivo e finalidade de proteger a mulher, com esse novo conceito de família, independentemente do sexo dos parceiros, aceitos como entidade familiar. A Lei busca a preservação plena da dignidade da pessoa humana, fazendo valer o gênero alegado pela pessoa vitimada sem distinção da orientação sexual, assegurando a proteção tanto de lésbicas como travestis, transexuais e transgêneros do sexo feminino, que mantem relação íntima de afeto. Para o reconhecimento da violência doméstica, preocupou-se o legislador em delimitar o seu alcance. Assim define a unidade doméstica (art. 5º, inc. I) como: “espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas”. Depois, estabelece que a violência passa a ser doméstica quando praticada: a) no âmbito da unidade doméstica; b) no âmbito da família; ou c) em qualquer relação íntima de

¹ Lei nº 12.376, de 30 de dezembro de 2010.

² Zeno Veloso, Homossexualidade e Direito, p. 92.

³ Rodrigo da Cunha Pereira, A Sexualidade Vista pelos Tribunais, p. 281.

afeto, independentemente da orientação sexual da vítima. É obrigatório que a ação ou omissão ocorra na unidade doméstica ou familiar ou em razão de qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. De modo expresso, está ressalvado que não há necessidade de vítima e agressor viverem sob o mesmo teto para a configuração da violência como doméstica ou familiar. Basta que agressor e agredida mantenham, ou já tenham mantido, um vínculo de natureza familiar.¹

2.2 TIPOS DE VIOLÊNCIA COMETIDA CONTRA A MULHER

O homicídio é a manifestação mais extrema da violência contra a mulher, sendo o mais alto grau de severidade, violência que não se produz isoladamente, antes acontece a violência verbal, as agressões físicas, danos materiais, entre outras agressões.

O sofrimento causado e o dano psicológico trazem a mulher muita dor e sua alta estima desaparece, causando depressões profundas, doenças provenientes dos maus tratos, como a síndrome do pânico, medo constante do marido, a mulher muitas vezes fica impedida de sair de casa, motivada pelo ciúme constante do companheiro agressor.

2.2.1 Violência de gênero

Pode-se definir o gênero como uma construção sociocultural do masculino e do feminino, a socialização da masculinidade e da feminilidade dominantes. São os papéis ensinados às meninas e mulheres, aos meninos e aos homens. Não são papéis biológicos mais sim papéis resultados da socialização.

As características masculinas chamadas de construções sociais: o comando, a agressividade, a iniciativa, a fortaleza, e as chamadas características femininas contrapostas: passividade, não iniciativa, a obediência, a fraqueza. Quando denotamos as relações de gênero, estamos falando em relações entre esses papéis e características. Conceito esse como sendo uma categoria de análise das relações entre mulheres e homens.

A expressão violência de gênero compreende violências baseadas em estereótipos e preconceitos, atingindo não somente as mulheres e atingindo também homens.

2.2.2 Violência contra a mulher

Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como em espaços privados. Seria qualquer conduta, ação ou omissão de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause danos, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político, econômico ou perda patrimonial.

¹ Ana Cecília Parodi e Ricardo Rodrigues Gama, Lei Maria da Penha, p. 130.

2.2.3 Violência intrafamiliar

A violência intrafamiliar é aquela perpetrada como a violência cometida dentro do âmbito familiar ou até mesmo fora de casa por algum membro da família, mulher, criança ou adolescente, incluindo aquela pessoa que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra pessoa.

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde ocorre a violência, mas também às relações em que se constrói e efetua.

2.2.4 Violência doméstica

Na violência doméstica são incluídos outros membros do grupo, distinguindo-se da violência intrafamiliar, sem função parental, que convivam no mesmo espaço, dentro do lar. Pessoas que convivam esporadicamente, como os empregados ou agregados.

Praticado geralmente por um membro da família que viva com a vítima. Incluindo entre essas agressões domésticas: o abuso físico, o abuso sexual, o abuso psicológico, a negligência e o abandono.

2.2.5 Violência física

A violência que agride o corpo da mulher. Esta violência pode se manifestar de várias formas: através de queimaduras, golpes com objetos, socos, pontapés, mordidas, tapas, torção, rasteira, empurrão, beliscões.

Acontece quando uma pessoa que está em relação de poder em relação a outra, causa ou tenta causar dano não acidental, por meio de força física ou de algum tipo de arma, como facas, estiletes, móveis ou armas de fogo, que podem provocar ou não lesões externas ou internas. O castigo repetitivo, não severo, também é considerado violência física.

2.2.6 Violência sexual

É toda a ação que obriga uma pessoa a manter relação sexual, de forma degradante ou que não deseja contato sexual, físico ou verbal, a participar de outras relações com uso de força, coerção, intimidação, manipulação, suborno, ameaça, chantagem, qualquer tipo de mecanismo que aconteça contra a vontade da mulher. Ser forçada a fazer sexo, acometida pelo estupro, onde o agressor obriga a vítima a praticar sexo com terceiros.

Este tipo de violência também pode acontecer por parte do marido ou companheiro da mulher, vítima da agressão.

2.2.7 Violência psicológica e moral

É o controle das ações, dos comportamentos, das decisões, da ação ou omissão destinada a degradar a mulher, comportamentos, crenças e decisões por meio de intimidação, manipulação, ameaçando direta ou indiretamente, humilhando, isolando ou prejudicando o desenvolvimento pessoal, a autodeterminação e à saúde psicológica da mulher. Esse tipo de violência ocorre através de difamação, proibições de sair de casa, de estudar, de trabalhar, se expressar, de interagir com outras pessoas, com familiares, amigos e até mesmo ser agredidas com palavras ofensivas. Muitas mulheres permanecem presas dentro de seus lares e na maioria

dos casos seus familiares nem percebem o que está acontecendo, pois, a mulher permanece calada por medo de novas represarias e ameaças até mesmo de morte feita pelo seu companheiro. Os filhos também acabam entrando nesse rol de ameaças, sendo agredidos verbalmente e fisicamente. A mãe permanece calada com intuito de proteção, mas a violência continua.

2.2.8 Violência patrimonial

O ato de violência que cause danos, perda, destruição, subtração, retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores, quebrar móveis e eletrodomésticos, atirar objetos pela porta ou fora dela, rasgar roupas ou documentos, ferir ou matar animais de estimação, isso tudo implica em formas de violência patrimonial, dificultando o acesso da vítima à autonomia feminina.

Inúmeras mulheres sofrem esse tipo de agressão, porém não sabem que esse tipo de agressão sempre foi parte do rol de violências cometidas contra a mulher.

2.2.9 Violência institucional

Qualquer ato constrangedor, maneira inapropriada ou omissão no atendimento realizado por agentes de órgãos públicos que deveriam prestar informação e serviços de maneira adequada e respeitosa, protegendo a mulher, vítima de vários tipos de violência, reparando as consequências causadas.

2.2.10 Violência conjugal

É o tipo de violência que ocorre entre companheiros, cônjuges, podendo incluir as relações interpessoais, como ex namorados, ex noivos, ex companheiros. Na relação entre quatro paredes somente a mulher agredida sabe e sente o sofrimento no corpo e na alma, a

violência conjugal é o tipo de sofrimento causado diariamente, maridos violentos atacam suas companheiras sem piedade, nem misericórdia, isso precisa ser combatido com a Justiça.

3 CAMPANHAS DE AUXÍLIO À MULHER

A violência doméstica é um tema difícil de tratar, pois inúmeras mulheres sentem vergonha e não delatam o agressor por medo de novas agressões. A prevenção, ao lado da responsabilização pode evitar a formação de novos agressores e de novas agredidas. As lutas no campo da justiça, da saúde, da educação e da cultura podem interromper esse tipo de violência e apagar essa tragédia familiar da vida de milhões de casais e de seus filhos.

A erradicação da violência doméstica contra as mulheres dependerá do comprometimento de toda sociedade, incluindo a mídia e a sensibilização dos meios de comunicação para resolverem essa situação tão assustadora e ameaçadora de violência.

Depende também do esforço das mulheres em não se calarem frente a situação de tamanha violência, depende também do compromisso dos próprios homens em reprovarem a violência contra as mulheres cometidas por outros homens.

O movimento de mulheres vítimas da violência conquistou significativas medidas jurídicas, políticas e sociais que responsabilizam os agressores da violência contra as mulheres. As feministas enfrentaram toda sorte de preconceito, eram chamadas de mal amadas, ou a frase, toda mulher gosta de apanhar, um tapinha não dói, rondava o imaginário masculino.

Apresentando um grau elevado de tolerância, sendo considerado um problema íntimo ou a falso pensamento de que em briga de marido e mulher ninguém deve se meter. Os vizinhos, familiares ou qualquer pessoa que sabe o que está acontecendo e que a mulher está sendo vítima de agressões deve se manifestar através de denúncia ao 180 e ao 190. Podendo ser fundamental ao apoiar a mulher, entrando em contato com a polícia e aos órgãos de proteção a mulher.

3.1 OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA

Foi organizada como parte das celebrações dos dez anos da Lei Maria da Penha, o Observatório da Mulher contra a Violência e o lançamento de seu Portal de informações. Com o intuito de reunir dados, pesquisas e análises produzidas sobre o tema, o Portal do Observatório da Mulher contra a Violência uma das ferramentas a dar visibilidade e a permitir tanto o cruzamento dos dados oficiais sobre violência contra a mulher como a troca de conhecimento entre público em geral e instituições envolvidas no combate a esse tipo de violência.

O Observatório foi criado em março, pela Resolução do Senado nº 7, de 2016, de autoria da senadora Simone Tebet (PMDB-MS), presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Tendo como missão contribuir para o fim da violência contra as mulheres, atuando como plataforma de referência em dados, pesquisas, análises e intercâmbios entre instituições e pessoas atuantes no combate à violência contra mulheres.

Cumprindo e reforçando o determinado pela Lei Maria da Penha sobre a promoção e catalogação de estatísticas e informações relevantes relacionadas às causas, consequências e frequência de casos dessa violência ainda renitente. Interativo, o Portal do Observatório da Violência contra a Mulher – nesse primeiro momento – reunirá informações sobre a rede de atendimento às vítimas, pesquisas, enquetes, estudos, estatísticas e dados oficiais, além de notícias sobre o tema, veiculadas pelo Senado, ações legislativas e links para instituições oficiais que atuam no combate a esse tipo de violência. Há também, em desenvolvimento, uma plataforma que tornará possível não apenas a disponibilização de tais dados de forma sistemática, mas ainda cruzamentos, capazes de facilitar a utilização de dados produzidos para análise do tema – seja por cidadãos, pesquisadores, especialistas, sociedade civil organizada ou por gestores de distintos poderes e esferas governamentais.¹

3.2 O QUE OS HOMENS PENSAM SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Numa pesquisa realizada a maioria de 56% dos homens admitem que já cometeram alguma dessas formas de agressão: xingou, empurrou, agrediu com palavras, deu tapa, deu soco, impediu de sair de casa, obrigou a fazer sexo².

- ✚ 75% dos homens apanharam de um adulto quando criança;
- ✚ A maioria considera inaceitáveis certas condutas por parte da mulher: 85% condenam que ela fique bêbada;
- ✚ 69% que saia com amigos/as, sem o marido, deve sempre estar acompanhada pelo seu companheiro ou namorado;
- ✚ 46%, que ela use roupa que consideram “inadequada”, roupas decotadas, mini saias, calças apertadas;
- ✚ 37% dos homens acham que, por causa da Lei Maria da Penha, as mulheres os desrespeitam mais;
- ✚ 89% dos homens consideram inaceitável que a mulher não mantenha a casa em ordem;
- ✚ 53% a mulher é a principal responsável pelo sucesso do casamento;
- ✚ 96% aceitariam alguma forma de mediação em caso de conflito com a mulher;

A pesquisa “Percepções dos Homens sobre a Violência Doméstica contra a Mulher” foi realizada entre agosto e setembro de 2015, e foram incluídas duas etapas, uma quantitativa – com entrevistas em profundidade com 995 homens e 505 mulheres de 16 anos ou mais, em 50 municípios das cinco regiões brasileiras – e uma qualitativa, em que participaram 13 especialistas no tema da violência doméstica contra mulheres e seis homens autores de violência.

¹ Agência Senado, Reprodução Autorizada mediante a citação da Agência Senado

² A pesquisa “Percepções dos Homens sobre a Violência Doméstica contra a Mulher” foi realizada entre agosto e setembro de 2015.

3.3 FASES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

As relações da violência se manifestam através de um ciclo vicioso, através de três fases, repetindo-se por meses ou anos, apresentando-se da seguinte maneira:

1. Momento de tensão, onde o abusador se torna nervoso, irritado, acumulando-se por meio de desentendimentos, brigas, atritos, ameaças, de ambos os lados.
2. A seguir vem a fase explosão da violência, da agressão, empurrões, socos, pontapés, usando utensílios como garrafas, facas, ferro ou qualquer objeto para efetuar a agressão física. Muitas mulheres são torturadas, de diversas maneiras, são presas em casa, sem direito a sair de casa, ficando até mesmo em cárcere privado, queimadas com álcool por todo corpo, outras são levadas a morte.
3. Depois vem a fase da lua de mel, da reconciliação, aonde o agressor vem com falsas promessas, desculpas de que isso não voltará a acontecer, promete mudar o comportamento, finge que tudo está bem, que as agressões não voltarão a acontecer, se torna carinhoso, bonzinho, traz flores ou presentes, fazendo com que a mulher acredite que aquilo não vai mais voltar a acontecer.

A bondade não permanece por muito tempo, logo tudo se repete, as agressões e as humilhações. Muitas famílias são destruídas, deixando filhos órfãos, todos os dias, milhares de mulheres são agredidas por seus companheiros. As Nações Unidas definem violência como o “uso intencional da força física ou poder, ameaça real, contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha uma alta probabilidade de resultado, dano, lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação”. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas as outras com espírito de fraternidade”, excluindo qualquer tipo de violência.

3.4 A MULHER E A MITOLOGIA GREGA

Na mitologia grega a mulher foi criada com o intuito de levar os homens a perdição, foi criada a partir de uma estátua de bronze, recebendo de cada deus um dom. Apolo lhe deu a voz encantadora, Mercúrio lhe deu a língua, Atena lhe cobriu o corpo com um vestido encantador, Vênus lhe deu a infinita beleza, recebendo os mais diversos dons, a mulher se tornou um ser glorioso e encantador aos olhos dos homens. Pandora criou uma caixa onde foram colocados todos os males da humanidade, Epitemeu acabou se apaixonando pela sua infinita beleza e formosura. Epitemeu recebe de Pandora a caixa com todos os males da humanidade, a inveja, o orgulho, a ambição, a maldade, a crueldade, a traição, a doença. Havendo na caixa um único bem capaz de salvar a humanidade, a esperança. Por causa de Zeus, saíram todas as maldades da caixa de Pandora, impedindo que a esperança fosse recebida

pelos homens. Assim tudo se perdeu, o paraíso e a felicidade que poderia ser conquistado com seu trabalho. Quem foi a pessoa culpada por todos os problemas causados, a mulher.

Eva desobedeceu a Deus e levou o homem Adão a comer do fruto proibido. O paraíso foi perdido por culpa da grande vilã e astuta mulher. Os pensadores da antiguidade têm sua opinião nada lisonjeira sobre a mulher: Eurípedes dizia que a mulher era uma vítima de irremediável inferioridade mental. Pitágoras, filósofo grego, dizia que existia o princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e o princípio mal que criou o caos, a treva e a mulher. Aristóteles, filósofo, após muitos séculos, tinha a seguinte opinião, a mulher é mulher em virtude de uma deficiência, que devia viver fechada em sua casa e subordinada ao homem. Shopenhauer, filósofo alemão, a mulher é um animal de cabelos longos e ideias curtas. Jesus foi o único homem que disse que a mulher poderia alcançar o reino dos céus, da mesma forma que o homem, evitou o apedrejamento da mulher adúltera e lembrou que ao lado dela também existia um homem adúltero. Muitos católicos ligados à igreja tinham uma visão nada cristã da mulher, dizendo o seguinte:

Tertuliano: “Mulher és a porta do diabo, persuadiste aquele que o diabo não ousava atacar de frente. É por tua causa que o filho de Deus teve que morrer; deveria sempre andar vestida de luto e andrajos”.

São João Crisóstomo: “Em meio a todos os animais selvagens não se encontra nenhum mais nocivo do que a mulher”.

São Tomás de Aquino: “A mulher é um ser “ocasional e incompleto”, uma espécie de homem falhado”.

Santo Agostinho: “A mulher é um ser que não é seguro nem estável, é odienta para a tormenta do marido, é cheia de maldade, é o princípio de todas as demandas e disputas, via e caminho de todas as iniquidades”.

Decepcionante esse pensamento de grandes filósofos e grandes homens da antiguidade, com essas expressões maldosas em relação as mulheres, um homem não nasce sem a mulher, todos os homens tiveram uma mãe, um ser grandioso que lhes deu amor e principalmente o direito à vida. O homem se acha superior a mulher, causadora de toda a desonra e maldade, de todo o mal e deve morrer. Detentor de um profundo egoísmo, o homem consegue enxergar a mulher apenas como serviçal para as tarefas cotidianas da casa, cozinhar, lavar, passar, criar os filhos e ainda ser objeto de seus desejos e prazeres sexuais, sem considerar o bem estar da mulher. A mulher se tornou vítima da violência, em todas as camadas sociais, onde é ofendida, agredida, espancada, maltratada, explorada sexualmente, e levada até mesmo ao homicídio. Em se tratando de violência, o termo em uso, em sua definição mais reiterada significa fazer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo do qual não tem vontade.

Neste sentido, compreende-se a violência como um fenômeno que se impõe de forma contrária à vontade de uma pessoa. Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, entende-se violência como: O uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou na comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação de liberdade.

3.5 MITOS SOBRE A MULHER

Nos tempos atuais ainda persistem algumas ideias pré-concebidas acerca da violência doméstica, portanto não são mitos e não correspondem de forma alguma a verdade.

Mitos mais comuns:

- ✚ Entre marido e mulher ninguém mete a colher;
- ✚ No amor e na guerra vale tudo;
- ✚ O amor não tem lei;
- ✚ O amor é cego;
- ✚ Quanto mais me bates mais gosto de ti;
- ✚ Depois da tempestade vem a bonança;
- ✚ Há males que vem para o bem;
- ✚ Com o tempo tudo se cura;
- ✚ Violência doméstica não é problema na minha comunidade;
- ✚ Violência doméstica somente ocorre com mulheres;
- ✚ Violência ocorre com mulheres negras ou com mulheres pobres.

As vítimas da violência podem ser de qualquer idade, raça, sexo, cultura, religião, educação, estado civil. Todas as classes sociais sofrem a opressão, afetando todas as mulheres, muito mais que os homens, acontecendo muito mais na esfera privada. Já foi levantado uma pesquisa na qual percebe-se que as mulheres são vítimas de assassinatos dentro do seu próprio lar, enquanto os homens sofrem assassinatos nas ruas, nos bares, nas festas e em locais públicos.

Os agressores são aqueles homens que geralmente se comportam de maneira normal diante dos familiares da vítima, podem parecer amigáveis, tratam bem a parceira diante da família, perpetuando a agressão geralmente entre quatro paredes. Os abusadores geralmente são caracterizados por consumirem álcool, drogas, terem um histórico de ciúmes, agressivos, compulsivos, agredem até mesmo as crianças, seus próprios filhos, muitas vezes são agressivos com seus pais e avós. Por vezes culpam as vítimas pelo ato de sua violência, possuem baixa autoestima.

3.6 FEMINICÍDIO

O Femicídio se configura quando é comprovado as causas do assassinato, acontece exclusivamente por questão de gênero, ou seja, quando uma mulher é morta simplesmente pelo fato de ser mulher. Pode ser caracterizado pela origem da expressão “genocídio” que significa o assassinato em massa de um determinado tipo de gênero sexual.

Pode ser considerado o feminicídio como uma forma extrema de misoginia, ou seja, ódio e repulsa às mulheres ou tudo que se ligado ao feminino. Agressões físicas, psicológicas,

estupro abuso sexual, tortura, mutilação genital, negação de alimentos e maternidade, espancamentos e qualquer forma de violência que gerem a morte da mulher, podendo gerar o feminicídio.

O feminicídio pode ser classificado em três situações:

- ✚ Feminicídio íntimo: quando há uma relação de afeto ou de parentesco entre a vítima e o agressor;
- ✚ Feminicídio não íntimo: quando não há uma relação de afeto ou de parentesco entre a vítima e o agressor, mas o crime é caracterizado por haver violência ou abuso sexual;
- ✚ Feminicídio por conexão: quando uma mulher, na tentativa de intervir, é morta por um homem que desejava assassinar outra mulher;

Nos últimos anos pelo menos 50 mil mulheres foram mortas no Brasil, e que a cada dia 15 mulheres são assassinadas por dia no país, devido à violência de gênero. Foi sancionada em março de 2015 a Lei 13.104/15, para impedir os crimes contra a pessoa do sexo feminino, a Lei do Feminicídio. A lei altera o Código Penal (art. 121 do Decreto Lei nº. 2.848/40), incluindo o feminicídio como uma modalidade de homicídio qualificado, entrando no rol dos crimes hediondos:

A necessidade de uma lei específica para os crimes relacionados ao gênero feminino, está no fato de 40% dos assassinatos de mulheres nos últimos anos serem cometidos dentro da própria casa das vítimas, muitas vezes por companheiros ou ex-companheiros. O Código Penal Brasileiro, penaliza com reclusão que pode variar de doze a trinta anos para o homicídio qualificado.

De acordo com a lei do feminicídio, a pena do crime pode ser aumentada em 1/3 (um terço) até a metade caso tenha sido praticado sob algumas condições atenuantes, como:

- ✚ Durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto;
- ✚ Contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência;
- ✚ Na presença de descendente ou ascendente da vítima.

A maioria dos crimes cometidos contra a mulher são homicídios dolosos praticados em violência doméstica ou familiar, onde são utilizadas armas de fogo, instrumentos perfurocortantes, facas em torno de 34%, 7% por asfixia decorrente de estrangulamento. Com o advento da Lei 13.104 de 09 de março de 2015, o artigo 121, parágrafo 2º passou a ter o inciso VI que trata do Feminicídio:

Artigo 121. Matar alguém: Homicídio Qualificado.

Parágrafo 2º: Se o homicídio é cometido: Feminicídio, agora incluído pela Lei 13.104, de 2015:

VI – Contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: Pena, reclusão de doze a trinta anos.

O Feminicídio é o homicídio doloso, consumado ou tentado, qualificado praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.

Parágrafo 2º - Considera-se que há razões do sexo feminino quando o crime envolve:

I - Violência doméstica e familiar;

II - Menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Para a aplicação desta nova lei, quando o legislador fala em violência doméstica e familiar, temos que buscar a explicação no art. 5º da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). Sendo assim, a Lei Maria da Penha em seu art. 5º, incisos I, II e III estabelece que:

Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015).

I - No âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II- No âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - Em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único: As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

3.7 ESPÉCIES DE VIOLÊNCIA

- ✚ Femicídio: morte de uma mulher;
- ✚ Feminicídio: morte de uma mulher por razões de gênero, por discriminação ou menosprezo à condição de sexo feminino;
- ✚ Uxoricídio: assassinato em que o marido mata a própria esposa;
- ✚ Parricídio: assassinato pelo filho do próprio pai;
- ✚ Matricídio: matar a própria mãe;
- ✚ Patricídio: matar o próprio irmão;
- ✚ Ambicídio: quando as mortes decorrem de um pacto.

3.8 FORMAS DE VIOLÊNCIA COMETIDAS CONTRA A MULHER

✚ A violência física:

Lesão corporal – espancamento – art. 129 CP

Tentativa de homicídio – art. 120 CP Homicídio

– Art. 121 CP

A violência sexual:

Estupro – art. 213 CP

Assédio sexual – art. 216 CP

Atentado violento ao pudor – art. 214 CP Sedução

– Art. 217 CP

Rapto – art. 219 CP

Importunação ofensiva ao pudor – art. 61 LCP

A violência emocional e moral:

Agressões verbais, Pressões, Ameaças – art. 147 CP

Induzimento ao suicídio – art. 122 CP

Diferença salarial – art. 5^a e 7^a, XXX, CF

Discriminação profissional: Desigualdade de crescimento – art.5^a e 7^a, XXX, CF

Discriminação racial: Preterição de emprego, razão de cor/ raça – art.5^a e 7^a, XXX

Deixar de vender em razão de cor ou raça, racismo – Leis 7.716/89 e 8.8081/90

Outras discriminações:

Religião, Ideologia Política e Aparência – art. 5^a CF Problemas de saúde física ou mental – art. 5^a e 7^a, XXX, CF Destruição de documentos – art. 305 CP Calúnia – art. 138 CP

Difamação – art 139 CP

Injúria – Art. 140 CP

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A felicidade está na harmonia de uma convivência familiar e social onde o respeito deve ser inerente ao homem e a mulher onde são iguais em direitos, mas diferentes em funções. O homem não pode exercer a maternidade. A mulher tem o controle da gestação, a amamentação é função da mulher. A própria mulher infelizmente tem contribuído para que essa situação continue impune, seja pela insegurança de ser violentada ou por ver outras mulheres serem violentadas, através da mídia pode se verificar muitas mulheres sendo assassinadas por seus companheiros ou maridos todos os dias, mulheres sofrem abusos e são vítimas de tais circunstâncias.

A felicidade deixou de ser parte da vida de inúmeras mulheres, uma vida familiar cheia de sonhos, afeto, habitação, lazer, conforto, crescimento espiritual, uma vida digna, está longe da realidade de muitas mulheres. A sociedade exige muito das mulheres, exigem que sejam magras, belas, que frequentem uma academia, que estejam sempre em salões de beleza, uma ilusão para mascarar uma realidade difícil num processo de auto anestesia da realidade cruel e

difícil do dia a dia violento na vida de muitas mulheres. A felicidade verdadeira está na harmonia de um ambiente familiar tranquilo, onde o amor e o respeito devem ser a principal modalidade de vida. Todas as mulheres e homens devem ter seus direitos respeitados, pois cada um tem seu dever e seu valor na sociedade, tem suas funções, um necessita do outro para poderem viver de uma forma harmônica e feliz.

Essa é uma realidade, uma questão de conscientização, de educação, de moralidade, de ética. A violência contra a mulher deve ser banida de nossa sociedade, essa esperança precisa ser conquistada, acreditar que algum dia nenhuma mulher será desrespeitada por ser mulher. O trabalho demandará tempo e coragem, uma luta para combater as injustiças, porém com muita luta e organização, essa luta será vencida.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Juiz Federal em Alagoas**. Professor na Escola de Magistratura.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. O reconhecimento legal do conceito moderno de família: o art. 5.º, II, parágrafo único, da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). **Revista Brasileira de Direito de Família**, n. 39, p. 131- 153, Porto Alegre, Síntese, IBDFAM, dez. jan. 2007.

ANDRADE, Léo Rosa. **Feminicídio, monogamia, violência contra mulheres**. Disponível em:<http://leorosa.jusbrasil.com.br/artigos/172692529/feminicidiomonogamia-violencia-contra-mulheres>.

BANDEIRA, Lourdes e BATISTA, Anália Soria. Preconceito e discriminação como Expressões de violência. **Revista Estudos Feministas**, Ano 10, 1º Semestre de 2002.

BASTOS, Marcelo Lessa. Violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei Maria da Penha: alguns comentários. ADV Advocacia Dinâmica, **Seleções Jurídicas**, n.37, dez.2006.

BIANCHINI, Alice. **A Luta por Direitos das Mulheres**. Carta Forense. Ed.71. São Paulo: 2009.

BRASIL, Constituição Federal São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p.290. **Centro pela Justiça e o Direito Internacional-Cejil** Cladem Brasil-Comitê Latino Constituição Federal São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p.290. Centro pela Justiça e o Direito Internacional-Cejil Cladem Brasil-Comitê Latino- Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher e Agende-Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. 2003.

Cladem-Brasil. 1993. **As mulheres e a construção dos direitos humanos**. São Paulo: Cladem-Brasil.1995.

CAMPOS, Amini Haddad e Corrêa, Lindinalva Rodrigues. **Direitos Humanos das Mulheres**. Curitiba: Juruá, 2007.

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL, 6. Ed., Ed. Jus Podvm, p.191.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DESDE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: Contribuições ao 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos São Paulo: Cladem-Brasil.

DEUSES DA GRECIA, EPITEMEU, Na Mitologia Grega, é um Titã, esposo de Pandora, ele possui o fogo que fora roubado dos céus, na mitologia grega.

PANDORA, Na Mitologia Grega, “a que possui todos os dons”, ou a que é o” dom de todos os deuses” foi a primeira mulher criada por Zeus, como punição aos homens, pela ousadia do titã Prometeu em roubar aos céus o segredo do fogo.

PARODI, Ana Cecília, GAMA, Ricardo Rodrigues, Lei Maria da Penha. Campinas, Russell, 2010.

ZEUS, Na Mitologia Grega, foi pai de Pandora, Deus do Trovão, senhor do Olimpo, filho de Cronos e Réia, Cronos tinha o hábito de devorar seus próprios filhos, para que não tomassem seu lugar no trono.

EURIPEDES, foi um importante poeta da Grécia Antiga. Foi considerado um dos grandes poetas trágicos gregos, escreveu cerca de 95 peças trágicas, porém somente cerca de 18, chegaram até nossa época.

PITÁGORAS, Foi um filósofo e matemático grego, nasceu na ilha de Samos. Aristóteles, filósofo grego, aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande, seus escritos abrangem diversos assuntos, a física, a metafísica, poesia, música e drama.

SHOPENHAUER, Arthur, filósofo alemão influenciado por Kant, desenvolveu uma filosofia pessimista e ascética, estudante de filosofia.

TERTULIANO, foi um político o autor das primeiras fases do Cristianismo, nascido em Cartago na província romana da África, foi o primeiro autor cristão a produzir uma obra literária em latim.

SÃO JOÃO CRISÓSTOMO, foi um arcebispo de Constantinopla e um dos mais importantes patronos do cristianismo primitivo.

SÃO TOMÁS DE AQUINO, em italiano Tommaso d'Aquino, foi um frade da Ordem dos Pregadores italiano cujas obras tiveram enorme influência na teologia e na filosofia.

SANTO AGOSTINHO, Agostinho de Hipona, conhecido universalmente como Santo Agostinho, foi um dos mais importantes teólogos e filósofos dos primeiros anos do cristianismo cujas obras foram muito influentes no desenvolvimento do cristianismo e filosofia ocidental.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 7ª ed. São Paulo: Ed. RT, 2010.

A LEI MARIA DA PENHA NA JUSTIÇA: A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 2ª ed. São Paulo: Ed. RT, 2010.

FREITAS, Fábio (s/d). **Democracia, igualdade, diferença e tolerância in: Enciclopédia Digital Direitos Humanos**, disponível em:

www.dhnet.org.br/direitos/militantes/fabiofreitas/t_exto45.htm

GARCIA, L. **Um estudo sobre o feminicídio**. 2014. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf Acesso em: 30 ago. 2014.

GHELER, Ruth. Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1968) e Mestrado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1995). Atualmente é membro do

CDH da Universidade de São Paulo, docente da Universidade Paulista e membro do conselho consultivo da Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica.

MAGALHÃES, Assuete Dumont Rei. Juíza brasileira, atual ministra do STJ. MARQUES

CASTRO, Sérgio Murilo, defensor público e federal em Teresina, PI. MAPA DA VIOLÊNCIA, **Homicídios de Mulheres no Brasil**. 2015.

MISAKA, Marcelo Yukio. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**: em busca do seu conceito. Juris Plenum. Doutrina, Jurisprudência, Legislação, nº 13, p. 83-87, Caxias do Sul, jan. 2007.

PARODI, Ana Cecília; GAMA, Ricardo Rodrigues. **Lei Maria da Penha**: comentários à Lei nº 11.340/2006. Campinas: Russel, 2009.

TÁVORA, Nestor. Ex defensor Público do Estado de Alagoas, Adv. Mestre em Direito Público.

TELES, Maria A. De Almeida. MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

VELOSO, Zeno. **“Homossexualidade e Direito”**. In jornal O Liberal. Belém do Pará, 22 maio 1999.

ANEXOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015).

- I No âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
- II No âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
- III Em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II

DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

- I A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.



CAPÍTULO 4

A DIVERSIDADE E A FILOSOFIA NUM OLHAR AFRO- BRASILEIRO

A DIVERSIDADE E A FILOSOFIA NUM OLHAR AFROBRASILEIRO

Edicélia Maria Dos Santos De Souza

O exercício de ensinar através da filosofia, é uma prática muito presente nas atividades diárias dos professores, porque a palavra filosofia significa segundo o filósofo grego Pitágoras;” amor pela sabedoria experimentado apenas pelo ser humano consciente de sua própria ignorância.” Os professores já trabalham com apoio da filosofia inconscientemente em seu dia a dia. Todas as atividades da escola referenciam a busca do pensamento das docentes e para isso necessitamos, pensar e filosofar. ”Filosofia é a mais branca dentre todas as áreas no campo das Humanidades.” Esta é uma fala frasal segundo Charles W. Mills (1999, p.13)”.

E o que esta frase no informa é o que nos provoca acerca do que está escrito nesta frase. Existem raras discussões a respeito das relações étnico raciais, envolvendo as questões do racismo antinegro e da falta de visibilidade da filosofia africana. Nestas informações claro que existem raras exceções, como as considerações da filósofa estadunidense Sandra Harding que apresenta uma crítica sobre a” epistemologia masculina”, Cornel West, nos faz refletir a questão da condição social de negros e negras nos Estados Unidos da América, que versa sobre os estereótipos e os estigmas do racismo, Angela Davis, grande filósofa americana discute sobre duas questões.

Maldonado-Torres discorre sobre a filosofia dizendo:

No campo da filosofia também estão a emergir, gradualmente, reflexões em torno do modo como as ideias sobre a espacialidade modelaram o pensamento filosófico. Durante demasiado tempo tempo, a disciplina da filosofia agiu como se o lugar geopolítico e as ideias referentes ao espaço não passassem de características contingentes ao raciocínio filosófico (MALDONADO-TORRES, 2010, p. 397).

Refletindo sobre o pensamento deste autor acima citado, quando ele comenta sobre a filosofia como um lugar geopolítico, vamos entender primeiro o que é geopolítica. Para Paul Claval (1994), a categoria geopolítica foi criada pelo jurista sueco Rudolf Kjellén. Já Grosfoguel (2010), diz que analisando as igualdades entre geopolítica e filosofia é uma abordagem que nos permite vincular o lugar epistêmico étnico racial, de gênero espiritual, sexual, geográfico, histórico e social com o sujeito do enunciado, desfazendo a noção de que o discurso filosófico brota de uma “razão universal” imersa num campo neutro de forças. Neste entendimento podemos considerar o “sujeito” filosoficamente é analisado de diferentes formas.

Como uma criança pode pensar mais que qualquer um de nós, ela é mais rápida mais astuta mais corajosa, tem pensamentos rápidos precisos e com intenção e resultados rápidos e na sua grande maioria pensamentos positivos e a seu favor.

Vou relatar poeticamente como seria esta criança a partir da da infância de uma amiga minha.

Ela era uma criança pequeña, mirrada, pretinha como a noite

Vivia presa dentro de casa, não podia sair.

Seu desejo maior era poder brincar sorrir, escrever e comer

*Mas a sua realidade não a deixava este sonho cumprir
Esta menina franzina tinha um só pensamento
Na escola todos a achavam feia escura
Descobrir quem era de onde veio sua origem
Era pra ela sua maior procura
Desde seu nascimento sofria angústia, medo
Não entendia por que era tratada assim
Sempre sozinha sem amigos sem conversa
E sentia muito viver num mundo tão ruim
Sua mãe sempre a espancava sem dó
E ela chorava sofria, más resistia
Seu pai reforçava os castigos de surra
E ela confusa sempre nada entendia
Esta criança só achava alento
Na escola onde encontrava uma professora
Que conversava com ela enquanto lhe ensinava
Um anjo que se tornou sua protetora
A criança chegava na escola sempre cabisbaixa
Sempre com frio e fome, despenteada
E sempre foi rejeitada pelas colegas que admirava
Pra ela era muito ser observada
Nos primeiros anos na escola
Mesmo sempre sozinha se destacou
Fazia as lições num canto em casa
Onde ninguém, nunca lhe apoiou
As professoras nunca lhe escolhiam
Para as festividades da escola
Pois tinha algo diferente escuro
Mas ela nem sempre dava bola
Sempre sem entender o porque
De sua invisibilidade, pensou
Cresceu estudou e um professora
Se tornou inteligente e competente*

*Resolveu estudar sua descendencia
E foi estudar sua etnia de forma excelente
Leu o primeiro livro de Frantz Fanon
Com o título "Pele Negra Máscaras Brancas"
Esta leitura lhe revelou a riqueza
De ser negra enquanto criança
A já crescida negra formada e lecionando
Espalhou em forma de conhecimento
Sua alegria em identificar-se negrinha
Sua felicidade foi completa com significado
E sua vida foi muito mais interina
O tempo passou e cursou letras português
Na unespar em Paranaguá
A mulher e mãe e negra
Tinha agora concluído o ensino superior
E tudo isso conquistou com muito ardor
Mas a alegria em sua vida começava
Quando educação especial estudou
Foi mais um curso mais um degrau
Que completaria e também se formou
Depois de um tempo resolveu
E varias especializações concluiu
E seu sonho de ser mestra iniciou
Em 2014 a fronteira atravessou
E seu mestrado na UNISAL concluiu
E trouxe seu título e mais uma vez
Uma mestrado conquistou na UFPR
A ela outorgou
E vem mais continuou pesquisando
E uma maravilhosa doutora em educação
Seu título de doutora em 2021 conquistou.
Uma mulher negra que tanto lutou
E muito feliz seu projeto está a realizar*

*Nesta prefeitura de Pontal que a 10.639/2003
E também a 11.645/2008
Tornam –se realidade quando finalmente
Pela primeira vez no Brasil
Uma negra tem a oportunidade
De tornar realidade
As leis acima citadas
Num município que compreende
Que somos iguais independentemente da nossa cor da nossa
Pele.E assim vai indo aquele negrinha pequenininha
Que tanto sofria hoje é escritora, doutora em educação.
Um orgulho para os seus afrodescendentes.*

Sob um olhar filosófico, enquanto pesquisadora me preocupo com o futuro das nossas crianças pontalenses. E, diante disso construí um projeto para que as crianças se identifiquem enquanto negras e negros quando pequenas e que se empoderem educacionalmente para vencerem, muitas quedas de vivência.

O projeto AFROLIP tem por objetivo formar o corpo educacional e comunitário do município de Pontal do Paraná, para que seus municípes conheçam a educação étnico racial de forma ampla e visivelmente consolidada. O futuro das crianças deste município depende da execução do projeto que reza pela implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Iniciamos o trabalho com a implementação destas leis acima citadas, no dia 21 de junho de 2021, depois de apresentar o projeto a nossa excelentíssima vice prefeita de Pontal do Paraná, que me ouviu no início do mês de janeiro. E depois de quase duas horas de conversa sobre a importância das leis em nosso município, ela prontamente me encaminhou para a secretaria de Educação de Pontal do Paraná sob a chefia da secretária de Educação Adriana Hass, a qual me recebeu em meados de março. Conversamos sobre o projeto por duas horas e meia. Muitas questões acerca dos 18 anos que esta lei deveria ter sido cumprida. Ela como autoridade maior da educação no município, me oportunizou a proeza de executar o projeto AFROLIP (afrodescendentes do litoral paranaense)

Iniciamos a formação continuada no dia 21 de junho de 2021, com a rede de educação, lançamos um convite on line para todas as diretoras que prontamente distribuíram para as suas professoras, pedagogas, serviços gerais e administrativo, além destes convidamos também as pessoas da secretaria da saúde, da secretaria de cultura e outros segmentos quem pede para participar, tem a oportunidade de conhecer os trabalhos os quais realizamos na seguinte ordem:

Um espaço *on line* no formato *google classroom*, *lives* com palestrantes negros e negras de experiência de vida negra e trajetória de luta e vitória, tivemos também o cacique, formado na UFPR, e até o presente momento, trabalhamos com nove *lives*.

E pretendemos continuar até o ano de 2024, e transformar esta formação do projeto AFROLIP, num PGM, para que se perpetue os ensinamentos de diversidade em nosso

município. Em vinte e um de junho foi realizada a abertura do Projeto Afrolip com a fala do prefeito Rudão com apoio para as ações do projeto, destacando em sua fala a importância de se trabalhar a igualdade racial nas instituições escolares do município de Pontal do Paraná. A vice-prefeita Patrícia Marcomini, também ressaltou o brilho do projeto afrolip para as crianças, jovens e comunidade de Pontal do Paraná. A secretária Adriana Haas nos engrandeceu com seu pronunciamento dizendo que o projeto afrolip é um trabalho necessário e vai surtir efeitos no futuro das nossas crianças de Pontal do Paraná.

E desta forma estamos avançando o trabalho é diário com muita dedicação e sensibilidade para trabalhar com as profissionais de educação e demais envolvidos no contexto escolar para cumprir com a participação nas *lives* do afrolip, e aprendendo a trabalhar com todas as demandas que o contexto escolar é colocado, e acrescentando a cultura afro brasileira. Quem precisar de informação sobre o afrolip é só encaminhar um *e-mail* para edi.santos.souza@outlook.com.

Este município é o primeiro que permite que um pesquisador implemente a lei como deve ser, com um cronograma anual de atividades que serão trabalhadas todos os dias, pela comissão de diversidade que fará um trabalho de olhar infantil, para verificar os conflitos entre as crianças no recreio, e nos berçários durante a alimentação, sempre atentando para que todas as crianças sejam bem atendidas sem distinção por conta de diferentes etnias.

Esta ação do projeto é puramente filosófica e inspirada na leitura do livro do professor Roberto Nogueira que escreve prontamente ressaltando a importância das leis. Ele se posiciona a respeito como:

A racionalidade que se instaura a partir das “ideias modernas” continua dando a tônica da produção dos saberes hoje em dia. Por isso, concordo com Nietzsche em relação à responsabilidade que o filósofo deve assumir diante da grandeza e da diversidade do ser humano: “Face a um mundo de “ideias modernas”, que gostaria de confinar cada um num canto e numa ‘especialidade’, um filósofo, (...), seria obrigado a situar a grandeza do homem, a noção de ‘grandeza’, precisamente em sua vastidão e multiformidade, em sua inteireza na diversidade: ele determinaria inclusive o valor e o grau, conforme quanto e quantas coisas um indivíduo pudesse aguentar e aceitar, conforme até onde pudesse estender sua responsabilidade” (NIETZSCHE, 1992, p. 119).

Neste sentido, a contribuição da Filosofia Africana para a educação precisa apresentar perspectivas diversas: epistemológicas, morais, psicológicas e estéticas. Afirmando a necessidade da conexão entre Filosofia Africana e afro-brasileira e educação, a abordagem de Nogueira se instaura como referência de pesquisa para reflexões posteriores e fonte de inspiração para o trabalho de professores e alunos em sala de aula. As primeiras teses, dissertações e monografias com temáticas etnicorraciais na área de Filosofia ainda estão sendo escritas no Brasil. Pretendemos produzir ininterruptamente e, certamente, temos no texto de Nogueira uma contribuição fundamental.

Quando o professor Nogueira discorre sobre as ações afirmativas ele as classifica como necessárias para que a desigualdade seja suprimida. Desta forma ele diz que: “ as ações afirmativas são necessárias para diminuir a desigualdade, contribui para a resolução de uma das inúmeras dificuldades que a população negra ainda se vê obrigada a superar para usufruir plenamente do direito à educação.”

Nogueira foi o primeiro a escrever num livro que tem por título: "O ensino da filosofia e a lei 10.639", período em que se soleniza a absorção, tornando constitucional as cotas para negros e negras nas universidades brasileiras, a obra deste autor abrolha exaltado de forma inédita pautando pela primeira ocasião as requisições da lei 10.639/2003, designando para o ensino médio a imperiosa de se conteudizar a filosofia como conteúdo contínuo em sua grade curricular. O livro também permite que às cotas proporcionem uma experiência análise de trajetória para a admissão dos negros e negras na universidade. O autor Nogueira se coloca favorável a condição do homem ser filosófico, enquanto africano, na condição de oralitura, por conta de que os africanos, de que a oralitura é reproduzida pelos saberes diversos, mitos, contos orais, aforismos, histórias que são guardados pelas memórias femininas e masculinas, e que conseqüentemente serão reproduzidas, recontadas nas gerações futuras. A oralitura precisa ser considerada um bem material e congênito, que perpassa as gerações, de forma a contribuir com a memória histórica, oralizada por quem conta estes registros.

Necessitamos preservar as memórias orais que tem a mesma importância das histórias escritas. Uma ação não tem valor sem a outra. Nós enquanto seres humanos escritores não podemos desconsiderar de forma nenhuma a história oral.

Afinal, a oralitura deve ser entendida como uma fonte do registro dos mais diversos saberes. (...), o conjunto de narrativas, transmissões orais, mitos, aforismos, contos e histórias de diversos gêneros que são guardadas na memória de mulheres e homens e circulam de geração a geração. Neste sentido, considerar, apenas, os textos escritos como arquivos, fontes e registro de conhecimento é uma maneira reduzida e limitada para aferir as reflexões humanas dos mais variados povos ao longo da história da humanidade. Ou seja, desconsiderar a oralitura é uma perda irreparável de preciosos registros para a Filosofia e as mais diversas áreas do conhecimento (NOGUEIRA, 2011, s/p).

O autor Nogueira afirma que a filosofia poderia aparecer com mais timidez do que as diversas cadeias filosóficas que conhecemos em relação ao vasto campo da área da humanidade. Dentre os mais diversificados itens artigos, e teses etnicorraciais, que integram a vastidão das pesquisas antirracistas, na antropologia, na ciência política, história e sociologia, dentre outras, são raríssimas as que realizam a averiguação no campo da filosofia.

"Este campo filosófico continua ainda muito segregado para as questões africanas. No período de 2003 e 2008, na universidade federal do Rio de Janeiro, nenhum trabalho em monografias, teses, dissertações e outros foram versados sobre a filosofia" (NOGUEIRA, 2011, p. 9). Portanto, a filosofia continua sendo um templo de muita falta de saberes africanos, envolvendo os afrodescendentes.

Segundo levantamento do Grupo de Pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Interseções (Afrosin) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), por exemplo, nenhum trabalho na área de Filosofia, ou seja, monografias, dissertações ou teses, entre o período de 2003 e 2008, tanto na USP, quanto na UFRJ, versou sobre qualquer tema referente às relações étnico-raciais. No capítulo intitulado "Elementos para uma geopolítica da filosofia: epistemicídio, espaços e diferenças", Nogueira desenvolve sua reflexão, articulando as noções de racismo, racismo epistêmico, colonialidade e eurocentrismo, sobre as bases do afroperspectivismo e da experiência da afrodiáspora, com o objetivo de expor seu pensamento nos termos de uma denúncia do racismo epistêmico:

Vale reiterar que o aspecto da afrodiáspora que está sendo destacado neste trabalho é a discriminação negativa e a desqualificação endereçada às produções intelectuais de Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação - RESAFE Número 18: maio-outubro/2012 102 povos africanos e seus descendentes no mundo inteiro, o racismo epistêmico (NOGUERA, 2011, p. 26).

Seu raciocínio parte da ideia compartilhada por Carlos Moore em Racismo e sociedade, de que o racismo anti-negro é anterior ao século XV, período de expansão colonial dos países europeus e da intensificação do tráfico negreiro, e projeta uma imagem da África desprovida de civilidade. Neste sentido, deve-se compreender que os povos africanos foram submetidos a um processo de zoomorfização sistemática, que buscou promover a supressão da capacidade de pensar e refletir criticamente desses povos. Essa anulação vigora nas formulações teóricas do discurso científico do ocidente sobre as populações Africanas, tal como aparece no exemplo do médico alemão Carl Gustav Carus (1789 – 1869) (NOGUERA, 2011, p. 14).

Esse privilégio que o europeu se arroga de enunciar a verdade do outro demanda por parte do pensador crítico a revisão do conceito de geopolítica, implicado nas visões de mundo hegemônicas, acostumadas a situar a Europa no centro ou no ápice das avaliações. Enquanto o livro recorre ao filósofo porto-riquenho Maldonado-Torres, para pensar a geopolítica da filosofia, ele também se refere ao sociólogo peruano Aníbal Quijano, para introduzir o conceito de colonialidade como razão do racismo epistêmico:

Pois bem, a colonização implicou na desconstrução da estrutura social, reduzindo os saberes dos povos colonizados à categoria de crenças ou pseudosaberes sempre lidos a partir da perspectiva eurocêntrica. Essa hegemonia, no caso da colonização do continente africano, passou a desqualificar e invisibilizar os saberes tradicionais, proporcionando uma completa desconsideração do pensamento filosófico desses povos. Neste sentido, estamos diante do racismo epistêmico (NOGUERA, 2011, p. 15).

Além disso, o livro relaciona o racismo epistêmico ao projeto epistemológico moderno. Na medida em que os saberes na modernidade buscaram estabelecer critérios rigorosos de avaliação do conhecimento, pelos quais o conhecimento se torna verdadeiro ou falso, ou seja, critérios de verdade, o racismo epistêmico passou a sustentar uma correspondência entre Europa e Verdade, empurrando violentamente até o âmago dessa correspondência o “seu” ideal de Verdade: a crença na dimensão essencial das coisas. Assim, se a filosofia é eurocêntrica, ela Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação - RESAFE Número 18: maio-outubro/2012 103 recusa as abordagens não-ocidentais, ou seja, para o eurocentrismo, a periferia não é capaz de pensar segundo parâmetros “adequados”. Deste modo, o autor utiliza as noções de eurocentrismo e colonialidade como “elementos-chave” da crença na essencialidade europeia da filosofia. Como demonstração do racismo epistêmico, o autor evoca o parecer de filósofos ocidentais eminentes a respeito da condição humana dos negros, a qual se lhes impõe negativamente. Os termos com os quais Voltaire, Kant e Hegel expõem suas opiniões indicam sintomas da vontade de zoomorfização do outro vigente neste período da história da cultura europeia (NOGUERA, 2011, p. 17-20).

O racismo epistêmico se apóia, de fato, numa racionalidade dicotômica e hierarquizante, reprodutora de oposições de valores, e, neste sentido é que pode ser compreendida como epistemicida por Renato Noguera. Ora, trata-se de uma racionalidade comprometida com um determinado estatuto geopolítico, o europeu, que, ao mesmo tempo,

procura se estabelecer no nível da universalidade; por isso, deve-se pensá-la, de acordo com o sociólogo Boaventura Sousa Santos, em termos de uma razão metonímica, que toma “a parte pelo todo”. Assim, de acordo com Nogueira, a razão metonímica é sempre um instrumento epistemicida. “Afinal, a aparente neutralidade do discurso filosófico ocidental esconde categorias próprias da lógica colonial, do império, das raízes da modernidade (...) que podem ser subsumidas pela ideia de subalternização epistêmica baseada em critérios de raça” (NOGUERA, 2011, p. 27).

Em seu empenho pela busca de um pensamento filosófico antirracista, Nogueira inspira-se em quatro pensadores fundamentais, para desmistificar a crença na origem grega da filosofia, assim como estabelecer sua crítica do eurocentrismo. São eles: George Granville Monah James (1894 – 1955), Cheikh Anta Diop (1923 – 1986), Frantz Fanon (1925 – 1961) e Molefi Kete Asante (1942). A crítica ao eurocentrismo, tal como é formulada por Nogueira, consiste num empreendimento genuinamente filosófico, pois, na medida em que constata a presença do racismo epistêmico nos argumentos de defesa da origem europeia da filosofia, ela coloca esses mesmos argumentos tradicionalmente aceitos por pensadores e historiadores da filosofia sob suspeita e, por conseguinte, diante da Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação - RESAFE Número 18: maio-outubro/2012 104 necessidade de um exame rigoroso. Portanto, de um modo geral, trata-se da “descolonização do pensamento” (NOGUERA, 2011, p.27).

No capítulo seguinte, “História da filosofia em afroperspectiva”, Nogueira defende que a reflexão filosófica é congênita à condição humana e que seria “esdrúxulo”, ou seja, seria uma extravagância dizer que um povo inventou a filosofia. Além disso, uma das indicações do texto que certamente produzirá desdobramentos que poderão contribuir para uma compreensão mais ampla da produção filosófica de matriz Africana corresponde ao conceito de oralitura.

Afinal, a oralitura deve ser entendida como uma fonte do registro dos mais diversos saberes. (...), o conjunto de narrativas, transmissões orais, mitos, aforismos, contos e histórias de diversos gêneros que são guardadas na memória de mulheres e homens e circulam de geração a geração. Neste sentido, considerar, apenas, os textos escritos como arquivos, fontes e registro de conhecimento é uma maneira reduzida e limitada para aferir as reflexões humanas dos mais variados povos ao longo da história da humanidade. Ou seja, desconsiderar a oralitura é uma perda irreparável de preciosos registros para a Filosofia e as mais diversas áreas do conhecimento (NOGUERA, 2011, p. 31).

Além das fontes textuais escritas, portanto, uma historiografia filosófica de perspectiva Africana, isto é, afroperspectivista, deve caracterizar-se pela multiplicidade de suas fontes, incorporando os diversos registros da oralitura. Multiplicidade dos registros, mas também diversidade dos olhares. A singularidade da abordagem afroperspectivista da história da filosofia, segundo Nogueira, consiste, justamente, em fornecer novas perspectivas de análise. Efetuar um levantamento de questões relevantes para a humanidade é próprio da filosofia. Empreender uma revisão da história da humanidade, através do afroperspectivismo, significa derrubar a golpes de machado a árvore genealógica da história do pensamento ocidental; dito de outro modo, significa desconstruir o arranjo da hierarquização das raças humanas produzido pelo projeto cientificista da modernidade ocidental, posto que até hoje identificamos seus efeitos na impossibilidade radical da plena fruição dos direitos humanos por parte de determinadas comunidades, populações e culturas; significa, outrossim, nas palavras de Nogueira, “dirimir as consequências negativas de limar povos e culturas Revista Sul-Americana

de Filosofia e Educação - RESAFE Número 18: maio-outubro/2012 105 não ocidentais do hall do pensamento filosófico” (NOGUERA, 2011, p. 37).

A formulação central do livro, que apresenta o afroperspectivismo em sua significação plena, surge nesses termos: “Com efeito, afroperspectivizar a História da Filosofia é deslocar o Ocidente do centro e assumir as contribuições de todos os povos e culturas da humanidade, dando uma atenção especial à Filosofia Africana pelas razões já expostas anteriormente. Mas imbuídos de um explícito posicionamento policêntrico e pluralista que considera todos os pontos de vista de modo equânime” (NOGUERA, 2011, p. 38).

Concluindo o capítulo, Noguera convida para o debate o filósofo nascido na Costa do Marfim, Paulin Hountondji. Ao contrário de Hountondji, para quem a produção filosófica que se instaura como interpretação dos saberes tradicionais locais não é produzida para leitores africanos, mas, pelo contrário, se destina ao público propriamente europeu, ou seja, aos colonizadores, e que, por isso, deve ser denominada de etnofilosofia (HOUNTONDI, 1996, p. 45), Noguera avalia positivamente a produção filosófica a partir de elementos das culturas tradicionais Africanas (NOGUERA, 2011, p. 41).

É justamente na mitologia nagô-yorùbá, que Noguera encontra o animal-símbolo da filosofia afroperspectivista: a galinha d’angola. O ato de ciscar, de espalhar a terra, de expandir os domínios, de preparar o terreno da criação, o mundo, a terra firme pela qual todos os seres não de vagar e se proliferar, o mundo visível habitado e constantemente reinventado pelos humanos – a ligação da galinha d’angola com a terra quer nos lembrar constantemente que o filosofar é uma atividade imanente. No capítulo que trata do “Ensino de Filosofia, formação e parâmetros curriculares para educação das relações etnicorraciais”, o diálogo que se estabelece com os textos das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio orienta a leitura do livro de Noguera à produção de uma proposta afroperspectivista da formação da cidadania.

Diante das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Noguera sugere que o ensino de Filosofia, de acordo com uma abordagem afroperspectivista deve contribuir na construção de: Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação - RESAFE Número 18: maio-outubro/2012 106:

- 1º) Uma Estética plural e antirracista;
- 2º) Uma Política que combata as assimetrias baseadas em critérios etnicorraciais;
- 3º) Uma Ética que combata as discriminações negativas endereçadas para grupos etnicorraciais que historicamente têm sido subalternizados (NOGUERA, 2011, p. 47).

A partir das ideias de crítica filosófica, cidadania e respeito, contidas nos PCNEM, e da necessidade de se combater o racismo em todos os níveis da sociedade, o programa de Filosofia para o Ensino Médio tem que recorrer à Filosofia Africana, com compromisso epistêmico e político, visando ao cultivo do livre pensamento humano. Neste sentido, a abordagem afroperspectivista parte da isonomia no tratamento das questões africanas e afrodiáspóricas e ocidentais. Em relação à formação acadêmica, a contribuição de Noguera pretende adicionar ao Currículo Mínimo proposto pelas OCNEM o que ele chama de “balizas antirracistas”, por exemplo, a oralitura, a avaliação crítica do racismo epistêmico, o estudo da ética dos africanos em relação à ética dos ocidentais, a inserção do pensamento lógico no debate étnico-racial e uma análise dos problemas metafísicos entre os africanos e outras escolas (NOGUERA, 2011, p. 50-51).

No caso da inclusão de Filosofia Africana nos cursos de graduação, Nogueira considera a importância de se realizarem dois esforços: reescrever a história da filosofia, inserindo e articulando a produção Africana, a ameríndia, a asiática, etc., e dar visibilidade à história da Filosofia Africana.

Na sequência, o autor sugere uma lista de tópicos para a elaboração de uma história da Filosofia Africana (NOGUERA, 2011, p. 53-54) e termina o capítulo sugerindo que uma Filosofia afro-brasileira, por sua vez, deve dialogar com expressões do vasto universo cultural afro-brasileiro, como a capoeira, o candomblé, o congado, o maracatu e o jongo, por exemplo, para se debruçar sobre as questões que atravessam e constituem essas práticas, assim como para constituir-se metodologicamente. Assim, como é próprio do afroperspectivismo, o pensamento filosófico deve se configurar na imanência, como produto corporal, sem dicotomia, ou oposição de princípios.

Na última parte do livro, “Conclusões parciais”, a ideia central de Nogueira é a seguinte: “Sem dúvida, o ensino de filosofia, para dar conta das exigências da Lei 10.639/03 deve estar comprometido com um corpo de ações afirmativas no campo epistêmico” (NOGUERA, 2011, p. 59).

Se, por um lado, uma atividade Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação - RESAFE Número 18: maio-outubro/2012 107 filosófica antirracista deve operar a partir de uma consciência crítica, por outro, a aplicação plena da Lei 10.639/03 deve-se efetuar em conformidade com a denúncia do racismo epistêmico. E, finalmente, segundo Nogueira, existe uma disputa no campo epistemológico, na área das agendas de pesquisa, que está atrelada ao racismo epistêmico. Posicionar-se nessa disputa, exige que se passe pelo conhecimento das produções intelectuais de todos os povos, destacando e valorizando o que tem sido historicamente alijado, depreciado e subalternizado. Assim, o ensino de Filosofia precisa proporcionar uma efetiva descolonização do pensamento e a contribuição do afroperspectivismo sugere caminhos tão próximos, obliterados, no entanto, pelas ruínas da modernidade, pelos tijolos da civilização e pela produção exacerbada de lixo da cultura ocidental. Assim como a modernidade viu o surgimento do positivismo, do historicismo e do empirismo, embalados pelo progresso científico e pela crença na racionalidade, ela também conheceu sua autocrítica.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Oswaldo. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo, 2011.
- BERNAL, Martin. *Black Athena Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Tornos I e II* new Brunswick: Rutgers University, 1988-1991.
- CASTRO GOMEZ, Santiago. *Crítica de la razon latiamericana*. Barcelona: Puvill, 1996.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJE, 2006.
- NOGUERA, Renato. *O ensino de Filosofia e a Lei 10.639/2003*.



CAPÍTULO 5

την ου
αληθεια?

JESUS COMO A
ENCARNAÇÃO
DA VERDADE
NA HISTÓRIA E
O FIM DO
RELATIVISMO
MORAL

הַמַּס אוֹ אֱלֶּהֵיָה?

JESUS COMO A ENCARNAÇÃO DA VERDADE NA HISTÓRIA E O FIM DO RELATIVISMO MORAL

Fernando dos Santos Lopes ¹

RESUMO

A tese de que não existe verdade moral absoluta é contestada por meio da distinção entre *Emet*, *Veritas* e *Aletheia*. O não conhecimento do significado de cada um desses conceitos, aliado à criação ao longo da história de um *quartum genus* a partir dos mesmos, deu causa a uma crise no pensamento moderno, de onde emerge a tese do relativismo moral. A existência dos chamados conflitos de deveres, a exemplo do dever entre mentir e salvar a vida de um inocente, que foi discutido, por exemplo, por Immanuel Kant e Benjamin Constant, reforça a tese relativista de que em alguns casos mentir é correto. Contudo, a descrição de Jesus Cristo contida no evangelho de João como sendo a encarnação da verdade na história, põe fim à possibilidade de existência epistemológica do relativismo moral, na medida em que ao concretizar o conceito de *Emet* em sua pessoa, Cristo demonstra que a verdade jamais entra em contradição com a justiça.

Palavras-Chave: Conflito de deveres. Conceito de verdade. *Aletheia*. *Emet*. Relativismo moral. Verdade moral. Evangelho de João.

1 INTRODUÇÃO

Há diversas situações em que as pessoas não sabem como agir quando aparentemente há uma colisão de deveres. Ou seja, em muitos casos o Direito diz que o correto é fazer “x”, a filosofia moral diz que o correto é fazer “y”, e a religião diz que o correto é fazer “z”.

Por exemplo, um pai teria algum dever de dizer onde sua filha de 10 anos estaria escondida, caso um pedófilo e assassino lhe fizesse essa pergunta? É possível dizer que se esse pai dissesse ao assassino algo que não correspondesse aos fatos para salvar a vida e integridade de sua filha ele estaria agindo de forma imoral e contrária aos ensinamentos bíblicos? Em outros termos, nesse caso esse pai estaria mentindo?

Em que pese a tradição judaico-cristã condene, em regra, a mentira, não é difícil encontrar na Bíblia diversas situações onde, aparentemente, a mentira foi considerada como sendo uma conduta correta, havendo, inclusive, no Tanah, uma narrativa onde o próprio Deus ordena ao profeta Samuel que este, aparentemente minta, para preservar a sua própria vida.

Ante esse contexto surge a seguinte questão:

¹ E-mail: fernandoslopes.law@hotmail.com

1. Se mentir é algo moralmente errado, então como explicar as diversas situações onde a mentira aparenta ser algo correto, conforme o caso daquele que mente para salvar a vida de um inocente, ou que mente para promover a paz?

Uma resposta fácil para essa questão seria dizer que não existem valores morais absolutos, sendo que mentir é só mais um desses valores que podem ser relativizados de acordo com as idiossincrasias de cada um. Não é preciso fazer uma dissertação para explicar como esse pensamento é problemático não só para a tradição judaico-cristã, como para qualquer sistema de valores morais que pretenda ser aplicável em alguma sociedade.

Ante esse contexto, a primeira hipótese que aqui se propõe é que há no mínimo três significados distintos para o conceito de verdade, que se relacionam respectivamente com a cultura judaica, grega, e latina, sendo o desconhecimento em torno desses diferentes significados o principal responsável pela má interpretação do conceito de verdade contido tanto no Tanah, quanto no novo testamento.

A segunda hipótese é que não só esse desconhecimento em torno da diferença de significado entre *emet*, *aletheia*, e *veritas* tem prejudicado o entendimento das escrituras, como apenas a mistura destes três significados, e a decorrente criação de um conceito de verdade “frankstein” é que poderia fazer alguém supor que o pai que diz uma afirmação que não corresponde aos fatos a um pedófilo, para salvar a vida de sua filha, estaria mentindo.

A terceira hipótese é que Jesus Cristo põe fim a qualquer espécie de relativismo moral nessa questão, quando atua como a encarnação da verdade na história, na medida em que cumpriu e ensinou os mandamentos de Deus, no sentido da nova aliança explicada pelo profeta Jeremias.

A destruição do relativismo moral, por sua vez, é feita pela pessoa de Jesus Cristo quando ele diferencia a verdade aparente da verdade em si, distinção essa descrita principalmente no evangelho de João.

Assim, ao invés de ir pelo caminho mais fácil dos relativistas, que negam o valor absoluto da verdade, Jesus Cristo elucida qualquer aparente contradição existente entre a realização mútua de deveres morais, explicando aos fariseus, por exemplo, por que aquele que salva uma vida no dia destinado à santificação, não viola um mandamento de Deus.

2 O SIGNIFICADO DO CONCEITO DE VERDADE

A distinção entre um significado judaico e grego acerca do conceito de verdade é amplamente reconhecido pelos teólogos cristãos, estudiosos do tema¹.

Ademais, de acordo com o teólogo Wolfhart Pannenberg a cultura judaica difere da grega também em relação à compreensão da realidade (FROMM, 2008).

Portanto, a fim de que se compreenda corretamente o significado do conceito de verdade nas escrituras é imprescindível que essas distinções estejam bem claras.

¹ Assim, por exemplo, HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. Editora Hagnos: São Paulo, 2001, p.329.

2.1 O CONCEITO DE VERDADE NA CULTURA JUDAICA

A palavra hebraica **אמת** é comumente traduzida como verdade, mas também como veracidade, fidelidade, sustentabilidade e confiança. De acordo com Bultmann esse mesmo conceito é traduzido na LLX como *δικαιοσύνη* e *πίστις*, o que leva esse autor a concluir que entre o termo **אמת** e o termo grego *αληθεια* deve haver uma diferença fundamental de significado (LANDMESSER, 1999).

Por sua vez, ao analisar a raiz de onde vem a palavra **אמת**, ou seja, o verbo **אמן** Bultmann enfatiza que nestas palavras estão contidas ideias como as de segurança, confiança, suporte e lealdade, mas não exatamente como propriedades atribuídas para uma pessoa ou coisa, e sim para comportamentos que se manifestam no contexto de um processo histórico. Portanto, poder-se-ia afirmar, de acordo com Bultmann, que o conceito de verdade na cultura judaica não é algo atemporal, ou alguma propriedade a ser constatada no mundo platônico das ideias, mas acontece e desenvolve-se em uma cooperação concreta de pessoas no tempo”.

Assim como Bultmann, consoante os ensinamentos de Hans von Soden, Pannenberg sintetiza o conceito de verdade no contexto judaico nos seguintes termos:

A propósito, *Emet* não é um fato inalterável com valor atemporal, mas *Emet* deve sempre acontecer de novo. Tal acontecimento da verdade, da lealdade, aparece em sua forma mais pura como uma ação completamente livre de pessoa à pessoa. É aquele comportamento que satisfaz uma determinada expectativa, uma determinada pretensão, ou justifica a existência de uma regra de confiança. Deste modo a verdade no sentido israelita, é uma realidade vista na história. A verdade não é algo que de alguma maneira está sob ou atrás do objeto, que seria encontrado por meio de uma busca no interior dele, mas a verdade é algo que se evidencia no futuro. Esta mesma referência histórica falta completamente ao conceito grego de verdade¹.

Nesse mesmo sentido, o rabino e arqueólogo Nelson Glueck, afirma que a palavra **אמת** é utilizada na bíblia para descrever mais uma ação do que um conceito, no que destaca ainda o fato dessa expressão aparecer diversas vezes nas escrituras ao lado da palavra *hesed*, em uma relação de *hendíade* (GLUECK, 2011).

Ou seja, conforme afirma Nahum Sarna, *Hesed* e *Emet* são palavras que aparecem juntas para formar um único conceito, sendo que enquanto o significado da palavra *hesed* envolve atos de beneficência, mutualidade, e frequentemente também obrigações que surgem de uma relação jurídica, **אמת** abrange aquilo que é duradouro, confiável e leal (SARNA, 2004).

Todos esses aspectos do significado do conceito de *Emet* que foram mencionados até agora aparecem de forma muito clara na tradição oral judaica. Nessa tradição, o dever de afirmar proposições que correspondam aos fatos é analisado em paralelo com outros deveres,

1 Dabei ist Emet nicht ein – für allemal da – als zeitlos gültige Sachverhalt, sonder Emet muss immer wieder geschehen. Solches Geschehen von Wahrheit, von Treu erscheint in reinster form als ein völlig freies Handeln von Personen an Personen. Es ist dasjenige Verhalten, welchen eine jeweils bestimmte Erwartung, einen bestimmten Anspruch erfüllt, ein gesetztes Vertrauen rechtfertigt (V.Soden 13). So ist Wahrheit im israelistischen Sinne die, als Geschichte gesehene Wirklichkeit (...) Wahrheit is nicht etwas, was irgendwie unter oder hinter den Ding liegt und durch Eindringen in ihre Tiefe, ihr Inneres gefunden würden; sondern, Wahrheit ist das, was sich in der Zukunft herausstellen wird. Eben dieser geschichtliche bezug fehlt dem griechischen Wahrheits gedanken durchaus. PANNENBERG, Wolfhart. **Grundfragen systematischer Theologie**: Band 1: Gesammelte Aufsätze. 2.ed. Vandenhoeck & Ruprecht: Gottingen, 2011, p.216/217.

portadores dos mais variados conteúdos axiológicos, desde o dever de promover a paz,¹ até o de ser gentil².

Para ilustrar essas discussões, convém mencionar que no tratado Ketubot 17a do Talmud enquanto a escola de Hillel defendia que o correto em um casamento seria saudar a noiva como bela e graciosa, ainda que se pudesse pensar o contrário, a escola de Shammai dizia que isso não deveria ser feito, caso a noiva fosse feia ou tivesse algum problema físico.

O que se deve destacar, no entanto, é que no contexto judaico, o dever de dizer para outra pessoa uma proposição adequada aos fatos não se apresenta como sendo um dever superior a outros deveres morais, o que significa que a palavra *Emet* no contexto bíblico não pode ser interpretada da forma como Kant interpretava o conceito de verdade, ou seja, no sentido de que uma proposição adequada aos fatos deveria ser dita, ainda que isso acarretasse a morte de um inocente³.

E para reforçar essas conclusões, convém citar o mandamento contido no livro de Êxodo, capítulo 23, verso 7: “De palavras de falsidade te afastarás, e não matarás o inocente e o justo”; percebe-se claramente que a estrutura lógica deste mandamento é conjuntiva, ou seja, não há uma relação de preferência entre uma ou outra proposição, o que significa que não devemos mentir e nem matar um inocente, não havendo também distinção no texto entre matar alguém de modo comissivo ou omissivo.

Mas se efetivamente o dever de não matar é tão importante quanto o de não mentir, como explicar o caso onde a mentira aparentemente se apresenta como uma forma de salvar a vida de um inocente, a exemplo do pai que mente ao criminoso para impedir que sua filha seja morta e estuprada?

De acordo com o Rabino Ariele Citron em certas ocasiões é permitida a prática do que ele denomina como mentiras brancas “*white lies*”, sendo esse mesmo pensamento compartilhado pelo rabino Jonathan Sacks.

Contudo, será que o termo “mentira branca”, ou “mentira inofensiva”, é apropriado para tais situações?

Longe de ser uma questão meramente terminológica, considerando o repúdio expresso nas escrituras pelo mentiroso, pela mentira, e ainda por aqueles que pretendem transformar a mentira em verdade, assim como os mandamentos conjuntivos já referidos do livro de Êxodo capítulo 23, verso 7, que proíbe a morte de inocentes, e considerando ainda todos os preceitos bíblicos que proíbem causar mal ao próximo, seja de forma comissiva, omissiva, ou ainda em cumplicidade, não há outra conclusão que não seja a de reconhecer que há muitas situações descritas na Bíblia que, embora não se tratem de mentira, assim o são conceituadas por muitas pessoas.

1 Talmud, Yevamot 65b.

2 Talmud, Ketubot 17^a.

3 KANT. Immanuel. **Über ein vermeintes Recht aus Menschenliebe zu lügen**. Disponível em: <http://www.zeno.org/Philosophie/M/Kant,+Immanuel%C3%9Cber+ein+vermeintes+Recht+aus+Menschenliebe+zu+l%C3%BCgen>. Acesso em: 30.9.2016.

Uma análise profunda dessas situações foi feita na tese doutoral do professor da Faculdade Teológica Batista do Paraná, Antônio Renato Gusso, cujas linhas fundamentais se passa a analisar.

2.1.2 A mentira no antigo testamento: uma análise do conceito de mentira dentro de seu contexto veterotestamentário de acordo com Antônio Renato Gusso

Diferentemente do que se começou a fazer neste trabalho, o professor Gusso trata o que aqui se chama como conflitos de deveres, a partir do conceito de mentira, e não de verdade.

Em uma de suas teses doutorais, o professor Gusso inicia apresentando algumas definições do conceito de mentira, trazidas por expoentes do pensamento cristão, desde à época de Agostinho até a atualidade. Dentre esses pensadores, impende-se destacar o pensamento de Joseph Fletcher que ao considerar como única regra válida o amor, propõe que nada é ruim ou bom em si mesmo, estando tudo a depender da situação. Destarte, Fletcher faz uma distinção entre mentiras corretas, que seriam aquelas praticadas com amor, e mentiras erradas que seriam aquelas praticadas para o mal (GUSSO, 2003).

Conforme Gusso, outra proposta para definir o conceito de mentira é formulada pelo professor Walter C. Kaiser Jr:

Depois de apresentar as duas definições, então, Kaiser, conclui com uma resposta em duas partes: a) Mentira é mais do que a quebra de um compromisso, é um mal moral; e b) Mentira é mais do que enganar intencionalmente, o que pode vir a ser um mal moral, ela depende do direito que a outra parte envolvida tem em conhecer o que lhe está sendo negado (GUSSO, 2003).

O próximo passo dado por Gusso em sua tese foi ter tido a brilhante ideia de fazer uma pesquisa entre alunos de teologia sobre o entendimento destes acerca da mentira, o que foi feito por meio da criação de uma paráfrase da história contada em 1ª Samuel, 16, 1-5. Nessa paráfrase a figura de Deus foi trocada pela de um imperador, e a de Samuel, pela de um sacerdote qualquer.

Em síntese, nessa pesquisa os entrevistados deveriam responder se na história relatada teria havido mentira, e, no caso afirmativo, se alguém teria pecado. Para surpresa do autor, a depender da opinião de boa parte dos entrevistados, não só Samuel e Deus teriam mentido, como ambos teriam pecado, o que, por óbvio, é um absurdo.

Feito isso, Gusso apresenta sua tese sobre a definição de mentira no antigo testamento, que será justificada ao longo do seu trabalho. Sua tese é a seguinte: “mentira no Antigo testamento é a tentativa de engano contra Deus e a utilização da falsidade, seja ela da natureza que for, com a clara intenção de prejudicar alguém inocente (GUSSO, 2003, p. 45).”

Para comprovar sua tese, o autor, que é um profundo conhecedor do hebraico e do grego bíblico, inicia apresentando uma análise de diversas palavras usadas no contexto do antigo testamento para se referir à mentira. Ao menos 10 palavras hebraicas são utilizadas, sem prejuízo de uma análise profunda em torno de palavras gregas provenientes da LXX.

Posteriormente, o autor deixa bem claro que não está a defender qualquer espécie de relativismo quanto à prática da mentira, na medida em que utiliza 3 (três) capítulos de sua tese apenas para deixar bem claro o repúdio que Deus tem pelo mentiroso, assim como pela mentira.

Porém, certo é que o apego a qualquer espécie de tradição, que não esteja fundada nas escrituras, *sola scriptura*, assim como o não exame diário, acurado e diligente da palavra de Deus, não deixa de ser tão grave quanto a mentira, visto que a negligência com o estudo sério da palavra de Deus pode dar causa à vitimação de inocentes:

A pesquisa de campo deve ser encarada como um sério alerta às denominações evangélicas que se consideram seguidoras radicais dos ensinamentos da Bíblia. Ela foi feita com integrantes de uma instituição evangélica que atuam como líderes em suas comunidades e afirmam ter a Bíblia como única regra de conduta e fé. Contudo, eles demonstraram em suas respostas que, nesta questão da mentira, estão firmados mais na tradição cristã, ou denominacional, do que no ensino bíblico. Isto, entre outras consequências práticas que influenciam o dia-a-dia dos membros das igrejas, levanta a seguinte questão:

Será que não existem além deste tema, também outros que estão sendo tratados como bíblicos, pelos evangélicos, mas não passam de fruto da tradição denominacional, ou mesmo cristã em geral? (...) a pesquisa aponta para uma necessidade urgente de retorno às escrituras como regra de conduta e fé como são, em sua forma canônica final. Pois seguindo a tradição e não a Bíblia, neste assunto, muitos estão indo além da própria “Lei”, classificando como mentirosas e pecadoras, pessoas que à Luz do AT têm agido de forma legítima (GUSSO, 2003, p. 259).

A defesa da tese é finalizada por meio de uma aplicação da mesma para explicar diversas situações que poderiam ser classificadas, de acordo com o senso comum, como exemplos de mentiras, mas que à luz do contexto do antigo testamento, segundo o autor, não são, a exemplo do já mencionado caso do profeta Samuel.

E a estratégia utilizada é a de verificar se o contexto de cada um desses casos pode justificar a tese do autor no sentido de que: “mentira no Antigo testamento é a tentativa de engano contra Deus e a utilização da falsidade, seja ela da natureza que for, com a clara intenção de prejudicar alguém inocente”.

2.2. O CONCEITO DE *AAHΘEIA* NA CULTURA GREGA COMO *UNVERBORGENHEIT*

Assim como o termo *Emet*, a definição do significado de *αληθεια* no contexto da antiguidade não é uma tarefa fácil, pois de acordo com o Historiador e especialista no estudo da Grécia antiga, Marcel Detienne, “a *aletheia* sofre um processo de transformação de sentido no contexto histórico da formação da *pólis* grega, onde o poeta é substituído pelo filósofo como agente portador do discurso de verdade” (MANIERI, 2015, p. 13).

Heidegger, por sua vez, explica que esse termo de origem grega também sofrerá uma transformação no período histórico do império romano, onde lhe será incorporada uma ideia de ordem e poder, que são atributos dos deuses romanos:

Nesta remodelação da *aletheia*, o próprio significado de *pseudos* sofre uma modificação. Como Heidegger enfatiza, “o *pseudos* grego como o que dissimula, e a partir daí também “engana”, não é mais experimentado e interpretado a partir do

ocultar, mas do enganar” (...) A latinização da cultura grega não foi só uma “apropriação”, mas uma “remodelação” da *aletheia* (MANIERI, 2015, p. 20).

Assim, de modo a contrapor o significado grego de *aletheia* ao significado romano, Martin Heidegger traduziu o termo **αληθεια** como *unverborgenheit*, termo que pode ser compreendido em português como se referindo a algo que não está oculto, ou desvelado.

Nesse sentido, de acordo com Heidegger haverá uma distinção ontológica entre *aletheia* e *veritas*, visto que enquanto aquela implica existência da dualidade oculto-revelado, esta tem sua ideia fundamental expressa no aforismo: *veritas est adequatio intellectus ad rem* (SPANNOS, 1993, p. 140).

“Como decorrência dessa distinção Heidegger irá opor o *pseudos* grego ao *falsum* latino, no sentido de que, ao contrário do *falsum*, o *pseudos* não possui carga axiológica negativa, no que aponta apenas para uma realidade objetiva” (MANIERI, 2015, p. 25).

Ademais, algo importante a enfatizar é que a ideia de poder contido no conceito de *veritas*, e não contido no conceito de *aletheia*, trará inúmeras consequências para a filosofia e mesmo para a teoria do conhecimento.

Isso porque tal distinção fará com que diversas críticas contemporâneas ao conceito de verdade, sejam melhor compreendidas como voltadas à *veritas*, e não propriamente à *aletheia*.

Uma dessas críticas é aquela que foi formulada pelos teóricos da escola de Frankfurt contra a razão instrumental¹. Ou seja, a clássica frase de Francis Bacon de que “conhecer é poder”, sobretudo, se interpretada como “conhecer é dominar”, malgrado seja adequada ao conceito de *veritas*, não está na essência da definição do conceito de *aletheia*, conforme explicado por Heidegger.

Por sua vez, a ideia de *αληθεια* explicada por Heidegger apenas pode ser bem compreendida em sua relação com o *mythos* grego, visto que este é uma forma de epifânia (*enárgeia*) “que deixa aparecer o que se mostra a si mesmo, previamente e em todas as coisas, como o que está presente em toda a presença” (MANIERI, 2015, p. 22).

Em outros termos, o *mythos* pode ser compreendido atualmente como sendo uma forma de linguagem utilizada pelos povos da antiguidade para revelar algo oculto, muitas vezes inacessível aos limites da mente humana, por meio de relatos que embora possam não fazer sentido no contexto da modernidade, eram portadores de uma mensagem fundamental².

2.2.1 A *aletheia* como *a-lethos*

Outro significado que pode ser atribuído à palavra *aletheia* é o significado etimológico que é especialmente contextualizado na filosofia de Sócrates.

1 Cf. Horkheimer, Max. *Crítica de la Razón Instrumental*. Editorial. SUR, S. A., Buenos Aires. 1973.

2 É desse conceito de *mythos* que Bultmann, inclusive, provido de alguns dos conhecimentos trazidos por Heidegger no contexto de sua teoria existencialista irá propor a compreensão de diversos relatos contidos na Bíblia como sendo *mythos*, sob os quais subjaz uma mensagem central, o *kerigma*. Cf. BULTMAN, Rudolf. *Demitologização*. Colêânea de ensaios. 2.ed. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2014, p. 5 -19., p. 14.

Esta palavra em sua etimologia é formada pela palavra *lethe*, que significa esquecimento, e pela letra “a” que exerce função de negação.

Na mitologia grega, *Lethe* é um dos cinco rios do *hades*, cujas águas são bebidas pelas almas dos mortos a fim de que estes esqueçam daquilo que aconteceu durante suas vidas. De acordo com essa tradição grega, todas as almas que estão hoje na terra em algum momento já estiveram no *Hades* libertas da forma humana e de qualquer outra restrição material. Desse modo, as almas eram semelhantes à divindade, e assim como esta podiam contemplar o belo e o justo em sua forma mais pura.

Sendo então a alma imortal e tendo nascido muitas vezes, e tendo visto todas as coisas, que estão aqui quanto as que estão no Hades, enfim, todas as coisas, não há o que não tenha aprendido; de modo que não é nada de admirar, tanto com respeito à virtude quanto ao demais, ser possível a ela lembrar aquelas coisas justamente que já conhecia (PLATÃO, 2001, p. 51).

Sendo assim, conhecer nada mais é do que se lembrar daquilo que foi esquecido, ou seja, é *a-letheia*.

Se a alma estivesse liberta do corpo, então ela se lembraria totalmente do significado das coisas verdadeiras, mas como está presa no corpo ela consegue apenas contemplar a aparência, conforme ensina Sócrates:

De que modo, Sócrates? Vou dizer-te, respondeu. Estão perfeitamente cientes os amigos da Sabedoria, que quando a Filosofia passa a dirigir-lhes a alma, esta se encontra como que ligada e aglutinada ao corpo, por intermédio do qual é forçada a ver a realidade como através das grades de um cárcere, em lugar de o fazer sozinha e por si mesma, porém atolada na mais absoluta ignorância. O que há de terrível nesses liames, reconhece-o a Filosofia, é consistirem nos prazeres e ser próprio prisioneiro quem mais coopera para manietar-se. Como disse, os amigos da Sabedoria estão cientes de que, ao tomar conta de sua alma em tal estado, a Filosofia lhe fala com doçura e procura libertá-la, mostrando-lhe quão cheio de ilusões é o conhecimento adquirido por meio dos olhos, quão enganador o dos ouvidos e dos mais sentidos, aconselhando-a a abandoná-los e a não fazer uso deles se não só o necessário, e a recolher-se e concentrar-se em si mesma e só a acreditar em si própria e no que ela em si mesma aprender da realidade em si, e o inverso: a não aceitar como verdadeiro tudo o que ela considerar por meios que em cada caso se modificam, pois as coisas desses gênero são sensíveis e visíveis, ao passo que é inteligível e invisível o que ela vê por si mesma. Convencida de que não deve opor-se a semelhante libertação, a alma do verdadeiro filósofo abstém dos prazeres, das paixões e dos temores, tanto quanto possível, certa de que sempre que alguém se alegra em extremo, ou teme, ou deseja, ou sofre, o mal daí resultante não é o que se poderia imaginar, como seria o caso, por exemplo, de adoecer ou vir a arruinar-se por causa das paixões: o maior e o pior dos males é o que não se deixa perceber (PLATÃO, 1979, p. 88).

Portanto, será essa dualidade entre corpo e alma, sensível e insensível, verdade e aparência, *lethe* e *a-lethe* que dará os contornos ao significado de *aletheia* no contexto filosófico Grego.

3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Uma vez comparados os termos *emet* e *aletheia* é possível perceber que embora esses conceitos não sejam necessariamente contraditórios há diferenças fundamentais entre eles.

Enquanto no contexto judaico *emet* se relaciona ao cumprimento dos termos da aliança entre Deus e o povo de Israel, que inclui tanto obrigações recíprocas entre Deus e o homem, como entre este e o seu próximo, o conceito de *aletheia* envolve o descobrimento de uma pureza esquecida.

O conceito de *emet*, portanto, é aplicado de forma concreta, ou seja, na história do homem “e de sua circunstância”, enquanto que o conceito de *aletheia* pressupõe um dualismo entre corpo e alma, que deve ser resolvido em função desta. Nesse sentido, na concepção grega, ao contrário da concepção judaica, a verdade plena só é descoberta com a morte, visto que nesta a alma se liberta do corpo.

Como decorrência, enquanto que na concepção grega o principal caminho para o alcance da verdade é a libertação das vontades e prazeres carnis, sejam estes quais forem, na concepção judaica os prazeres carnis não são óbice para a realização da verdade, desde que não contrariem os propósitos de Deus, expressos em sua aliança com o povo de Israel.

Contudo, independente da diferença conceitual existente, tanto o conceito de *aletheia* quanto o conceito de *emet* possuem uma forte carga axiológica, que, todavia, não está presente no conceito de *veritas*.

Veritas por significar *adequatio intellectus ad rem* é um conceito formal desprovido de carga axiológica similar àquela encontrada no conceito de *emet* ou no de *aletheia*. Portanto, seria um grande erro epistemológico atribuir a um conceito formal o mesmo conteúdo axiológico existente em conceitos materiais como *emet* e *aletheia*.

E é justamente essa suposição de que o conceito de *veritas* possua valor material intrínseco, ou seja, valor em si mesmo, que é responsável por levar alguns a supor que dizer proposições adequadas aos fatos pode ser tão importante quanto salvar a vida de um inocente. Em outros termos, *veritas* é um conceito instrumental cujo significado moral ou teleológico dependerá de outras questões circunstanciais dissociadas do próprio conceito.

Considerando que a cultura ocidental contemporânea está fortemente permeada pelo conceito de *veritas*, que se opõe tanto à *emet* quanto à *aletheia* o risco de se fazer interpretações equivocadas do tanah e do novo testamento é grande. Por outro lado, se Jesus Cristo era judeu e ao ensinar sobre o conceito de verdade estava pensando em *emet*, então este conceito deveria elucidar diversas passagens dos evangelhos, sobretudo, do evangelho de João, onde Cristo se refere diretamente à verdade.

4 JESUS CRISTO COMO A ENCARNAÇÃO DA VERDADE NA HISTÓRIA

Após Cristo dizer que veio ao mundo para ser mensageiro da verdade, Pilatos lhe pergunta: o que é a verdade?

Não há no trecho específico onde a pergunta é feita uma resposta dada pelo mestre judeu, o que não significa, todavia, que Jesus Cristo não tenha fornecido aos seus discípulos uma resposta sobre o significado do conceito de verdade.

Com efeito, no evangelho de João capítulo 14, versículo 6, Jesus atribui a si próprio o significado do conceito de verdade, quando afirma: “eu sou o caminho, a verdade, e a vida...”

Fácil verificar, por tudo o que foi exposto até o momento, que esta frase só possui sentido pleno quando a palavra verdade dita por Cristo é compreendida no sentido de *emet*.

De fato, no livro de João 8:32 Jesus Cristo afirma: “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”.

Não é difícil perceber que quando Jesus Cristo afirma que por meio do conhecimento da verdade é possível ser livre, o que ele está querendo dizer é que apenas aquele que o conhece pode ser livre, considerando que ele é a verdade, tal como denotado no livro de João, capítulo 14, verso 6.

Ante o exposto, a frase: conhecereis a verdade e a verdade vos libertará, pode ser reescrita da seguinte forma: conhecereis a Jesus Cristo e Jesus Cristo vos libertará.

Não obstante, essa constatação suscita os seguintes questionamentos: quando alguém poderia afirmar que conhece a Jesus Cristo? Ou então: quando alguém poderia afirmar que conhece a verdade?

Sabe-se que o próprio Jesus afirma que aquele que o conhece é aquele que cumpre os seus mandamentos. No entanto, essa resposta é deveras inespecífica, pois muitos são os mandamentos de Cristo.

Todavia, no verso 12 do capítulo 15 do evangelho de João a questão adquire especificidade quando Jesus afirma: o meu mandamento é este: “que vos ameis uns aos outros, como eu vos amei”.

Portanto, a proposição molecular “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, pode ser reescrita da seguinte forma: se amarmos uns aos outros, assim como Jesus nos amou, o amor nos libertará.

4.1 JESUS COMO O MENSAGEIRO E CUMPRIDOR DA NOVA ALIANÇA

Em continuidade ao que foi dito acima, impende-se ressaltar que se a pergunta de Pilatos a Jesus foi importante para dar início a muitas das indagações contemporâneas em torno do conceito de verdade, mais importante do que ela, por certo, é a sua causa, que consiste na seguinte afirmação de Cristo: “eu para isso nasci, e para isso vim ao mundo, a fim de dar testemunho da verdade”

A importância dessa afirmação reside no fato de que ela explica por que Jesus veio ao mundo, e em suas próprias palavras, o que possui significado teológico e filosófico inestimável.

Mas para compreendê-la é de bom alvitre contextualizá-la com outros textos do próprio livro de João, em especial com aqueles que apresentam um processo de discipulado entre Jesus e os seus discípulos.

Nesse contexto, Jesus enfatiza estar cumprindo uma missão que lhe foi dada por alguém superior a ele: “Se me amásseis, alegrar-vos-íeis de que eu vá para o pai, pois o pai é maior (μείζων) do que eu”.

E assim, enfatiza: “ora, **a palavra que estais ouvindo não é minha, mas do Pai que me enviou**”, no original: ὁ λόγος ὃν ἀκούετε οὐκ ἔστιν ἐμὸς ἀλλὰ τοῦ πέμψαντός με Πατρός “(grifo nosso).

A conjunção adversativa **ἀλλὰ** (mas) em conjunto com a frase ὁ λόγος ὃν ἀκούετε οὐκ ἔστιν, isto é, “a palavra que ouvistes não é minha”, conjungada com a frase “o pai é maior (μείζων) do que eu”, deixam evidente que Jesus se coloca como um mensageiro da verdade, o que é mesmo dito por ele de forma expressa perante Pilatos.

Nesse contexto, o pecado, nas palavras de Cristo, passa a existir apenas quando alguém recebe a mensagem de Deus, entregue por Jesus Cristo aos seus discípulos, mas não a cumpre. E quanto a isso não deve haver dúvidas dada clareza das afirmações atribuídas à Cristo pelo evangelho de João, o que justifica a citação conjunta do original:

“Se eu não viesse e não lhes tivesse falado, **vocês não teriam pecado**; agora, porém, não têm desculpa do seu pecado”. “εἰ μὴ ἦλθον καὶ ἐλάλησα αὐτοῖς **ἁμαρτίαν οὐκ εἶχουσαν** νῦν δὲ πρόφασιν οὐκ ἔχουσιν περὶ τῆς ἁμαρτίας”

Contudo, quando Jesus se apresenta a Pilatos como sendo um mensageiro de Deus, não se deve pensar que ele se apresenta como um mensageiro qualquer, no sentido comum do termo. Isso porque um mensageiro, em regra, é todo aquele que entrega uma mensagem, ainda que desconheça ou não atue de acordo com a mensagem entregue.

No caso de Jesus, no entanto, ele não só se coloca como aquele que entrega uma mensagem, cujo conteúdo são mandamentos, ou seja, de natureza normativa, como se apresenta como o pleno cumpridor dessa mensagem na história.

Ora, mas se verdade no sentido de *emet* se relaciona ao cumprimento dos termos da aliança entre Deus e o povo de Israel, que inclui tanto obrigações recíprocas entre Deus e o homem, como entre este e o seu próximo, e Jesus se apresenta como cumpridor de todos estes termos, logo dúvidas não há de que Jesus é a própria encarnação da verdade na história.

4.2 ASPECTOS DISTINTIVOS E IMPORTANTES DA COMPREENSÃO DE JESUS COMO A ENCARNAÇÃO DA VERDADE NA HISTÓRIA

Ainda que tanto a definição do conceito de verdade quanto a aplicação desse conceito por Jesus no evangelho de João estejam evidentes, algumas observações finais se fazem importantes.

Ao se apresentar aos discípulos como sendo a verdade no sentido em que se acabou de demonstrar, ou seja, no sentido de *Emet*, Jesus não pretendeu com isso que os discípulos lhe adorassem como um Deus, ou que se colocassem em posição de contemplação às suas obras,

que agora podem claramente ser conceituadas como obras da verdade (obras que se manifestam como cumprimento da nova aliança).

O que Jesus queria de seus discípulos era que eles cumprissem os mandamentos para que fosse possível o estabelecimento de uma unidade entre Deus e os homens:

“Naquele dia conhecereis que estou em meu Pai, e vós em mim, e eu em vós.”

E isso fica bem claro na medida em que Jesus afirma que as obras que ele fez, o fez por estar no pai, sendo que todo aquele que nele está, e por conseguinte, também está no pai, poderá fazer obras ainda maiores do que ele: “Não crês tu que eu estou no Pai, e que o Pai está em mim? As palavras que eu vos digo, não as digo por mim mesmo; mas *o Pai, que permanece em mim, é quem faz as suas obras.* “

“Em verdade, em verdade vos digo: Aquele que crê em mim, esse também fará as obras que eu faço, e as fará maiores do que estas; porque eu vou para o Pai;”

Enfim, a imagem da videira verdadeira exposta no capítulo 15 do evangelho de João explica com riqueza de detalhes o funcionamento dessa unidade que poderá vir a ser formada entre Deus e os homens, não havendo motivo, considerando os limites deste trabalho, para reproduzi-lo aqui.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe conflito entre o dever de dizer a verdade e o dever de salvar a vida de um inocente. A suposição da existência desse aparente conflito de deveres é fruto tanto de uma incompreensão acerca do significado do conceito de verdade na cultura grega e judaica, quanto de uma interpretação desse termo a partir do conceito de *veritas*, de onde emerge um *quartum genus*, ou seja, uma versão corrompida do significado da palavra verdade.

Essa versão corrompida, no entanto, subjaz à compreensão moderna e contemporânea do conceito de verdade, o que tem levado a interpretações errôneas de muitas passagens das escrituras, a exemplo daquela que considera o diálogo entre Deus e o profeta Samuel como exemplos da aprovação da mentira e do pecado na bíblia, o que tornaria tais conceitos relativos.

Por outro lado, em que pese exista uma diferença entre o conceito de verdade tanto na cultura grega quanto na judaica, em ambas o autêntico conceito de verdade jamais se apresenta de forma contraditória com o conceito de justiça, o que justifica que na LLX o conceito de verdade, em alguns casos, seja traduzido como *δικαιοσύνη*, bem como que o conceito de verdade apareça em relação de *hendíade* com conceito de *hesed*.

No entanto, para a interpretação das escrituras o conceito a ser utilizado é o de *Emet*, cujas especificidades foram descritas ao longo do trabalho, sendo este o conceito que Jesus emprega no evangelho de João quando diz ser a verdade.

Além disso, como encarnação da verdade na história, conforme relatado no evangelho de João, Jesus demonstra aos seus discípulos que a verdade, a justiça, e o amor, são todos parte de um propósito maior, que é o de realizar uma aliança eterna entre Deus e os homens.

REFERÊNCIAS

- FROMM, Benjamin. **Was ist Wahrheit?** Eine komparative Studie der Sprachphilosophischen Ansätze bei Habermas und der fundamentaltheologischen Zugänge bei Pannenberg. Missionsstraße, 3 – 5, 29320. Hermannsburg, 2008.
- GLUECK, Nelson. **Hesed in the Bible.** Eugene: Oregon, 2011.
- GUSSO, Antônio Renato. **A mentira no antigo testamento:** uma análise do conceito mentira dentro de seu contexto veterotestamentário. Tese apresentada à Coordenadoria Geral de Pós Graduação do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. Orientador: Dr. Landon B Jones. Rio de Janeiro, março 2003.
- HODGE, Charles. **Teologia Sistemática.** São Paulo: Editora Hagnos. 2001.
- LANDMESSER, Christof. **Wahrheit als Grundbegriff neutestamentlicher Wissenschaft.** Mohr Siebeck: Tübingen, 1999, p.210/211.
- LANDMESSER, Christof. “Sondern vollzieht sich und geschieht in einem konkreten Miteinander von Personen in der Zeit”.
- MANIERI, Dagmar, Nietzsche e o debate sobre a aletheia grega. In **Revista Est. Fil. e Hist. da Antiguidade**, Campinas, nº 29, jan-dez 2015.
- PLATÃO. Menon. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, Edições Loyola, 2001.
- PLATÃO. Fédon. trad. J. Paleikat & J. Cruz Costa. In: **Os Pensadores.** 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- SPANNOS, William V. **Heidegger and Criticism:** Retrieving the Cultural Politics of Destruction. University of Minnesota Press: London, 1993, p. 141.

A marble statue of a bearded man, likely a philosopher, in a thinking pose. The statue is shown from the chest up, with its right hand resting on its chin. The background is a clear blue sky. The image is partially overlaid by a dark blue gradient on the right side and a bright green triangle in the top right corner.

CAPÍTULO 6

APRENDENDO COM O *NHANDEREKÓ*

APRENDENDO COM O NHANDEREKÓ ¹

Caroline Willrich ²

RESUMO

O presente artigo nasceu de uma série de reflexões sobre as mudanças climáticas, tema que tem sido recorrente em qualquer campo da ciência e em qualquer lugar do planeta, principalmente no que se refere ao motivo pelo qual a humanidade vem destruindo seu próprio meio físico. Porém, de acordo com a UNESCO, “o grande responsável por atravessar os limites biogeofísicos do planeta é o humano ocidental e um sistema econômico específico”, não a humanidade (2018, p.05). Para comprovar esta afirmação, realizei uma investigação baseada em teorias econômicas e em literaturas críticas do colonialismo que evidenciam como o modelo de desenvolvimento ocidental, baseado no sistema de mercado, separou os seres humanos da natureza, tornando-a um objeto de exploração, enquanto os povos originários do Sul mantiveram uma *relação* harmoniosa com a natureza e com outros humanos, seu *modo de vida*, o que induz fazerem uso de outros princípios. Mesmo com a presença de diferentes povos indígenas em todo o território brasileiro, o padrão civilizatório que se desenvolveu nesse foi o ocidental, desconsiderando o conhecimento ancestral dos povos originários sobre os Biomas que habitam, bem como seus modos de vida derivados de uma relação íntima com a natureza. Segundo a Fundação Nacional do Índio – FUNAI (2018), não só na faixa amazônica vivem indígenas. As terras ocupadas tradicionalmente pelo Povo Guarani no Brasil são aquelas onde ocorre o maior número de conflitos de demarcação de terras indígenas do País. Acredita-se que nessas sociedades eles mantêm seu modo de vida, sua cultura, mesmo sob a hegemonia global de um modelo eurocêntrico pela sociedade envolvente. A abordagem deste artigo é interdisciplinar e intercultural de caráter exploratório e qualitativo pelo processo investigativo, que se baseia numa revisão da literatura e numa observação participante realizada nas aldeias Guarani Mbya do litoral do Paraná como métodos. À luz de categorias teóricas decorrentes da: Teoria dos Sítios de Pertencimento (ZAOUAL, 2003), Economia Substantiva (POLANYI, 2000), Dádiva (MAUSS, 2003), Reciprocidade (SABOURIN, 2011), Identidade (HALL, 2003), Liberdades Humanas (SEN, 2010).

Palavras-chave: Povo Guarani Mbya. Litoral do Paraná. Diálogo Intercultural.

1 INTRODUÇÃO

Talvez estejamos muito condicionados à uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo. Quem disse que a gente não pode cair? Quem disse que a gente já não caiu? (KRENAK, 2019, p. 57).

¹ Jeito de ser, modo de viver Guarani

² Formada em Relações Internacionais, Mestre em Turismo Sustentável e Promoção da Paz e Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, atua como indigenista especializada na Fundação Nacional do Índio – FUNAI. *e-mail:* carolinewillrich@gmail.com

O planeta Terra possui aproximadamente 4,5 bilhões de anos. Ao longo desse tempo houve sucessivas eras geológicas marcadas por grandes transformações. A última, na qual nos encontramos, teve início há 65 milhões de anos e é denominada de Era Cenozoica. Dentre todas as espécies que surgiram nessa última Era, a espécie humana alcançou algo inédito: segundo Abramovay (2015), ela transformou sua força biológica em força geológica, ou seja, as ações humanas estão provocando alterações biofísicas em escala planetária, por meio da mudança da dinâmica dos rios, com conseqüente alteração na velocidade e na quantidade de materiais transportados por esses; da realização de deslocamentos de grande quantidade de matéria (massa); da extinção de diversas espécies; e do desaparecimento de corais.

Devido às transformações do planeta Terra promovidas pelo ser humano, surgiu o termo *Antropoceno*, que tem sido utilizado para identificar este período recente marcado pelas ações humanas. O conceito de Antropoceno serve como alerta, despertando questionamentos e contradições.

Em entrevista realizada em 2014 ao jornal El País Brasil, Eduardo Viveiros de Castro recupera Lévi-Strauss para dizer que no século XIX o ser humano já havia iniciado a destruição do meio que promove a sua existência:

Lévi-Strauss já tinha advertido para o fato de que a marcha da chamada civilização ocidental, necessariamente, envolvia uma destruição de suas próprias condições materiais de existência e, portanto, ela era um projeto civilizacional suicida, ele frequentemente localiza mais especificamente na civilização ocidental de origem europeia essa ideia de que é uma civilização que consome quantidades absurdas de matéria e energia, e que está produzindo entropia, está produzindo desorganização do cosmos terrestre e que, portanto, não poderá prosseguir dessa forma. Ela, na verdade, está colaborando para o fim da espécie, num certo sentido (CASTRO, 2014).

Porém, a UNESCO esclarece que “o grande responsável por atravessar os limites biogeofísicos do planeta é o humano ocidental e um sistema econômico específico”, não a humanidade (2018, p. 05).

As marcas deixadas por esse tipo de sociedade, baseadas no sistema de mercado, são justificadas constantemente como necessárias para alcançar o desenvolvimento. Na América Latina, o modelo civilizatório é, para Escobar (2014), a principal causa da crise global de energia/clima e da pobreza.

A hipótese proposta neste artigo é a de que os povos originários do Sul, como os povos indígenas, mais especificamente os do Litoral do Paraná, Sul do Brasil, mantiveram em muito, sua cultura, seu modo de vida, suas tradições sobre o manejo da floresta, proporcionando uma *relação* harmoniosa com a natureza e com outros humanos, assim este conhecimento pode auxiliar a redirecionar o rumo da humanidade, tal como mencionado no prefácio do Caderno Mapa Guarani Continental:

Não são somente testemunhas de tempos passados (os indígenas Guarani), mas, sim, protagonistas do presente e construtores do futuro. Seus caminhos de liberdade nos convidam a entrar num movimento que não é exclusivo deles, mas é também de todos aqueles que não se conformam com o modelo econômico predador que ameaça a terra e destrói a convivência entre todos os humanos e outros tipos de seres com os quais dividimos a existência na terra. Com eles nos sentimos mais humanos (CMGC, 2016, p. 6).

Escobar (2014) sugere que a transição global a um mundo totalmente diferente já começou destacando que o caráter desta dependerá de qual visão de mundo prevalecerá. A visibilidade dos povos indígenas e das minorias étnicas como conceituadores de outros tipos de desenvolvimento vêm aumentando, denunciando a irracionalidade do desenvolvimento ocidental e a incompatibilidade de muitos projetos de desenvolvimento contrários as cosmovisões indígenas.

As cosmovisões indígenas não implicam num pensamento linear de desenvolvimento, nem de desenvolvimento, nem estão baseadas na escassez de bens materiais. Baseando-se nesses princípios, o bem-viver pretende introduzir uma filosofia diferente na visão da sociedade, subordinando objetivos econômicos a critérios ecológicos, de dignidade humana e justiça social (ESCOBAR, 2017, p. 33).

O autor comenta que, as Constituições da Bolívia e do Equador, ambas de 2008, introduziram o conceito indígena de *bem-viver* como ponto central. O conceito de *bem-viver* surgiu da articulação das lutas de povos indígenas da América Latina com as agendas dos camponeses, dos afrodescendentes, dos ambientalistas, das mulheres e dos jovens, oportunizando uma construção coletiva, uma nova forma de vida.

Muitos dos argumentos do *bem-viver* estão ligados aos direitos da natureza. Os direitos da *Pachamama*, reconhecidos pela Constituição do Equador, representam a mudança de paradigma do antropocentrismo para o biocentrismo. Central neste paradigma é o conceito de pluriverso, conforme Escobar (2017): o pluriverso parte da convergência entre certas narrativas filosóficas e biológicas dos povos indígenas, tal como: a vida existe a partir de uma relação dinâmica entre matéria e energia. Nesse, o mundo pluriverso está em constante movimento, é uma rede de relações em constante transformação entre humanos e não-humanos.

Um novo padrão civilizatório que parece ter iniciado em outros países precisam ser apreendido no Brasil. Não se justifica que num país com tantos povos indígenas se saiba tão pouco e, pior, que a cultura ou modo de vida desses tenha que se subordinar ao modo de vida de outros continentes.

Autores como Zaoual, Polanyi, Mauss, Sachs, Latouche e Sen permitem por meio de suas categorias de análise identificar outras formas de organização social e de produção e distribuição, produzindo outras racionalidades, sobre as quais estão implícitas outras dinâmicas entre matéria e energia. Diversidades que não se fazem presente nos princípios constitucionais da sociedade brasileira, contudo estão presente no modo de vida de povos indígenas do Brasil.

O conhecimento científico também é uma aprendizagem, dado que a historiografia tratou os indígenas como vítimas passivas dos processos de colonização, incapazes de influenciar sobre a realidade, desprezando as estratégias conscientes de sobrevivência, suas resistências. As ciências econômicas desprezaram os conhecimentos indígenas sobre seus territórios, propagando uma só racionalidade como se todos os humanos agissem de igual forma. As ciências políticas desconsideraram a presença dos povos originários nos processos de preservação da natureza, impondo planos de conservação e proteção ambiental sem a presença de humanos. As ciências humanas disseminaram uma só língua sem considerar as diferentes línguas dos povos originários. As ciências da natureza desconsideraram os conhecimentos que mantiveram vivas populações isoladas disseminando fármacos, entre outras.

Em pleno século XXI, diante das mudanças climáticas, da compreensão das injustiças sociais, da complexidade dos ecossistemas locais e dos riscos da inexistência humana, novos padrões civilizatórios e de desenvolvimento tornam-se fundamentais. E é nesse contexto que o conhecimento sobre outros modos de vida, em especial o dos povos indígenas, aqui ganham espaço.

A Revista *Scientific American* publicou em 2019 um estudo que descreve que os povos indígenas ocupam menos de 22% da área total do planeta e abrigam 80% da biodiversidade do mundo, indicando que esse resultado decorre de outra compreensão que os povos indígenas detêm sobre o meio onde vivem (UNESCO, 2018).

Os conhecimentos ecológicos dos indígenas, com base no artigo, possibilitaram cientistas fazerem a ligação entre o fenômeno *El Niño* e a cobertura de nuvens na troposfera. Esta ligação só foi possível graças às previsões climáticas decorrentes da observação do tamanho e brilho das estrelas Plêiades pelos agricultores indígenas dos Andes.

O relatório das Nações Unidas, publicado em agosto de 2019, contempla a necessidade de engajamento das populações indígenas na gestão dos territórios, por considerar que os conhecimentos destes podem ajudar a superar as mudanças induzidas pelo clima. Sugere ainda que, o conhecimento ecológico tradicional (*Traditional Ecological Knowledge - TEK*) indígena, como denominado na *Revista Scientific American*, deve servir como um complemento para a ciência no desenvolvimento de estratégias de adaptação climática.

Mesmo com esses reconhecimentos, relevantes à humanidade, os indígenas, por seus preceitos constitutivos, são vistos como “simples” ou “atrasados”, tendo sido ignorados pelos complexos sistemas de organização social, econômica e política das sociedades ocidentais. Segundo Luciano (2001), o fato de não terem desenvolvido certos tipos de tecnologia ou escrita não significa que não possuam sistemas organizados com alto grau de especialização e domínio técnico. Complexas redes de intercâmbios de conhecimento e trocas de produtos vêm promovendo o equilíbrio social e a propagação dessa cultura; provas do nível de organização, políticas e econômicas socialmente constituído.

No Brasil existe um grande potencial para esses estudos. Os indígenas, de acordo com Luciano (2001), mantêm suas práticas culturais em consonância com a natureza. Os calendários sociais dessa população estão associados aos ciclos ecológicos, os quais determinam os ciclos produtivos, existindo uma dimensão que delimita as atividades produtivas para além das necessidades físicas ou biológicas e atende às questões morais, espirituais e pedagógicas (LUCIANO, 2001).

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2019), a população indígena brasileira é de 817.963 pessoas, das quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 em zonas urbanas. E de acordo com o Censo do IBGE, populações indígenas estão em todos os estados da Federação, inclusive no Distrito Federal, além de 69 referências de índios ainda não contatados¹ (FUNAI, 2019).

¹ “Autônomos”, “resistentes”, “ocultos”, “não contatados” ou “isolados”. Estes são alguns dos termos utilizados para se referir aos povos indígenas que decidiram viver afastados dos demais grupos.

Apesar da presença indígena em praticamente todo território nacional, o processo de reconhecimento das terras da década de 1980 ficou concentrado na Amazônia Legal em decorrência do processo de colonização e ocupação que criou uma série de dificuldades aos indígenas de se manterem nas demais regiões. Alguns se mantiveram em pequenas e esparsas áreas, nem sempre suficientes para a reprodução física e cultural de cada aldeia. Uma espécie de “confinamento territorial e permanente restrição dos modos de vida indígena” (FUNAI, 2019, p. 2).

Uma das maiores populações indígenas da América Latina é o povo Guarani (Kaiowá, Nhandeva e Mbya) que habita porções da Argentina, Brasil, Bolívia e Paraguai. Calcula-se uma população de mais de 280.000 pessoas distribuídas em áreas que vão desde o Atlântico até a região pré-andina (CMGC, 2016). Mesmo fragilizados, após séculos de colonização e tendo seus territórios totalmente fragmentados e ocupados por *outros*, os indígenas Guarani Mbya continuam encontrando formas pacíficas de resistência, desde o que se refere ao relacionamento inevitável com a sociedade envolvente até a organização social interna, mantendo fortes as estruturas que vinculam os indivíduos às divindades da natureza. Com mais de quatro séculos de contato e dominação, os Guarani pouco alteraram seus modos de vida pelos serviços de proteção ou pelas ações missionárias (RIBEIRO, 2006).

Dentro das possibilidades e realidades atuais, mas seguindo “preceitos míticos não compreendidos pela sociedade nacional”, os Guarani continuam exercendo seu direito de ocupação em áreas da Floresta Atlântica de forma pacífica, diplomática, persistente e efetiva (LADEIRA, 2008). Desconsiderar essa cultura e minimizar sua presença é no mínimo uma atitude autodestrutiva, já que dados coletados em junho de 2014 pela FUNAI demonstraram menor desmatamento em áreas indígenas do que em outras áreas de uso e ocupação do solo: o desmatamento em Terras Indígenas foi de 1%, enquanto em Unidades de Conservação foi de 27%, em assentamentos de reforma agrária foi de 13% e em áreas privadas foi de 59% (FUNAI, 2018).

2 PRINCÍPIOS DE MODO DE VIDA

“Desfazer o desenvolvimento e refazer o mundo” (ZAOUAL, 2003).

Os autores selecionados e abordados neste tópico o foram pelas suas contribuições de cunho científico no entendimento das sociedades, de maneira mais específica, por apontarem princípios que conduzem as pessoas ao agir em sociedade. Princípios que acabam por caracterizar sociedades, mesmo que nela existam outros, mas são eles que operam a homogeneizar comportamentos humanos para uma forma social: um modo de vida.

Este artigo não responde a um campo específico, fechado da ciência. Como afirmou Zaoual (2003), os recortes e divisões em campos científicos prejudicaram a compreensão do ser humano em sua totalidade, tornando-o ainda mais desconhecido. Alinhado à valorização em alguns recortes: “a ciência econômica passou a situar-se no comando da civilização global, sendo ela abstrata, dedutiva e dividida em especializações estanques, ela empurra a humanidade em direção a um desastre social e ambiental” (ZAOUAL, 2003, p. 17). Segundo o autor, os contextos humanos são demasiado complexos para serem entendidos ou monitorados a partir de um único ponto de vista, assim propõe o fim de uma ciência racional e o início de um

pensamento *relacional*, que leve em consideração as relações entre as pessoas e destas com o meio que vivem, associando à ética e à técnica (ZAOUAL, 2003, p. 22).

Zaoual, um marroquino que desenvolveu suas pesquisas na Europa, critica os projetos de desenvolvimento dos países do Norte que foram transplantados para os países do Sul (planeta) por desrespeitar as *identidades* e a realidade concreta de grupos sociais. Segundo Zaoual, a “economia de renda”, como ele designa a dependência do dinheiro para a sobrevivência dos seres humanos, faz parte de um modelo de desenvolvimento que caiu de “paraquedas” para algumas populações. Um modelo que tem provocado exclusão, desigualdade e pobreza (ZAOUAL, 2003, p. 26).

Zaoual (2003) chama a atenção para o ser humano concreto, fundamentando-se em observações de que os seres humanos nunca agem de maneira idêntica e com a mesma racionalidade em todos os lugares; eles são influenciados por seu meio e pelas suas emoções. Nasce assim o conceito do *homo situs*, que integra e busca superar o conceito de *homo economicus*.

Mauss enfatiza que uma das “rochas” humanas sobre as quais está construída a sociedade é o *vínculo*. Para o autor, o valor das coisas jamais pode ser maior do que o valor dos *vínculos* com/entre os seres humanos. Contudo, as sociedades ocidentais fizeram do homem um “animal econômico” (MAUSS, 2003, p. 154).

Mauss, autor de a “*Teoria da Dádiva*”, argumenta que a *Dádiva* consiste num sistema geral de obrigações coletivas em torno de: dar, receber e retribuir (*vínculos*) observadas em algumas comunidades do Pacífico e do Alaska no início do século XX. Através de estudos nestas comunidades, o autor demonstrou que o Estado e/ou o Mercado não são sistemas universais nas sociedades, estando presentes apenas nas sociedades consideradas modernas na época. Nas sociedades estudadas ele observou a presença constante de *reciprocidades* de caráter interpessoal com uma complexa rede de vínculos e alianças que possibilitavam a circulação de riquezas diferente do sistema de mercado como se conhece nas sociedades ocidentais.

Os povos, as classes, as famílias, os indivíduos poderão enriquecer, mas só serão felizes quando souberem sentar-se, como cavalheiros, em torno da riqueza comum. Inútil buscar muito longe qual é o bem e a felicidade. Eles estão aí, na paz imposta, no trabalho bem ritmado, alternadamente em comum e solitário, na riqueza acumulada e depois distribuída, no respeito mútuo e na generosidade recíproca que a educação ensina (MAUSS, 2003, p. 314).

A *dádiva* não estava associada à ideia de justiça social, como compromisso da democracia (liberdade e igualdade), estava baseada na *confiança* que é, segundo o autor, um bem simbólico que fundamenta e valida as relações sociais. Sem ela, nem a política, nem a religião e nem a ciência funcionam. As *dádivas* circulam com a certeza de que serão retribuídas, tendo como garantia a própria virtude da coisa dada.

Para Mauss essas sociedades conseguiram substituir a guerra e o isolamento pela aliança, pela dádiva e pelo comércio, e progrediram na medida em que elas mesmas, seus grupos e indivíduos, souberam estabilizar suas relações de *dar, receber e retribuir*.

Para Polany, que compartilha algumas obras de Mauss, a separação do *trabalho* de outras atividades da vida foi uma mudança fundamental nas sociedades. Argumenta em suas análises históricas que nas sociedades que precederam à moderna, a subsistência dos seres humanos fazia parte de uma organização social, e nas sociedades modernas e complexas é

subsistência que organiza o social. A subsistência vinculada à troca monetária/economia de Mercado é, na visão do autor, o que diferencia a Sociedade de Mercado de outras. Nesta, torna-se inevitável à regulação ou à intervenção do Estado, já que a produção não pode, devido a sua própria natureza, ser guiada pela utilidade do Mercado. “O trabalho foi separado de ‘outras atividades da vida’ para ser submetido às ‘leis do mercado’; assim, todas as formas orgânicas de vida foram aniquiladas e substituídas ‘por um tipo diferente de organização, um tipo atomista e individualista’ (POLANYI, 2012, p. 20).

Para Polanyi, o modo de organização da produção levou a humanidade à acumulação e à prevalência de interesses individuais. As *relações* passaram a ser estabelecidas entre indivíduo e produto, indicando a perda das *relações* humanas. Em vez de a economia estar enraizada nas *relações* sociais, as *relações* sociais é que estão enraizadas na economia. Conforme afirma o autor, ao descrever a origem da economia de mercado (durante a Revolução Industrial, Inglaterra) no século XIX, esta transformação tornou-se tão importante a ponto de caracterizar uma Era com sua expansão em todo planeta (POLANYI, 2012, p. 14).

A sociedade do séc. XIX organizou-se de um modo que fazia com que apenas a fome e o lucro fossem motivações eficazes para o indivíduo participar da vida econômica. A imagem resultante, do homem regido só por incentivos materialistas, era inteiramente arbitrária.

No tocante à sociedade, propôs-se a doutrina análoga de que suas instituições eram ‘determinadas’ pelo sistema econômico. O mecanismo de mercado criou a ilusão de que o determinismo econômico é uma lei geral de toda sociedade humana (POLANYI, 2003, p. 55).

A racionalidade econômica, decorrente dos mecanismos de mercado, elevou a importância dos títulos de propriedade da terra, que substituíram a vida comunitária. A justiça passou a legalizar sobre transações econômicas, antes proibidas por serem gananciosas e antissociais. A liberdade passou a ser concedida pela lei, não mais dependia da obediência a um Senhor (POLANYI, 2012, p. 51).

A partir da análise histórica, Polanyi identifica o sentido *substantivo* da economia como sendo aquele decorrente da promoção da subsistência do homem e de seus semelhantes pela natureza. Corroborando com Mauss, aponta ainda para a existência de *relações de confiança* e redes fundamentadas por outros princípios, ou seja, produzindo *outras economias*, outras racionalidades, sendo eles: a troca, a *reciprocidade* e a redistribuição.

Para Sabourin (2011), as relações baseadas em *reciprocidade* como das sociedades pré-capitalistas por Mauss na Teoria da Dádiva e enfatizado por Polanyi, que parece ter dado lugar aos interesses individuais das relações de troca, na verdade estão presentes em algumas comunidades atuais. Para Sabourin, existem questionamentos cada vez mais críticos acerca do atual modelo de desenvolvimento pela incapacidade de este satisfazer as “necessidades humanas”, mas nele também ainda são encontradas relações de *reciprocidade* assumidas sob várias formas, como de vingança ou prestígio; distintas estruturas, como de amizade, justiça ou parentesco; e diferentes níveis de subjetivação, como o real, o simbólico e/ou imaginário. A *reciprocidade* estaria assim constituída de *vínculos* e alianças entre os seres humanos resistindo à lógica do mercado. Esses *vínculos*, que podem ser exemplificados na *relação* entre mãe e filho, são incomensuráveis e invendáveis e formam o tecido complexo que é base da sociedade. Para Sabourin, não há *reciprocidade* sem cooperação, bem como, há atividades econômicas que não são motivadas apenas pelo interesse material, individual ou corporativista. Observando

as sociedades rurais, o autor afirma que nessas há um forte sentimento de pertencimento ao todo, e que as pessoas ativam diversas formas de ajuda mútua ou associativismo ou manejo compartilhado de bens ou recursos comuns; há um laço social. A maior dificuldade nessas comunidades reside justamente em observar a interface entre o “mundo da troca” e aquele da *reciprocidade*.

Sabourin adverte que se deve evitar a idealização de práticas de *reciprocidade*, tendo em vista que foram pouco estudadas. No Brasil, com a biodiversidade cultural dos povos indígenas presente em todo o território nacional, existe um amplo campo de pesquisa nesse sentido e os estudos possibilitariam contribuir para reconceituar desenvolvimento.

A dificuldade em observar as interfaces social e econômica nas ações, apontada por Sabourin, talvez possa estar relacionada à “crise de *identidade*” que caracteriza as sociedades pós-modernas, tal como observado por Hall a partir das *identidades* descentradas, deslocadas e fragmentadas (HALL, 2014, p. 03). Durante o período moderno, a identificação e a lealdade do sujeito à religião, região ou grupo de *pertencimento* foram transferidas gradualmente à cultura nacional. Os Estados Nacionais, no intuito de manterem uma unicidade em sua composição, utilizaram a violência para eliminar diferenças étnicas, institucionalizaram o imperialismo e/ou o colonialismo e criaram falsas tradições e heróis “nacionais”. Sem bases sólidas e historicamente “questionáveis”, as formas nacionais de *identidade* cultural estão ruindo, dando lugar a outros tipos de laços e lealdades culturais.

Na pós-modernidade, são os processos da globalização que atravessam as fronteiras, conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, promovendo transformações sociais (HALL, 2014).

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada" (HALL, 2006, p. 10).

3 O JEITO DE SER GUARANI MBYA

Enquanto a sociedade ocidental se apropria cada vez mais da ideia de dominação da natureza, qualificada como “recurso”, os povos indígenas resistem para ocupar seus territórios, sustentados pela força dos *vínculos* com a natureza. Não como recurso, mas como quem os criou e os sustenta. Uma *relação* harmoniosa, recheada pelo *vínculo* entre humanos, entre humanos e deuses, animais, plantas e espíritos da floresta.

Mesmo durante séculos de contato, os Guarani mantêm o seu modo de ser: o *nhanderekó*. Abrem mão de desfrutar de certos “confortos” para continuarem vivendo na floresta. Suas casas mantêm a simplicidade, os materiais (madeira, barro e palha, às vezes substituída por telhas tipo Eternit) e a lógica Guarani de ocupação do espaço. Isso não impede o uso de tecnologias da sociedade envolvente, a começar pelo uso do celular com acesso a internet, que tem servido para fortalecer seus *vínculos* e *relações* entre aldeias e para fora das *relações* entre indígenas, ampliando a circulação de informações entre si e no contato com as sociedades envolvidas. O uso desta tecnologia é muitas vezes incompreendido ou até distorcida pelo desconhecimento de que sua cultura é viva, e em constante transformação,

porém **sem perder o vínculo entre o ser humano e a natureza**, respeitando os ciclos da vida. Como escrito por Kapp, os *sistemas* que regem a vida estão interligados e *em movimento*.

O que pode ser dito após a pesquisa realizada nas aldeias Guarani Mbya do litoral do Paraná é que o modo de vida Guarani, diferentemente do modo de vida das sociedades ocidentais que adotaram modelos de desenvolvimento baseados no crescimento do PIB são distintos, e que pelo vínculo que têm com a natureza, seus impactos negativos na destruição do planeta parecem muito inferiores.

Vocês, *jurua*¹, quando querem fazer uma poupança têm que trabalhar, ganhar dinheiro, ir lá no banco e depositar. Nós não. A gente cuida da mata e ela nos dá água, comida, material pra fazer nossas casas, nosso artesanato, dá tudo que gente precisa. Simples assim (RIVELINO, 2017).²

Como parte de um organismo vivo do planeta, nas aldeias Guarani Mbya, a alimentação e medicamentos, os utensílios, o artesanato, os rituais e outros estão baseados nos elementos naturais e nos ciclos de vida que ocorrem na Floresta Atlântica. Conservando a floresta, o guarani garante a sua própria sobrevivência.

Por meio do diálogo intercultural com o Povo Guarani foi possível compreender as diferenças que dão sustentabilidade à vida daquele povo, como a existência de alimentos “verdadeiros”. Enquanto os Guaranis resistem plantando o milho, com sementes tradicionais que se renovam de geração em geração, compartilham as colheitas entre as aldeias em rituais sagrados e com festividade, sendo este um verdadeiro alimento; aos não indígenas (*jurua*) o milho ou os derivados chegam para serem trocados por dinheiro, são de sementes transgênicas por vezes importadas e plantadas em sistemas de monocultura, um milho que antes de alimentar o homem alimenta um sistema agrícola perverso que favorece a poucos em detrimentos de muitos, e deixa para as gerações futuras os danos ambientais.

A abelha sem ferrão, que fornece o mel e a cera tão apreciados pelos Guarani, tem uma relação benéfica também para a conservação da Floresta Atlântica, pois é responsável pela polinização de quase 90% das árvores do bioma, espécie esta quase exterminada pelos *jurua* por causa do uso excessivo de pesticidas para seus monocultivos.

Assim como as abelhas Jataí, os Guarani estabelecem *vínculos* entre as aldeias, exercendo *reciprocidades* nas relações, como o dos genros que apoiam suas sogras nas tarefas diárias em retribuições ao acolhimento na aldeia, ou aos *xamãs* pelos tratamentos recebidos. A retribuição não ocorre baseada nas mesmas unidades do bem recebido, eles sabem que ao dar ou doar-se em algum momento a retribuição virá, não necessariamente pela mesma pessoa, mas virá. A *reciprocidade* baseia-se na *confiança* em que se estabelecem as *relações* entre os Guarani e entre esses e a natureza, tal como observado e relatado por Mauss na Teoria da Dádiva nas relações sociais.

¹ Não indígena em Guarani.

² Frase memorável do Cacique Rivelino (Werá) da TI Kuaray Haxa durante a abertura do I Encontro Indígena no Litoral do Paraná, realizado em 2018 no Instituto Federal de Paranaguá, do qual participei como moderadora).

FIGURA 21 – Cacique Rivelino e abelhas Jataí



Fonte: Tatiana Damasco Nunes (2019).

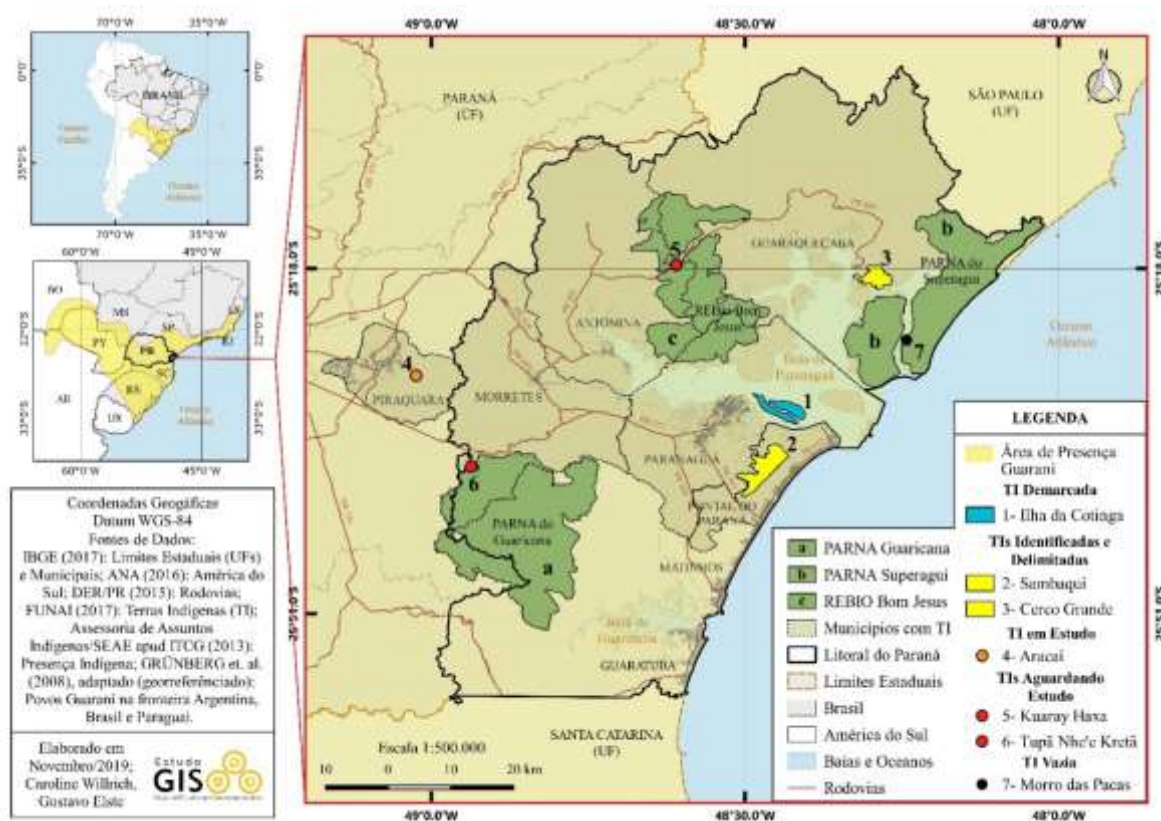
A confiança pela *reciprocidade* dos Guarani também se estende às divindades, aos ancestrais e a outros seres vivos. As *retribuições* que permeiam nas *reciprocidades* alimentam o círculo virtuoso da dádiva, fazendo com que nas aldeias exista um sentimento de pertencimento ao todo, onde os Guarani ativam diversas formas de ajuda mútua ou associativismo pelo manejo compartilhado de bens comuns: no uso da água, na coleta de materiais para artesanato, durante a confecção e a venda desses. As *retribuições* também extrapolam a aldeia, definindo territórios indígenas, fazendo circular as riquezas entre as aldeias. Sobre esses novamente é possível estabelecer uma correlação com os relatos das aldeias da Polinésia de Mauss (2003): em que a energia recebida não pode ser estancada, deve circular: ela circula pelos seus usuários e se prende até o momento da *retribuição*.

4 CONTEXTO LOCAL E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além dos territórios indígenas, as áreas territoriais do litoral do Paraná estão sob forte pressão pela expansão do uso pela sociedade envolvente. No litoral: a expansão portuária está ocorrendo pela ampliação do Porto em Paranaguá e a construção de novos empreendimentos portuários e industriais em Pontal do Paraná; a especulação imobiliária, ligada ao turismo de “segunda residência”, que predomina no litoral, não cessa; e, nos espaços geográficos considerados “vazios”, as unidades de conservação, que limitam e em alguns casos até impedem à presença humana, adotam planos de manejo endurecidos. Projetos privados ou públicos que atendem demandas internacionais, nacionais e macrorregionais beneficiando

populações de fora do litoral do Paraná, restando para essa pouca informação e participação na tomada de decisões.

FIGURA 2 - Mapa das aldeias do litoral do Paraná



Fonte: FUNAI (2017).

Sob esse contexto, é pertinente a proposta de Latouche da necessidade de descolonizar o imaginário, por meio de uma *revolução cultural*, recuperando a ancoragem territorial da política, da cultura e do próprio sentido da vida. Nem transplantar nem impor modelos de desenvolvimento exógenos: fundamental nesse processo é não cair nas armadilhas de ideias pré-concebidas. Latouche (2009) escreve sobre a importância de se reconhecer a dívida reivindicada pelos povos indígenas como algo fundamental para o equilíbrio das *relações*.

Krenak como Latouche argumentam que outro mundo é possível. Ambos alegam que há uma banalização da vida e que as atividades econômicas dependem de nós humanos, e não o contrário. “Dizer que a economia é mais importante é a mesma coisa que dizer que o navio é mais importante que a tripulação” (KRENAK, 2020, p. 08).

Latouche afirma que o problema do desenvolvimento não está na economia, e sim na política (2009, p. 40). Essa ideia pode ser estendida às políticas de conservação da natureza. Qual é o sentido de uma política de conservação ambiental que expulsa os verdadeiros “guardiões” desse território? São decisões políticas que vem conduzindo a criação de unidades de conservação e não decisões técnicas baseadas no conhecimento específico do local.

Partindo em direção à resposta se outro modelo de desenvolvimento é possível, os Guarani Mbya nos mostram outro modelo de desenvolvimento, dado que resistiram ao modo de vida da sociedade envolvente.

Retroalimentam princípios norteadores e um conjunto de técnicas, chamadas por Sachs (1986) de *ecotécnicas*, que sustentam o *ecodesenvolvimento* dos territórios indígenas. Espera-se que este artigo, como afirma Sachs inspire a imaginação de pesquisadores e responsáveis pelo planejamento.

Por tudo isso, conclui-se que o diálogo intercultural com os povos indígenas é urgente, não bastando trazer só os conhecimentos supostamente capturados pelos pesquisadores nas aldeias e transformados em teorias, laudos, projetos (como sugere Sachs), mas trazer os Guarani Mbya, homens e mulheres para contribuírem com o desenvolvimento ecológico, integral, humano e sustentável como coprotagonistas do diálogo, do planejamento e da implementação de novas experiências de *ecodesenvolvimento* de outras eco regiões. Um diálogo intercultural deve ser simétrico, só assim será possível conceber novos paradigmas, novas bases de ação.

O Equador e a Bolívia, por meio da participação dos povos indígenas reconheceram e protegem a natureza como um ser vivo, não mais como recurso. Acredita-se que para isso é preciso que a sociedade envolvente abra espaço de diálogo para que os indígenas falem por si, e que estejam abertos a reconhecer a diversidade de uma cultura viva que sustenta esses povos; que os indígenas possam garantir espaços mínimos para a reprodução física e cultural de seus povos; que a sociedade envolvente desista de impor seu modo de vida nas aldeias através de políticas públicas etnocêntricas e pare para ouvir o que os indígenas têm a dizer.

Mesmo defendendo projetos de desenvolvimento etnocêntricos que beneficiam empresas europeias, norte-americanas, japonesas, chinesas, os não indígenas brasileiros continuam sendo vistos nesses mesmos lugares quase como indígenas.

Diante dessa situação, num contexto onde a globalização colocou em xeque as identidades nacionais, reconhecer a presença e valorizar a cultura do Povo Guarani Mbya pode também contribuir para a construção de uma identidade própria da sociedade do litoral do Paraná, ou da Floresta Atlântica, onde estão localizadas as maiores cidades do Brasil, uma identidade plural composta pela diversidade dos povos originários e dos outros povos que chegaram e escolheram esse território para viver, trazendo suas técnicas, sua cultura, seu jeito de ser.

Essa “mistura” é uma característica marcante do povo brasileiro, que costuma exaltar a cultura trazida dos europeus, porém resiste em reconhecer a cultura pré-existente no território, que de todas formas foi assimilada nos nomes dos rios, cidades, montanhas; na alimentação, no cuidado pessoal, que também são costumes aprendidos com os povos daqui.

Por que não plantar a semente de uma sociedade pluriversa no litoral do Paraná?

REFERÊNCIAS

BONAMIGO, Zélia Maria. **A economia dos Mbya-Guaranis: trocas entre homens e entre deuses e homens na ilha da Cotinga em Paranaguá-PR.** Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

_____. Comunidade Mbya-Guarani. **Economia e relações com a sociedade —atrevidal.** Tellus, Campo Grande, ano 8, n. 14, p. 145-170, abr. 2008.

_____. **A Economia dos Mbya-Guarani:** trocas entre homens e entre deuses e homens na Ilha da Cotinga, em Paranaguá – PR. Curitiba: Imprensa Oficial, 2009.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Notícias.** Brasília, publicado em 23/07/2014. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2914-terras-indigenas-apresentam-o-menor-indice-de-desmatamento-na-amazonia-legal>. Acesso em 11/12/2018.

_____. **Demarcação de terras indígenas.** Brasília. Disponível em: <http://funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas?start=1#>. Acesso em 10/12/2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Caderno Mapa Guarani Continental.** Publicado em 2016. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/guarani-continental-povos-guarani-na-argentina-bolivia-brasil-e-paraguai>. Acesso em 15/02/2019.

_____. **Mapa Guarani Continental.** Publicado em 2016. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/america-do-sul/guarani-reta-2008>. Acesso em 15/06/2018.

KAAP, William. In: DOPFER, Kurt (org.). **A economia do futuro em busca de um novo paradigma.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço geográfico Guarani-Mbya:** significado, constituição e uso. São Paulo: Edusp, 2008.

_____, **Terras Guarani no Litoral:** as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista – CTI, 2004.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LUCIANO, Gersm dos Santos. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.

MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. In: LADEIRA, M.I. **Espaço Geográfico Guarani-Mbya:** significado, constituição e uso. São Paulo: Edusp, 2008.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** Coimbra, nº73, dez. 2005, p.45-66. Disponível em: <http://rccs.revues.org/954>. Acesso em 01 de outubro de 2016.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia** Título original: *Sociologie et anthropologie*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELIÁ, Bartomeu. **El Guaraní:** una experiencia religiosa. Assunción-Paraguay: CEADUC-CEPAG, 1991.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias.** Porto Alegre, nº27, mai./ago. 2011, p.24-51.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimetro: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986a.

_____. **Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2007d.

_____. **I. A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009e. SOS MATA ATLÂNTICA. **Mata Atlântica.** Disponível em: <https://www.sosma.org.br/nossas-causas/mata-atlantica/>>. Acesso em 22/02/2019.

SOUSA, Cássio Noronha Inglez de; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de. **Gestão territorial em Terra Indígenas no Brasil.** Brasília: Mec; UNESCO, 2015.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

A marble statue of a bearded man, likely a philosopher, in a thinking pose. The statue is shown from the chest up, with its right hand resting on its chin. The background is a clear blue sky. The image is partially overlaid by a dark blue vertical band on the right side, which contains the chapter title. There are also bright green triangular shapes in the top-left and bottom-left corners.

CAPÍTULO 7

POSIÇÕES POLÍTICAS E SEUS ASPECTOS PSICOSSOMÁ- TICOS

POSIÇÕES POLÍTICAS E SEUS ASPECTOS PSICOSSOMÁTICOS

Bernadete Iaciuk¹
Ubiratã Assis Teixeira da Silva²

O fascismo é um fenômeno sociológico recorrente que emerge na humanidade quando determinados gatilhos psicossociais são manipulados.

1 A CENA FAMILIAR

A ceia de Natal, com toda família reunida em torno da mesa. Pessoas queridas, com quem você adora passar o tempo, juntamente com alguns parentes e relativos, com os quais você não tem tanta afinidade. Você se apressa a sentar junto aos mais chegados, com que a conversa flui mais solta.

Mas após algumas caipirinhas, você arrisca iniciar uma conversa através da mesa, com aquele tio, com o qual você não tem tanta afinidade. À procura de um assunto comum, você decide fazer um comentário crítico ao governo atual, afinal... “com tudo o que você lê nos jornais, quem poderia ser a favor, não é mesmo?”

Um manto de silêncio se abate sobre o salão. Olhares nervosos são trocados. Após alguns segundos, a resposta vem agressiva, ofensiva e, segundo seu ponto de vista, completamente desconectada da realidade. Tem início uma, hoje extremamente popular, “treta de família”.

Controlando a sua raiva você expõe, muito calmamente, inúmeras razões pelas quais, segundo você mesmo, as coisas estão como estão. Você diz, de uma maneira que convenceria qualquer pessoa racional, que a poluição, a pobreza, a fome, as doenças, as guerras, a avareza, o desmatamento, o consumismo e a falta de solidariedade são os principais problemas do mundo. Em resposta, você ouve que o que está acabando com o país é a libertinagem, a falta de pulso dos pais, a falta de respeito dos jovens com os mais velhos, o abandono das tradições e dos costumes e, por fim, o desrespeito com as autoridades constituídas. “Na minha época...” diz ele com um mal disfarçado desdém, “...os alunos cantavam o hino nacional antes das aulas...agora é só esse funk...essa meninada rebolando...!”

Você então se pergunta como isso é possível? Seu tio é um empresário de sucesso. Certamente um sujeito inteligente. Como é possível que os pontos que você levantou, sejam absolutamente irrelevantes para ele. E que tudo que ele valoriza ou teme, para você não tem a menor importância? Ao fim, você se pergunta como é possível que os valores pelos quais as pessoas se pautam sejam tão diferentes?

¹ Graduanda em Ciências Políticas. Uninter. E-mail: deti.iaciuk@gmail.com

² Pós-doutorado. Universidade Federal do Paraná. E-mail: ubiratan@ufpr.br

Talvez a pergunta a ser feita não seja “como”, mas sim, o “por quê”. Seriam estas diferenças determinadas pelo tipo de educação ou experiências de vida que cada um é submetido? Ou seriam determinadas por características inerentes à cada um? A resposta à esta pergunta pode indicar *como*, e em última análise *se*, a distância entre pessoas que têm um posicionamento político diferente pode ser reduzida.

2 ESQUERDA OU DIREITA?

Quem, atualmente, não ouviu falar na dicotomia que separa as pessoas em direitistas e esquerdistas? Hoje todo mundo sabe o que é isso, mas nem sempre foi assim.

Esta forma dualística e unidimensional de ver o mundo sempre foi natural no lado da esquerda, porque corrobora a visão marxista, que separa a sociedade em duas classes: a burguesia e o proletariado. O outro lado deste espectro político, no entanto, nunca aceitou ser denominado de “direita”. Políticos conservadores tipicamente assumem dois posicionamentos distintos: ou se autointitulam “de centro” ou desdenham este dualismo como um todo por acreditarem ser simplista e reducional (“...as coisas não são assim tão “preto-no-branco””).

Porém, recentemente, isso tudo mudou. A direita se dividiu em duas vertentes e a parte mais radical assumiu, até orgulhosamente, o título de “direita”. Curiosamente, os grupos mais extremados hoje chamam até mesmo aqueles posicionados mais ao centro, na sua própria ala política, de “comunistas”.

Atualmente, inúmeras teorias que tentam explicar esta dicotomia entre esquerda e direita. A maioria confunde a agenda econômico-política com a agenda comportamental, o que só aumenta a confusão. A melhor explicação é aquela que restringe a discussão para o papel que o estado deve desempenhar na condução da economia e da sociedade.

De acordo com o filósofo italiano Norberto Bobbio [1], quanto mais preponderante é o papel que, em sua opinião, o estado deveria exercer sobre a economia, mais “à esquerda” você é. Simples assim.

Ainda de acordo com o Bobbio, os termos “esquerda e direita” tem origem em uma coincidência histórica: advém da posição que os deputados eleitos coincidentemente se sentavam na chamada Assembleia Nacional, nos tempos da revolução francesa. Ou seja, a direção desta dicotomia poderia facilmente ter sido inversa.

Ser de esquerda não necessariamente deveria incluir qualquer posição com relação assuntos identitários, como imigração, racismo, aborto ou direitos dos homossexuais. Apesar disso, existe uma razão óbvia para que seja a esquerda, e não a direita, que abrigue as lutas destas minorias dentro de sua agenda. E esta razão ficará mais clara à medida que se avança neste texto.

3 LIBERAL OU CONSERVADOR?

Outra dicotomia complicada de explicar, em voga no nosso tempo, é a que separa as pessoas em liberais e conservadores. A tentação aqui é simplesmente repetir o mesmo corte que separa a esquerda e a direita, mas não é bem assim.

O estado sempre existiu como elemento fundamental da civilização, mas a questão do compartilhamento do poder político sempre foi, e ainda vai ser por muito tempo, o principal problema a ser enfrentado pela humanidade.

Desde o tempo dos Sumérios, a mais de 6 mil anos atrás, o estado foi dominado por diferentes arranjos de grupos familiares. Apenas aqueles com “sangue nobre”, ou seja, geneticamente relacionados com os líderes, poderiam ser escolhidos como futuros mandatários. Ocasionalmente, um plebeu lograva tomar o poder por assalto. A partir daí, ironicamente, a sociedade passava a reconhecer nos filhos e netos daquele aventureiro, o mesmo sangue nobre que o líder plebeu alegadamente não tinha, antes que ele se impusesse no poder.

O termo liberal é muito antigo. É anterior inclusive à revolução francesa, momento em que a humanidade decidiu deixar de obedecer à reis e imperadores. O chamado liberalismo é um grupo de ideias que surgiram muito em resposta ao próprio Estado Absolutista, caracteristicamente comandado por hordas familiares, apoiadas por um clero comprometido e um exército de aluguel.

O liberalismo não propôs somente uma mudança na ordem política, mas principalmente na economia. A proposta era o exato inverso do absolutismo: todo poder aos empresários e um estado minúsculo, praticamente restrito a uma força militar com objetivo de proteger a propriedade privada. Era uma ideia revolucionária e, em comparação com tudo que existiu até então, muito mais humana e democrática.

A riqueza, pelo menos em princípio, era uma questão de inteligência, trabalho e uma boa dose de sorte. E o acúmulo de grandes somas de dinheiro garantia ao seu proprietário uma fatia do poder. O poder de ter o que quiser e de ser o que quiser, inclusive, de ser livre. Lembre-se que mesmo escravos podiam comprar sua própria alforria. Então, de certa forma, o liberalismo representava uma forma muito mais justa de redistribuição de poder que o direito hereditário.

Este espírito (mais) democrático consolidou na cabeça das pessoas uma associação entre o termo liberal com a ideia de liberdade, o que de fato era verdade, pelo menos para a época. Mas isso foi há 300 anos atrás.

Desde então, muito mudou. O capitalismo, livre de qualquer controle estatal, cresceu e prosperou, no período conhecido como revolução industrial. Gerou riquezas ao mesmo tempo que gerou pobreza. Criou cidades, criou favelas. Produziu tantas contradições que seu fim foi dado como certo por Karl Marx. Em muitos momentos na história, estas contradições, de fato, chegaram ao ponto de forçar revoltas populares que, em alguns casos, lograram implantar regimes comunistas em um punhado de países.

Reconhecendo que o liberalismo, da forma que foi inicialmente concebido, sempre criaria as contradições que poderiam levar ao seu fim, uma corrente de pensadores e

economistas resolveu resgatar a figura do estado, agora transformado em um gestor da sociedade, e não mais em um poder absoluto. Este estado passou a regular as relações econômicas entre as classes sociais, conduzindo com o objetivo maior de “evitar que o forte oprimisse o fraco”. Você pode achar o final desta frase meio panfletária, mas saiba que é assim que consta no código de Hamurabi, rei da Babilônia, escrito em 2.250 antes de Cristo.

Os Estados Unidos da América são um país singular, em vários aspectos. Atualmente é a maior potência militar e econômica do mundo e exerce uma influência profunda sobre todos os demais. Por estar situado fora do supercontinente Eurasiático, conseguiu se manter distante das diversas guerras e escaramuças políticas que moldaram o mapa e a cultura do velho mundo.

Mas uma influência fundamental para o que se discute neste capítulo foi a Revolução Francesa. É que o processo de independência dos Estados Unidos da América, que os separou de seu colonizador, a Inglaterra, ocorreu apenas treze anos antes do início do processo revolucionário francês. Em função disso, os Estados Unidos acabaram por absorver, de forma relativamente acrítica, os ideais teóricos dos filósofos franceses, imprimindo seus conceitos em corações e mentes americanas. E de forma profunda até em sua constituição.

Mas ao contrário da alto-proclamada “Revolução Americana”, a Revolução Francesa não foi concluída de forma tão clara ou tão rápida. Argumenta-se que nem tenha sido, de fato, concluída. Os debates posteriores à queda do absolutismo e a tomada do poder pelo “povo”, giraram em torno das relações entre o capital e o trabalho, e principalmente o papel que o Estado teria na administração desta relação. Estas discussões acabaram arrastando a França a mergulhar em um período de terror, que durou quase um ano. Estes debates nunca ocorreram nos Estados Unidos de forma significativa e, por isso, estão praticamente ausentes no ideal americano de sociedade.

Por conta destes eventos históricos, em um país como os Estados Unidos, ser chamado de liberal indica que a pessoa apoia uma visão mais libertária do mundo, provavelmente sendo a favor do aborto, dos direitos dos homossexuais, dos negros e outras minorias, preocupado com o meio ambiente, entre outras pautas identitárias. Será que isso faria de alguém um autêntico “esquerdista”? Dificilmente. Mesmo um americano autodeclarado liberal geralmente reluta em associar estas pautas com à questão socioeconômica vigente.

Mas em um país com um diferente processo histórico, como o Brasil, o termo liberal não se relaciona com o termo libertário, mas tão somente com a liberdade para fazer negócios, ou seja, a chamada livre iniciativa. Uma sociedade livre do estado, livre das leis ambientais e trabalhistas. Uma sociedade regida apenas pelas leis do mercado.

E é importante ressaltar que pessoas que defendem o liberalismo econômico tendem a ser, na verdade, bastante conservadoras, ou seja, contrárias à maioria das pautas identitárias.

Liberais ou conservadores? Isso cria a falsa contradição, tão repetida quanto errada, de que estas pessoas seriam liberais na economia e conservadoras nos costumes. Não seria melhor dizer liberais *e* conservadores? O famoso jornalista Reinaldo Azevedo nunca conseguiu “descomplicar” esse assunto de maneira satisfatória...

O fato é que o termo *liberal*, fora do seleto círculo de países ultra capitalistas, atualmente não quer dizer muita coisa. Se o objetivo for definir a posição política de alguém, melhor seria abandonar completamente este termo.

4 O FLA X FLU POLÍTICO

Um efeito curioso desta polarização recente foi que este conceito dualístico de esquerda-e-direita, se popularizou. Isso apavorou uma parcela da população, que prefere adotar uma posição neutra, por acreditar ser conciliadora. Para estas pessoas, a dicotomia parece artificial, superficial e, por isso mesmo, jocosamente definida como uma espécie de Fla x Flu político.

Mas vamos pensar um pouco se isso faz sentido. Um torcedor do Flamengo despreza o torcedor do fluminense. Frequentemente este desprezo desagua em violência verbal, e alguns casos, física.

No entanto, se pudesse olhar para além da cor da camisa, provavelmente enxergaria uma pessoa muito parecida consigo mesmo. Gostam do mesmo esporte. Adoram os dribles, os lançamentos e principalmente os gols. Enfrentam ônibus lotados e gastam um bom dinheiro com ingresso, cerveja quente e pipoca. Jogam tudo isso no chão quando sai um gol do seu time. Têm certeza de que o juiz é sempre tendencioso para o lado do adversário, e cantam palavras de ordem, que em muitos casos são idênticas.

Seria isso de fato? Será que essa “história-de-esquerda-e-direita” representa tão somente os dois lados da mesma moeda? Se for isso, tudo se resolve com diálogo, informação e muita paciência, não é mesmo?

5 A RAIZ DO PROBLEMA

A segunda guerra mundial foi uma experiência coletiva extremamente traumatizante, mas também, em muitos aspectos, fascinante.

As pessoas ficaram chocadas com os horrores cometidos no conflito, apesar da violência perpetrada não ter nada de inédito. A humanidade vem cometendo atrocidades semelhantes, em diferentes escalas, desde antes da civilização.

Na verdade, o choque aconteceu devido ao registro cinematográfico. Pela primeira vez na história, a carnificina e a brutalidade da guerra, multiplicadas inúmeras vezes pelo avanço tecnológico, eram vistas e revistas pelas pessoas nos cinemas, apenas dias depois de perpetradas nos campos de batalha. No entanto, o maior teatro de horrores da guerra, e até de todo século 20, aconteceu longe das câmeras.

Após a primeira grande guerra, para evitar que a Alemanha pudesse reconstruir sua máquina de combate, a Inglaterra e a França forçaram a assinatura do chamado Tratado de Versailles, que exigia da Alemanha vultuosas quantias para reparar os danos causados. Isso produziu uma terrível crise econômica que levou os alemães a fome e a miséria. Aproveitando a revolta da população alemã, o partido nazista cresceu, se tornou hegemônico, único e, por fim, ditatorial.

Adolf Hitler era um sujeito radical e abjeto. Tinha opiniões racistas, violentas, autoritárias e anti-humanísticas. Mas ao contrário do que pensa a maioria da população, Hitler não chegou ao poder através de um golpe armado. Ele foi eleito democraticamente.

Gradualmente, ele e seus partidários conseguiram transformar o povo alemão, já na época muito culto e civilizado, em uma massa fanática e agressiva. Levou a indústria alemã a recompor a máquina de guerra que tanto aterrorizava a França e Inglaterra, justamente como forma de revanche pelas humilhações do tratado de Versailles. A segunda guerra mundial durou cinco sangrentos anos. O nazismo e suas várias vertentes, como o fascismo italiano e o imperialismo japonês, foram vencidos ao preço de 40 milhões de vidas.

Com fim da guerra, os Países Aliados, grupo que na época incluía a União Soviética, queriam extinguir a filosofia nazista da face da terra. A linha de ação seguiu no sentido da contrapropaganda política, principalmente puxada pelos Estados Unidos. A ideologia nazista terminou por ser desacreditada, ridicularizada, perseguida, e por fim, declarada ilegal na maioria dos países de sua esfera de influência.

Deu certo! Pelo menos em parte. Não existe hoje um ser humano vivo neste mundo que não saiba, mesmo que superficialmente, que o nazismo é considerado pelo conjunto da humanidade como algo muito negativo. Afora um grupo relativamente pequeno, barulhento e muito violento dos chamados “neonazistas”, praticamente ninguém mais propõe seriamente o nazismo como alternativa política.

O problema é que o nazismo é apenas uma marca, um instrumento de propaganda, criado nos botecos dos bairros operários germânicos e levado ao ápice por gênios do marketing político alemão como Joseph Goebbles. O espírito que deu vida ao nazismo deixou o cadáver insepulto, vagando por anos no umbral do pensamento humano, e reencarnando aqui e ali em outros corpos políticos. É exatamente isso o que tem feito nos últimos 70 anos. Enquanto todos vigiam os “neonazis”, os verdadeiros herdeiros da ideia agem insuspeitos pelo mundo.

Mas combater o nazismo foi uma ação puramente política, com efeitos transitórios e que se restringiram a uma determinada época. Humanisticamente falando, a lenta cicatrização das profundas feridas exigia uma abordagem diferente.

6 E SOB O ASPECTO HUMANO?

Entre 1925 e 1945 ocorreram torturas, assassinatos em massa e genocídios, na Alemanha e em países do entorno. A pergunta que ficou é: como isso pode acontecer? Como os alemães puderam aceitar aquilo? Por que obedeciam sem questionar? Como um povo tão altivo e inteligente pode ser seduzido por uma filosofia tão baixa, tão vil, tão desumana? Por mais inacreditável que isso ainda seja até hoje, a triste verdade é que se regozijavam em um frenesi coletivo absolutamente alucinado, como mostram os filmes da época.

A perspectiva da repetição daqueles horrores trouxe muitas questões que ainda permaneciam em aberto. Seriam os alemães seres horrorosos, malvados e cruéis ou seriam apenas humanos como todos nós?

Seríamos todos capazes de fazer tudo aquilo (ou mais)? Podemos ser influenciados para agir da mesma forma? E que influência é essa?

Surgiu um genuíno receio de que a semente da maldade pudesse de fato estar dentro de todos nós.

Em função disso, a partir de 1950, uma profusão de estudos sociológicos, antropológicos e até psicológicos foram dirigidos no sentido de caracterizar os fatores que levam alguém a se interessar pelas mensagens extremistas.

O objetivo científico era entender o que leva alguém a aceitar, acreditar e passar a seguir líderes autoritários, chegando em casos extremos a sacrificar a sua vida, e de outras pessoas, em defesa de filosofias claramente deletérias.

7 ESTUDOS PSICOSSOCIAIS

E se alguém te parasse no meio da rua e te perguntasse se você tem relógio de parede em casa, você responderia? E se você soubesse que uma informação tão trivial como esta poderia revelar muito sobre você, você ainda assim responderia?

Questionamentos organizados na forma de questionários são as ferramentas usadas por pesquisadores da área da psicossociologia. Muito mais do que avaliar a individualidade das pessoas, aqui importa entender como traços psicológicos comuns podem influenciar os destinos da sociedade como um todo. Por isso, o uso intenso de análises estatísticas dá o tom.

Para desvendar o perfil psicológico das pessoas, estes questionários são aplicados à um grande número de indivíduos de diferentes classes sociais, com bagagens culturais distintas. As perguntas devem parecer indiferentes ao entrevistado. Se forem tendenciosas, poderão revelar a intenção do entrevistador e elicitar respostas igualmente tendenciosas, o que seria inútil para a obtenção de dados confiáveis.

Analise você mesmo os itens abaixo. São afirmações que você já deve ter ouvido por aí. Você provavelmente concordará com algumas delas e discordará de outras. Perceba que é possível também concordar ou discordar em parte ou até assumir uma posição neutra.

TABELA 1 - Afirmações comuns podem revelar quem você é, politicamente?

1	Bandido bom é bandido morto;
2	As pessoas devem protestar contra leis com as quais elas não concordam;
3	Devemos nos pautar pelos valores tradicionais e padrões morais estabelecidos;
4	As pessoas têm o direito de derrubar o governo;
5	O maior problema deste país é a corrupção;
6	As pessoas deveriam experimentar coisas novas, sem se preocupar com os outros;
7	Os estilos de vida muito diferentes podem destruir a sociedade;
8	A pena de morte é cruel e nada a justifica;
9	Direitos humanos são apenas para os humanos direitos;
10	As prisões brasileiras são tão ruins que a pessoa sai pior do que entrou.
11	A imprensa envenena as mentes dos nossos jovens;
12	Até os criminosos têm direitos, que devem ser respeitados;
13	Devemos ensinar crianças a sempre obedecer às autoridades;

14	Um governo autoritário nunca é a solução;
15	Precisamos de um governo forte, que imponha medidas severas;
16	Quanto mais gente protestar contra o governo, melhor;
17	Lugar de criminoso é na cadeia;
18	As pessoas devem desafiar leis com as quais elas não concordam;
19	Se quisermos preservar a lei e a ordem, temos que ser duros com os desordeiros;
20	Estudantes devem ser encorajados a sempre confrontar autoridade;
21	Essa gente que protege bandido só atrapalha o combate ao crime;
22	As pessoas têm o direito à suas próprias preferências sexuais;
23	Se a igreja é contra o aborto, todos devem obedecer sem contestar;
24	Os políticos são todos corruptos.
25	As autoridades estão na posição de saber o que é bom para o país;
26	O maior problema deste país é a desigualdade;
27	O que falta neste país é disciplina;
28	Cada um tem direito a seu próprio estilo de vida;
29	Excesso de liberdade vira libertinagem.
30	As pessoas deveriam ter liberdade para ter suas próprias crenças religiosas.
31	Liberdade de opinião é sagrada.

Fonte: Autores.

Uma variação destas afirmações acima pode ser encontrada nos questionários utilizados por um sem-número de trabalhos científicos que vem sendo realizados desde a metade do século passado.

Pessoas com maior grau de instrução conseguem facilmente perceber para que lado cada uma destas afirmações tende à conduzir em termos políticos e dificilmente fornecem respostas confiáveis. Para a maior parte do público, estas afirmações apenas parecem refletir, até com certa exatidão, o que pensam e suas respostas tenderiam a refletir melhor suas verdadeiras opiniões.

No entanto, deve-se ter em mente que a maioria das pessoas não sabe se posicionar politicamente. Por isso, quando se compara as respostas que dão aos questionamentos descritos acima com a forma como se declaram entre esquerda e direita, frequentemente se observam contradições profundas. Por isso, entrevistas para coleta de dados políticos que se baseiam mais na autodeclaração do que na opinião que as pessoas têm das coisas geralmente incorrem em distorções profundas.

8 QUEM VÊ CARA, NÃO VÊ CORAÇÃO?

Os professores Theodor W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel Levinson e Nevitt Sanford foram pesquisadores da Universidade de Berkeley, na Califórnia. Após a Segunda Guerra Mundial, foram pioneiros na investigação sistemática do tema do autoritarismo, a partir

da mensuração psicométrica de indivíduos mais propensos a se submeter à líderes autoritários e apoiar regimes ditatoriais.

Em seus ensaios psicológicos clássicos, realizados a partir de 1950 [2], os autores definiram um traço psicológico, por eles batizada de Personalidade Autoritária, através da aplicação da chamada escala F. Esta escala era composta por 30 questões, semelhantes as descritas acima, cujas respostas poderiam variar entre -3 [discordo fortemente] a +3 [concordo fortemente].

Por outro lado, de acordo com o professor John Duckitt, da Universidade de Auckland, na Nova Zelândia [3], a escala criada por Adorno e seus colegas era excessivamente unidimensional, o que favorecia os resultados no sentido de apoiar a ideia da dicotomia.

Mais recentemente, uma escala mais moderna, chamada de RWA, do inglês *Right-Wing Authoritarianism* (RWA, ou Escala de Extrema-direita – EAD, em português) foi proposta pelo Professor Robert Altemeyer, da Universidade de Manitoba [4]. Nela, a personalidade autoritária é reconstruída por três traços covariantes:

- a. O convencionalismo, que é a tendência a obedecer às normas e aos valores morais tradicionais;
- b. A submissão autoritária, que é voltada especialmente à submissão acrítica às autoridades estabelecidas; e
- c. A agressão autoritária, que é voltada contra grupos específicos de pessoas, principalmente porque é entendida como sancionada pelas autoridades por eles aceitas.

Recentemente, o professor Felipe Vilanova [5], da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juntamente com seus colegas, demonstrou a necessidade de se adaptar a escala de Altemeyer para as particularidades culturais de cada país. O grupo alterou e validou o método para a cultura brasileira, obtendo bons resultados.

Até hoje existem muito mais trabalhos científicos deste tipo que focam a direita do que a esquerda. Isso não acontece por uma suposta perseguição dos pesquisadores.

Ocorre, primeiramente, por conta do papel que o nazismo teve na segunda guerra mundial. Mas também porque, desde o início, foi constatada uma grande aderência dos dados coletados em torno das hipóteses formuladas.

A direita e, principalmente, a extrema-direita, apresentam uma maior clareza e menor ambiguidade em sua caracterização psicológica, o que contribuiu a um desenvolvimento maior dos métodos e análises que, ao fim, resultou em um número maior de trabalhos científicos.

Mais recentemente, alguns estudos procuraram focar também as características psicológicas de pessoas politicamente tendentes à esquerda. No entanto, foi constatada uma complexidade muito maior nos traços e uma menor aderência dos dados em torno das hipóteses, o que explica o volume menor de publicações a este respeito.

9 EXPLICANDO AS DIFERENÇAS

Uma música diz: “somos todos iguais, braços dados ou não...”.

É óbvio que não somos todos iguais. E nem precisamos ser. Todos os seres humanos têm (ou deveriam ter) os mesmos direitos, mesmo sendo desiguais, e este parece ser o âmago do conflito psicológico das pessoas que professam as filosofias de extrema-direita. Reconhecer apenas os seus iguais como merecedores das oportunidades que lhes são dadas é característico deste tipo de mentalidade. E a palavra “mentalidade” aqui pode ser mais reveladora que se suspeita.

Vários estudos já reconheceram as diferenças entre a forma de pensar de pessoas inclinadas à direita e a esquerda. A Revista *Scientific American*, de divulgação científica, traz em sua publicação de outubro de 2020, um artigo escrito por Lydia Denworth [6], que descreve os resultados de vários destes estudos. Um trio de cientistas políticos da Universidade de Nebraska publicaram, em 2013, um livro intitulado *Predisposed: Liberals, Conservatives, and the Biology of Political Differences*, onde afirmam que a distância na forma de pensar entre liberais e conservadores é intransponível porque têm raízes profundas em características psicológicas e predisposições biológicas [7]. No livro, os autores John R. Hibbing, Kevin B. Smith e John R. Alford mostram que conservadores tendem a preferir a segurança à liberdade, a previsibilidade ao invés da novidade, o simples e óbvio ao complexo e ambíguo.

É importante notar que o livro é escrito para o público americano, que já vive imerso em um mundo político que balança entre apenas dois partidos, os Democratas e os Republicanos. Como já foi explanado anteriormente, as analogias entre as dicotomias *liberais/conservadores* e *esquerda/direita* devem ser feitas com cuidado.

Mesmo assim, atente que neste trecho, nós ainda não estamos falando de pessoas radicais e extremadas e sim de gente como aquele seu tio, que você encontrou na ceia de Natal. Ele vai à missa todos os domingos e sempre vota em candidatos “que conhece e confia”. A forma de pensar dele parece calma e centrada, mas se baseia nos mesmos preceitos psicológicos que a dos radicais de direita. O que este texto tentará ao fim demonstrar é que esta pessoa, se for estimulada com determinados elementos psicológicos, poderá se transformar em alguém que você não mais reconhecerá.

10 TIPIFICANDO AS DIFERENÇAS

Foi sugerido que aqueles que sustentam crenças e orientações políticas extremas (neste caso, tanto de direita e quanto de esquerda), bem como os fundamentalistas religiosos (por exemplo, os grupos islâmicos radicais e o evangelismo político) compartilham uma série de semelhanças psicológicas [7].

No entanto, se examinarmos as características psicológicas de pessoas que mantêm crenças e orientações de extrema-direita, perceberemos que as motivações são muito diferentes, mesmo quando se consideram os esquerdistas radicais, que defendem a revolução armada. Um tremendo volume de trabalho científico foi publicado sobre este tópico [9].

Com o aumento vertiginoso da polarização ideológica e do extremismo político, a caracterização das crenças ajuda a identificar as suas origens e possivelmente oferecer oportunidades para a mitigação dos seus efeitos deletérios.

Milan Obaidi, professor associado do Departamento de Psicologia da Universidade de Oslo, na Noruega, fez um compilado das características psicossociais típicas da extrema-direita [10].

Segundo o Professor Obaidi, pessoas com inclinação política radicalmente à direita tendem a apresentar uma mentalidade mais simplificada, que ele acredita ser devido à baixa habilidade cognitiva [11]. Pessoas ligadas a extrema-direita têm certas necessidades intelectuais, especificamente por três itens: ordem, estrutura e fechamento [12].

Um bom exemplo dessa visão de sociedade está explícito nas famosas pirâmides sociais. Existe um topo, que contém um grupo pequeno e seletivo de indivíduos ricos e poderosos, um segmento intermediário, contendo algo como a classe média, e uma larga base, com a população pobre. A chamada mobilidade social, que permite que alguns subam, enquanto obriga outros tantos a descer, satisfaz o desejo de ordem. Por fim, a percepção de que o sistema é justo (a ideia de meritocracia se encaixa aqui) dá a sensação de fechamento.

Esta necessidade de ordem, estrutura e fechamento explica a visão que indivíduos de extrema-direita tem do mundo, ou seja, baseada no autoritarismo e na obediência acrítica às autoridades [13; 14]. Sua baixa habilidade cognitiva gera dificuldades em lidar com as incertezas e a ambiguidade [15]. Isso explica sua inabilidade de lidar com pessoas de raças e culturas diferentes, ou pessoas com diferentes orientações sexuais, minorias étnicas e raciais, e até mesmo o preconceito contra as mulheres [16].

Esta necessidade por ordem, estrutura e fechamento faz com que sejam atraídos por noções de pureza racial e por populações étnica, cultural e racialmente homogêneas [17]. E isso, por sua vez, explica suas posturas xenófobas e anti-imigração [12]

A busca por ordem, estrutura e fechamento também faz com que indivíduos que endossam este tipo de ideologia defendam que os grupos sociais sejam organizados hierarquicamente ao longo de uma dimensão de superioridade-inferioridade, e explica por que a desigualdade social não os comove [18]. Ao contrário, os faz menos tolerantes em relação à grupos de baixo status social como os sem-teto e os deficientes [19].

11 APROFUNDANDO NAS DIFERENÇAS

O texto de Stephanie Pappas, publicado no site *Live Science* [20] dedicado a divulgação científica, apresenta os resultados do trabalho científico intitulado “*Does Lower Cognitive Ability Predict Greater Prejudice?*”, publicada no prestigioso jornal “*Current Directions in Psychological Science*” em 2014 por Kristof Dhont e Gordon Hodson [11].

O estudo examinou uma grande quantidade de pesquisas por metanálise e evidenciou que o baixo Quociente de Inteligência (QI) na fase infantil se correlacionava com atitudes odiosas na vida adulta. Um destes estudos calculou o QI em crianças de 10 e 11 anos e as analisou novamente duas décadas mais tarde. O estudo encontrou uma conexão clara entre a baixa inteligência na infância e aparecimento de atitudes racistas e sexistas quando adultos.

Esta amostra traz uma questão intrigante: Porque a falta de habilidades verbais e matemáticas, entre outros ativos cognitivos, se traduziram, ao longo dos anos, em atitudes

odiosas? Dhont e Hodson acreditam ter uma resposta para isso, novamente baseada em evidências abundantes e rigorosas.

A teoria deles é que as ideologias de direita atraem pessoas com habilidades mentais mais baixas porque minimizam a complexidade do mundo. As ideologias de direita oferecem visões bem estruturadas e ordenadas da sociedade, visões que preservam tradições e normas, de modo que são especialmente atraentes, principalmente para aqueles que se sentem ameaçados por mudanças, incertezas e ambiguidades. Por outro lado, pessoas mais inteligentes são mais capazes de compreender um mundo de nuances, fluidez e relatividade.

O racismo e o preconceito são atitudes notadamente negativas, que são geralmente combatidas nas sociedades livres e modernas. Segundo Wray Herbert [21], o *link* entre estas atitudes e as visões conservadoras na sociedade também é de reconhecimento geral. A novidade aqui é a correlação, feita por diversos pesquisadores, entre a baixa habilidade cognitiva e os posicionamentos políticos ligados ao espectro da direita.

Atualmente, mais e mais evidências, vindas tanto da área da psicologia, psiquiatria, neurociência, entre outras, vêm demonstrando que os posicionamentos ligados ao conservadorismo podem não ser simplesmente uma questão de opinião política e sim indicações de perfil psicossocial inerente à pessoa [22].

Porém, deve ficar claro que posições conservadoras não necessariamente levam ao direitismo (definido como o conservadorismo militante) ou desaguar, ao fim, em posicionamentos fascistas (definido como o conservadorismo agressivo).

12 “PATH TO THE DARK SIDE?”

Mas qual o caminho que pode levar o nosso tio, de um conservador pacífico à um fascista violento?

Obviamente a sociedade humana como um todo não se enquadra neste conjunto estreito e rígido de ideias [23]. A falta de habilidade cognitiva aliada à sua indigesta bagagem ideológica faz com que indivíduos que defendem as visões de extrema-direita frequentemente se sintam só em um mundo estranho, visto por eles como irrecuperavelmente perdido [24].

Experiências individuais e muito negativas como humilhações, rejeições, privações ou a percepção de injustiças, especialmente quando perpetrada pela coletividade contra a sua pessoa, podem aumentar o isolamento destes indivíduos.

Porém isso não cessa a sua procura por um grupo social que o aceite e o abrigue [25]. Duas características típicas do seu perfil psicológico são determinantes: a busca por significância pessoal e a necessidade de pertencimento [28]. Pessoas com estas características podem ser particularmente vulneráveis à doutrinação por grupos extremistas [26].

E isso está acontecendo hoje, no mundo inteiro. Indivíduos que se sentiam isolados da sociedade conseguiram, através da internet, encontrar outros que pensam como ele [29]. Esses grupos podem começar pequenos, mas possuem uma grande capacidade de agregar mais e mais pessoas [27].

Ao defender violentamente as crenças comuns, o indivíduo aumenta sua identidade pessoal e a sua significância social dentro do grupo [30], satisfazendo a sua necessidade de pertencimento e importância. É fácil perceber o quanto isso pode ser aditivo.

Muitas pessoas, quando ingressam em grupos de extrema-direita, ainda não possuem o arcabouço ideológico completo nem todas as respostas que anseiam [31]. Porém, em geral, já possuem as características psicológicas necessárias para que aquela ideologia faça muito sentido em sua vida, o que abre o caminho para ao extremismo político [32; 33].

Este “aprendizado” é motivado pelos seus pares e monitorado pelas lideranças [34]. Quanto maior a dominação psicológica à que estas pessoas são submetidas, mais se identificam com seu líder, tornando-as cada vez mais dispostas a usar de violência, principalmente contra aqueles identificados pela liderança como ameaças [34]. Esta espiral psicológica pode inclusive compelir pessoas do grupo, principalmente aquelas com perfis psicológicos extremos, a se auto sacrificarem por suas crenças, pelo líder ou pelo grupo [36].

13 SERIA ENTÃO APENAS FALTA DE INTELIGÊNCIA?

Obviamente que não é assim tão simples.

Nas últimas páginas, o texto descreveu principalmente as características cognitivas e os conflitos psicológicos das pessoas que são atraídas pelos ideais de extrema-direita. Eles tendem a ser simples, primitivos, guturais, violentos, e muito previsíveis. Mas suas lideranças, por outro lado, demonstram ser inteligentes o suficiente para explorar estas características de seus liderados. O déficit cognitivo deve ser visto como um traço muito comum, estatisticamente significativo, entre os defensores da visão mais extremada do espectro político da direita, mas não como algo absoluto ou exclusivo.

Existe um infindável número de pessoas inteligentes, complexas, profundas e absolutamente geniais, mas que se fossem submetidas aos testes de RWA do professor Altemeyer, receberiam escores altíssimos.

Por isso, todos os estudos e textos citados tem uma coisa em comum: nenhum deles se coloca como a palavra final e nem fecham a questão da opção política das pessoas como sendo unidimensional. A esquerda e a direita podem fazer fronteira uma com a outra, mas não deixam de ser ambas multifacetadas. Por isso pessoas resistem tanto em se permitir serem enquadradas. O espírito humano parece ser mais complexo que isso.

Existe uma infinidade de nuances. Existem negros que defendem a escravatura. Existem gays que defendem a família tradicional, a moral e os bons costumes. Existem empresários preocupados com a pobreza. Existem madeireiros lutando pela Amazônia.

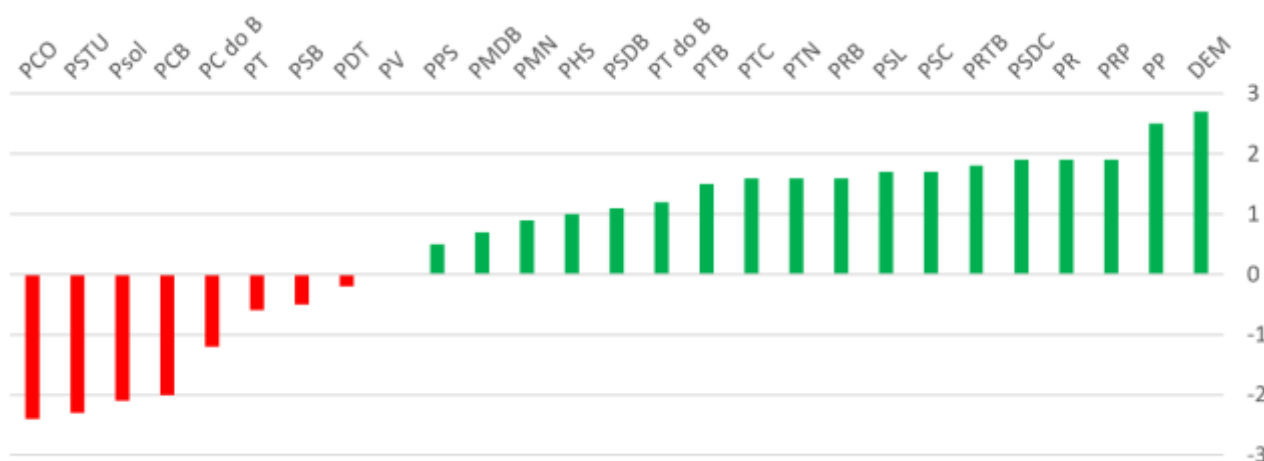
Percebe-se que à medida que se afasta do(s) extremo(s), as características antissociais tendem a se tornar menos proeminentes. Ao mesmo tempo existe uma tendência de fragmentação das certezas à medida que se aproxima do centro político.

Mas se neste centro parece existir um ambiente propício para se atingir o entendimento e o acordo, por que sempre terminamos com duas opiniões irreduzíveis?

14 CADÊ O CENTRO?

Uma pesquisa, realizada durante o encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), no Recife, PE em 2010, foi descrita por Gabriela Tarouco e Rafael Madeira [37]. Os participantes receberam um questionário onde os partidos políticos brasileiros deveriam ser classificados entre esquerda (1) e direita (7). Apesar das várias restrições que a metodologia impõe, reconhecidas inclusive pelos autores, várias observações interessantes podem ser feitas. Mas a principal delas é a forma como os (muitos) partidos brasileiros se distribuem no espectro político.

FIGURA 1 - Distribuição dos partidos políticos brasileiros no espectro político



*Os escores foram convertidos para que o centro político se ajustasse ao zero.

Fonte: Adaptado de Tarouco & Madeira (2015).

Percebe-se que o centro político não equivale ao centro de forças. Existem muito mais partidos políticos identificados com a direita do que com a esquerda. Percebe-se também que os partidos autointitulados como “centrão” estão bem longe do centro político.

15 O ESPECTRO POLÍTICO É, SIM, UNIDIMENSIONAL

Apesar das múltiplas facetas de cada lado, o destino da sociedade é determinado pela resultante destas diferentes forças, que se atraem e se repelem, refletindo o que pensam milhares de mentes. No entanto, ao fim, sempre somos compelidos a tomar uma decisão. E é aí que surge a tendência de polarizar tudo em apenas dois caminhos.

Os milhares de fragmentos vão coalescendo, influenciando e sendo influenciados uns pelos outros. As diversas opiniões vão tendendo lentamente para a dicotomia final, porque esta é a forma preferencial com que o ser humano pensa. No apagar das luzes é sim ou não, ou vai ou racha. No fim voltamos para o Fla x Flu.

Por isso é que, apesar de reconhecer a multitudine do pensamento humano, podemos, sim, pensar no espectro político como sendo unidimensional, porque ao fim do embate, sobrarão apenas duas opções para se escolher.

E a conclusão maior até aqui é que a escolha *não é aleatória e sim determinada por fatores intrínsecos, e relativamente rígidos, de pensar.*

Parece mesmo existir algo mais profundo do que apenas opiniões.

16 A DIFERENÇA É MUITO PROFUNDA

As pessoas tendem a acreditar que suas decisões políticas são apenas uma decisão cognitiva (racional), mas na verdade, de acordo com Ahn Woo-Young, o fator emocional pode ter uma participação preponderante [38].

O já mencionado artigo de Lydia Denworth [6] nos dá uma dica do porquê. Seus parágrafos iniciais descrevem um debate realizado em 1968 entre o filósofo conservador William F. Buckley, Jr. e o escritor liberal Gore Vidal. A ideia era mostrar que o debate de ideias opostas poderia acontecer em um ambiente civilizado, dependendo apenas da estatura intelectual de ambos os lados. Porém, assim que começou o debate, não demorou quase nada para tudo virar em xingamentos. Após o debate, ambos os intelectuais se processaram mutuamente por difamação.

O estudo mais importante para o entendimento da razão disso foi publicado no volume 21 da revista *Current Biology*, intitulado *Political Views are reflected in Brain Structure*. Através de ressonância magnética, o estudo analisou a estrutura cerebral de indivíduos escolhidos aleatoriamente quando estimulados por determinadas imagens escolhidas criteriosamente. Os resultados obtidos demonstraram uma clara ligação entre os traços de personalidade alternativos e algumas diferenças significativas entre as estruturas do cérebro.

As imagens do cérebro das pessoas testadas obtidas pela ressonância magnética demonstraram que indivíduos que se declararam liberais tendiam a apresentar uma expansão do córtex cingulado anterior, uma região do cérebro que controla a forma como nós processamos as informações recebidas. Isso poderia indicar uma melhor capacidade de lidar com informações conflitantes e ambíguas. Já os indivíduos que se declararam conservadores tendiam a apresentar uma expansão da região do cérebro conhecida como amígdala, que é ligada a percepção de perigos e ameaças [39].

Em suas considerações, Prof. Ryota Kanai, um dos autores do estudo, declarou não saber se as alterações cerebrais observadas determinam a orientação política da pessoa ou se seria o contrário, já que o cérebro pode ser remodelado pelas experiências que as pessoas são expostas. Prof. Kanai também diz que, pelo menos em princípio, os resultados também podem explicar diferenças mais amplas que somente esquerda e direita. “Talvez estas diferenças possam também explicar por que algumas pessoas não têm o mínimo interesse em política, enquanto outras chegam a se agredir em função disso. Ou porque algumas pessoas compram *BigMacs* e outras burritos”, afirma o autor.

Porém, independentemente das motivações que levaram os autores a tentar se retratar antecipadamente com considerações póstumas politicamente corretas, o fato é que os resultados fazem sentido. Muito sentido.

Resumidamente, os achados de seu trabalho demonstraram que pessoas inclinadas à direita tendiam a apresentar estruturas cerebrais que às compeliavam a considerar como ameaças

e a reagir de forma exagerada às mesmas situações que pessoas com tendências mais à esquerda considerariam normais, naturais ou corriqueiras. Esta é a informação mais importante deste texto.

Seria o medo uma característica psicológica comum entre os indivíduos supostamente civilizados de centro-direita e os radicais de extrema-direita?

17 O MEDO

Todos temos medo. É uma reação natural, que evoluiu em nossos antepassados e que nos trouxe vivos até este momento. Mas, para que o medo seja um sistema de segurança e não uma prisão, a correta avaliação do real potencial que cada ameaça traz a nossa segurança é fundamental.

Se os homens primitivos avaliassem de maneira errada a ameaça lá fora, poderiam morrer na boca de uma fera, ou de fome, dentro da caverna. Darwin nos ensina que ambas as situações provavelmente ocorreram, eliminando os traços excêntricos e nos brindando com o equilíbrio.

Mas o estudo do Professor Kanai parece desmentir isso. Aparentemente, parte da humanidade tem a tendência de exagerar o risco que cada ameaça representa, reagindo desproporcionalmente a cada uma delas. E o medo que estas pessoas demonstram explica muita coisa.

O medo de ficar pobre pode explicar a ganância e tendência de acumular capital, recursos e alimento.

O medo de morrer e ir para o inferno, espertamente incutido pelos sacerdotes desde o início dos tempos, explicaria a devoção às religiões e crenças.

O medo da violência explicaria a agressão desmedida, a atração por armas e o desejo de se submeter à um governo policialesco.

O medo do diferente explicaria sua repulsa contra homossexuais.

O medo de perder sua posição social e seu emprego explicaria seu ódio por imigrantes.

Mas, principalmente o medo das incertezas que o futuro traz explicaria seu apego pela tradição, pelos costumes estabelecidos e pelo mito dos velhos tempos.

18 SE ISSO TUDO FOR VERDADE, COMO É QUE FICA?

Ahn Woo-Young e colaboradores, no artigo nomeado *Nonpolitical Images Evoke Neural Predictors of Political Ideology*, vai mais fundo nesta questão [38]. Ao analisar imagens de ressonância magnética, os autores observaram que pessoas de inclinação política à direita reagem de maneira desproporcional quando expostas a imagens repulsivas, se comparadas com pessoas com tendências mais progressistas.

A conclusão é semelhante ao trabalho de Professor Kanai e indica que, ao menos parcialmente, a tendência política, e provavelmente de outros aspectos da vida, podem ser determinadas pela formatação neurológica inata. O trabalho demonstra que o medo, neste aspecto, também pode se relacionar com sentimentos de repulsa, ódio, fobia e ojeriza.

Em seu artigo, ao defenderem suas conclusões, os autores notam que apesar das evidências crescentes de vários campos, incluindo genética, neurociência cognitiva e psicologia, muitos cientistas políticos permanecem céticos em relação às pesquisas que conectam fatores biológicos com ideologia política. A questão é que estes resultados corroboram os fatos.

19 O MEDO COMO ARMA POLÍTICA

O medo sempre foi uma arma usada por governantes autoritários para unir o povo em torno de si. Um exemplo clássico, que está muito em voga em nossos tempos, é o medo do comunismo. Independente do juízo que se faça dele, o fantasma do comunismo vem sendo apresentado para a sociedade capitalista como um perigo sempre à espreita. Esse medo ancestral tem sido explorado por líderes autoritários e, em alguns casos, até por aqueles supostamente democráticos, pelo menos desde 1917.

E sempre dá certo. Curiosamente assusta até mesmo aquela porção da sociedade que, pelo menos em teoria, poderia ser beneficiada por um sistema deste tipo. E como esta estratégia sempre funciona, será utilizada sempre que as lideranças políticas, ou quem elas servem, sentirem que a população pode estar se sentindo excessivamente livre e autodeterminada.

20 A ONDA

Um dos maiores clichês que se ouvem nos nossos tempos é: “...o país está dividido!”. Pesquise na internet, em várias línguas, e encontrará esta frase descrevendo esta mesma situação em muitos países do Mundo.

Desde o final do século passado, vivenciamos tempos “diferentes”. Governos com inclinação mais à esquerda, incluindo aqui o de Rafael Correa, de Evo Morales, de Nestor Kirchner, de Lula e, com um pouco de boa vontade, até de Barack Obama, introduziram mudanças políticas que, de uma forma ou de outra, afetaram negativamente os interesses das elites estabelecidas em seus respectivos países. Porém, principalmente a partir de 2010, o mundo todo parece ter guinado violentamente à direita.

Seria coincidência que esta reação tenha surgido justamente após o período em que forças progressistas deram o tom na política mundial? Não existe um fiapo de coincidência nisso.

A grande motivação para esta virada brusca, inacreditavelmente, é um suposto “*avanço do comunismo*”! Considerando que pouquíssimos países ainda mantêm este tipo de sistema político, é difícil entender como isso poderia ser minimamente possível. Em um mundo pós-guerra fria seria risível, no entanto, atualmente é trágico.

Mas estes grupos não cresceram de forma tão espontânea. A partir do advento da internet, complementada com o surgimento das mídias sociais, e finalizada com a popularização dos smartphones, a maior oportunidade de convencimento de massas da história se tornou disponível.

Sem demora, gênios do marketing político, herdeiros intelectuais de Joseph Goebbles, começaram a trabalhar avidamente, criando narrativas próprias e realidades paralelas. Ao mesmo tempo, lideranças mundiais, muito poderosas e pouco transparentes, com objetivos ainda não completamente esclarecidos, enxergaram nisso uma grande oportunidade de mudança na geopolítica mundial e passaram a financiar esta reação regimente.

Ainda é muito difícil entender as verdadeiras razões para esta “onda”, porém a análise minuciosa das várias teorias existentes que tentam explicar este fenômeno e suas implicações fogem do escopo deste texto. Recomendamos, neste sentido, a leitura do excelente artigo de George Monbiot, escrito em novembro de 2017 para o Jornal Britânico *The Guardian* [40].

A ascensão desta forma moderna de fascismo (que em quase tudo é semelhante à antiga) tem uma capacidade enorme de polarização da sociedade no mundo todo. Mesmo indivíduos supostamente moderados, com apenas uma leve inclinação para a direita, estão sendo arrastados para uma posição mais radical, tornando-se, em muitos casos, comportamentalmente indistinguíveis dos seus pares de extrema-direita.

A chegada de Donald Trump no cenário político foi recebida inicialmente com muito desdém, dada as características quase cômicas da sua pessoa. Porém, contrariando todas as expectativas, sua candidatura avançou e ele acabou por se tornar o presidente da maior potência militar e econômica da terra.

No entanto, o efeito mais notável foi sua capacidade de eliminar toda e qualquer resistência ao seu nome dentro do partido Republicano. Atualmente, essa agremiação, que já representou gente de enorme estatura democrática, como Abraham Lincoln, Theodore Roosevelt e Dwight D. Eisenhower, hoje não passa de uma assembleia antidemocrática que congrega toda sorte de oportunistas, reacionários, fascistas e radicais.

O espírito da democracia está em não impor previamente limites para a liberdade do indivíduo, presumindo que este indivíduo saberá se manter, por si só, distante de qualquer limite. Esta liberdade é profundamente desafiadora para pessoas com inclinação para a extrema-direita. Como conhecem a si mesmos e seus semelhantes, acreditam que sem vigilância, repressão e disciplina, ninguém se comportará civilizadamente. E para provar que estão certos, agem de forma não-civilizada até que sejam contidos. Ou seja, destroem a liberdade para provar que ela não existe. A extrema-direita usa a democracia para atacar a própria democracia.

E a democracia americana está por um fio.

21 AS ARMADILHAS PSICOLÓGICAS NO COMBATE AO EXTREMISMO

Como será então possível encontrar, dentro dos preceitos da própria democracia, mecanismos para impedir o avanço desta ideologia entre a população, sem nos tornarmos, *per se*, antidemocráticos?

O primeiro passo é entender as raízes psicossociais das ideias de extrema direita. Já foi visto que não adianta tentar reduzir o seu impacto considerando que sejam apenas opiniões diferentes. Também não adianta pensarmos que são ações criminosas pontuais, advindas de um punhado de pessoas com mentes perturbadas. Trata-se de um fenômeno sociológico recorrente na humanidade. Dadas as condições ideais, o fascismo renasce com toda a força, utilizando sempre os mesmos gatilhos psicológicos.

Um interessante artigo de opinião, escrito por Michael German M. e Harsha Panduranga [41] para o *Brennan Center for Justice*, como parte de uma série de artigos sobre os ataques ao *World Trade Center*, em 11 de setembro, mostra que a solução não está em deixar que o combate ao fascismo se torne um “caso de polícia”, sob o risco de errar o coelho e acertar no cachorro.

Os autores nos falam que depois do ataque as torres gêmeas, o Congresso Americano aprovou o chamado *Patriot Act*, expandindo amplamente a capacidade dos órgãos de segurança de investigar secretamente informações e dados pessoais dos americanos. Porém, é importante lembrar que quando a comoção pública e o frenesi político arrefeceram, nenhum terrorista havia sido identificado, mas milhares de prisões ilegais aconteceram e atitudes arbitrárias foram cometidas pelas autoridades contra cidadãos absolutamente inocentes.

Mais recentemente, em 6 de janeiro de 2020, uma multidão de defensores de Donald Trump invadiu o Capitólio dos Estados Unidos enquanto legisladores certificavam a vitória eleitoral de Joe Biden. Foram registrados tiroteios e cinco pessoas morreram. Eventos de violência ligadas a grupos de supremacistas, fascistas e membros de diferentes grupos de extrema-direita explodiram no país todo desde então.

Em resposta a isso, o governo Biden está considerando acionar os mesmos mecanismos de contraterrorismo que foram utilizados após o ataque de 11 de setembro, mas desta vez focando nos chamados extremistas domésticos, que para Joe Biden e metade dos americanos significa “militantes de extrema-direita e supremacistas brancos”. A proposta da Casa Branca é dar aos policiais mais autoridade estatutária para enfrentar o terrorismo doméstico, mesmo que o FBI já conte com todas as ferramentas necessárias para investigar e punir. Neste ponto, é importante perceber que toda esta violência já vinha sendo relativamente ignorada pela polícia e órgãos de segurança, mesmo antes dos ataques e continuou sendo após o feito.

A verdade é que a resposta inadequada do FBI à violência de extrema-direita não resulta de falta de autoridade legal, mas de falta de vontade de agir. É importante entender que os ideais de extrema-direita de ordem, disciplina e obediência acrítica as autoridades constituídas, são inegavelmente mais atraentes para comunidades ligadas à segurança, em todos os níveis, em todos os países, do que a ideia de que o cidadão possa desafiar o *status quo*.

Psicologicamente, é bastante difícil direcionar agentes da lei a se opor à estas ideologias quando, em parte, também são suas próprias. Se os objetivos pretendidos pelas ações governamentais não forem bem definidos, a decisão de quem serão os alvos passará a ser tomada pelos órgãos de segurança e é antecipável que tenderão identificar inimigos somente entre os grupos como ambientalistas, defensores dos direitos civis e dos direitos trabalhistas.

A judicialização também ajuda pouco. Entre os três pilares da democracia, como proposto por Montesquieu, o Poder Judiciário é singular em um aspecto: em termos práticos, apenas os advogados podem, de fato, compor sua estrutura executiva. Os demais profissionais que trabalham naqueles suntuosos prédios do judiciário atuam apenas como subalternos. Não se observa uma contribuição significativa destas classes profissionais na formação da opinião do judiciário.

Estas distorções são um reflexo da forma em que os membros do setor jurídico enxergam a própria estrutura hierárquico-social das nossas sociedades. Integrantes do judiciário geralmente apresentam forte espírito de corpo e notada inclinação conservadora, possivelmente por representarem uma parcela relativamente pequena e, de certa forma, privilegiada da nossa população.

Por esta razão, juízes e promotores demoram para perceber os perigos representados pelo crescimento das ações de grupos extremistas de extrema direita, preferindo garantir, em princípio, os direitos de ir-e-vir e de expressão, somente optando pela restrição destes direitos quando a violência e os crimes relacionados são bastante notórios. A história nos ensina que, em muitos casos, já pode ser tarde.

Apesar de que, em uma democracia, a restrição prévia de direitos é vista como uma violência em si, é importante que o judiciário compreenda que integrantes de grupos de extrema direita possuem características psicológicas diferentes da maioria da população. Com isso em mente, é possível também conhecer e reconhecer a ameaça que representam, percebendo antecipadamente as intenções antidemocráticas de ações aparentemente inocentes e perfeitamente legais.

Agindo com inteligência, o judiciário poderá ser de grande importância, evitando que estas pessoas usem seus direitos constitucionais para mentir, agredir e incitar a violência contra o resto da sociedade.

Outra grande bobagem, desta vez perpetrada pelos grupos ditos progressistas é o formato dos protestos organizados contra o avanço da extrema-direita. Geralmente saem nas ruas carregando cartazes e faixas com pautas que, apesar de geralmente trazerem consigo um grande peso ético, podem ofender ou assustar a porção mais conservadora da comunidade.

Os membros mais radicais ainda desfraldam bandeiras vermelhas, com o famoso símbolo da foice-e-martelo em amarelo vivo. Acreditam que, ao demonstrar que nem toda a sociedade aceita as coisas passivamente, conseguirão deter este avanço do radicalismo. Imaginam que com isso irão demonstrar para as pessoas, a maioria das quais preconceituosas e inseguras, que são uma força política a ser temida e respeitada.

Considerando tudo o que foi dito até aqui com relação às características neurológicas e o perfil psicológico das pessoas conservadoras, muito baseada no medo e na percepção exagerada das ameaças à sua volta, é fácil perceber o quanto esta estratégia está errada.

Com a direita e a extrema-direita usando todas as ferramentas de propaganda ao seu alcance, afirmando coisas desconectadas da realidade como a que o “comunismo estaria à nossa volta”, justamente para incutir o medo na população, a linguagem e simbologia exposta pelos grupos progressistas que saem às ruas em tudo parece confirmar os piores pesadelos desta população amedrontada.

22 COMO CONVIVER?

Baseado no exposto, fica claro que o primeiro passo é compreender a raiz das nossas diferenças.

É preciso entender que somos diferentes uns dos outros, não somente na forma de pensar, mas também na forma de ser. Precisamos entender essas diferenças. Entender sua origem e todo seu alcance.

Também é importante entender que não precisamos ser iguais. Não precisamos pensar nem agir da mesma forma para convivermos em relativa harmonia.

Precisamos aprender a negociar nossa existência como seres humanos neste mundo, de forma pacífica, compartilhada e colaborativa. E para negociar, precisamos de entender que nossos valores são diferentes. Entender que aquilo que valorizamos pode valer muito pouco para quem está na nossa frente.

Enquanto continuarmos achando que somos iguais. Que as posições políticas são apenas uma questão de opinião. E que com apenas uma boa e eficiente exposição de argumentos razoáveis, de forma calma e pausada, conseguiremos chegar a um entendimento, continuaremos a ser surpreendidos pelas reações raivosas dos nossos tios, primos...e até de completos desconhecidos.

Se entendermos isso, podemos parar de tentar convencer as pessoas daquilo que nos parece óbvio. E entender isso pode ser libertador.

REFERÊNCIAS

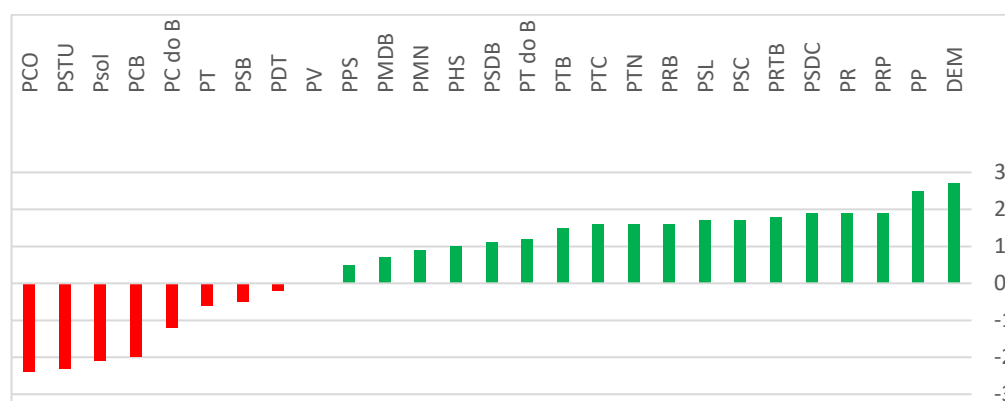
1. BOBBIO, N. [1996]. **Left and right: The significance of a political distinction**. Chicago, USA: University of Chicago Press;
2. ADORNO, T. W., FRENKEL-BRUNSWIK, E., LEVINSON, D. J., SANFORD, R. N. [1950]. **The Authoritarian Personality**. New York: Harper and Row.
3. DUCKITT, J., BIZUMIC, B., KRAUSS, S. W., & HELED, E. [2010]. A Tripartite Approach to Right- -Wing Authoritarianism: The Authoritarianism-Conservatism-Traditionalism Model. **Political Psychology**, 31[5], 685-715. Doi: 10.1111/j.1467-9221.2010.00781. x.
4. ALTEMEYER, Bob [2004]. Highly Dominating, Highly Authoritarian Personalities, **The Journal of Social Psychology**, 144:4, 421-448, DOI: 10.3200/SOCP.144.4.421-448
5. VILANOVA, F., DE SOUSA, D. A., KOLLER, S. H., COSTA, A. B [2018]. Adaptação Transcultural e Estrutura Fatorial da Versão Brasileira da Escala Right-Wing Authoritarianism. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, vol. 26, nº 3, Pp.1299-1316.
6. DENWORTH, L. [2020]. **Scientific American**. Disponível em: [<https://www.scientificamerican.com/article/conservative-and-liberal-brains-might-have-some-real-differences/>].
7. HIBBING J.R., SMITH K.B. & J.R. [2013] **Predisposed: Liberals, Conservatives, and the Biology of Political Differences**. Routledge; 288p. ISBN-10: 41553587.

8. GREENBERG, J., & JONAS, E. [2003]. Psychological motives and political orientation—the left, the right, and the rigid. **Psychological Bulletin**, 129[3], 376–382;
9. VAN PROOIJEN, J. W., & KROUWEL, A. P. [2019]. Psychological features of extreme political ideologies. **Current Directions in Psychological Science**, 28[2], 159-163.
10. OBAIDI, M. 2020. **University of Oslo**. Disponível em: [<https://www.sv.uio.no/c-rex/english/groups/compendium/what-are-the-psychological-characteristics-of-people-holding-far-right-beliefs.html>]. Acesso em 19/08/2021.
11. DHONT, K & G. HODSON [2014] Does Lower Cognitive Ability Predict Greater Prejudice? **Current Directions in Psychological Science**. Vol. 23[6] 454–459. DOI: 10.1177/0963721414549750
12. VAN HIEL, A., PANDELAERE, M., & DURIEZ, B. [2004]. The impact of need for closure on conservative beliefs and racism: Differential mediation by authoritarian submission and authoritarian dominance? **Personality and Social Psychology Bulletin?** 30[7], 824-837.
13. CHIRUMBOLO, A. [2002]. **The relationship between need for cognitive closure and political orientation**: The mediating role of authoritarianism. *Personality and Individual Differences*, 32[4], 603-610.
14. MELOEN, J., & MIDDENDORP, C. [1991]. Authoritarianism in the Netherlands: The empirical distribution in the population and its relation to theories on authoritarianism 1970–1985. **Politics & the Individual** 1[2], 49-72.
15. VAN HIEL, A., ONRAET, E., CROWSON, H.M., & ROETS, A. [2016]. The relationship between right-wing attitudes and cognitive style: A comparison of self-report and behavioural measures of rigidity and intolerance of ambiguity. **European Journal of Personality**, 30[6], 523-531.
16. TERRIZZI JR, J. A., SHOOK, N. J., & VENTIS, W. L. [2010]. **Disgust**: A predictor of social conservatism and prejudicial attitudes toward homosexuals. *Personality and individual differences*, 49[6], 587-592;
17. SEARS, D. O., & HENRY, P. J. [2003]. The origins of symbolic racism. **Journal of personality and social psychology**, 85[2], 259-275.
18. SIDANIUS, J. & PRATTO, F. [2003]. Social dominance theory and the dynamics of inequality: A reply to Schmitt, Branscombe, & Kappen and Wilson & Liu. **The British Journal of Social Psychology**, 42, 207-213.
19. PRATTO, F., SIDANIUS, J., STALLWORTH, L. M., & MALLE, B. F. [1994]. Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. **Journal of Personality and Social Psychology**, 67[4], 741-763.
20. PAPPAS, S. [2012]. **Live Sciences** [<https://www.livescience.com/18132-intelligence-social-conservatism-racism.html>]. Acessado em 15/08/2021.
21. HERBERT, W. [2014]. **Association for Psychological Science**. Disponível em: [<https://www.psychologicalscience.org/news/were-only-human/is-racism-just-a-form-of-stupidity.html>].

22. ONRAET, E., HIEL, A. V. DHONT, K. HODSON, G. SCHITTEKATTE, M. & S. DE PAUW. [2015]. The Association of Cognitive Ability with Right-wing Ideological Attitudes and Prejudice: **A Meta-analytic Review** *European Journal of Personality*, Eur. J. Pers. 29: 599–621.
23. FORSCHER, P. S., & KTEILY, N. S. [2020]. A psychological profile of the alt-right. **Perspectives on Psychological Science**, 15[1], 90-116;
24. LYONS-PADILLA, S., GELFAND, M. J., MIRAHMADI, H., FAROOQ, M., & VAN EGMOND, M. [2015]. Belonging nowhere: Marginalization & radicalization risk among Muslim immigrants. **Behavioral Science & Policy**, 1[2], 1-12;
25. SWANN JR, W. B., JETTEN, J., GÓMEZ, Á., WHITEHOUSE, H., & BASTIAN, B. [2012]. When group membership gets personal: A theory of identity fusion. **Psychological review**, 119[3], 441-456.
26. GREITEMEYER, T. [2012]. Boosting one's social identity: Effects of social exclusion on ethnocentrism. **Basic and applied social psychology**, 34[5], 410-416.
27. TAJFEL, H. [Ed.] [2010]. **Social identity and intergroup relations**. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
28. WEBBER, D., BABUSH, M., SCHORI-EYAL, N., VAZEOU-NIEUWENHUIS, A., HETTIARACHCHI, M., BÉLANGER, J. J., MOYANO, M., TRUJILLO, H. M., GUNARATNA, R., KRUGLANSKI, A. W., & GELFAND, M. J. [2018]. The road to extremism: Field and experimental evidence that significance loss-induced need for closure fosters radicalization. **Journal of personality and social psychology**, 114[2], 270-285.
29. ALIZADEH, M., WEBER, I., CIOFFI-REVILLA, C., FORTUNATO, S., & MACY, M. [2019]. **Psychology and morality of political extremists**: Evidence from Twitter language analysis of alt-right and antifa. *EPJ Data Science*, 8[17]. Disponível em: <https://doi.org/10.1140/epjds/s13688-019-0193-9>.
30. LITTMAN, R., & PALUCK, E.L. [2015]. The cycle of violence: Understanding individual participation in collective violence. **Political Psychology**, 36, 79-99;
31. BERGH, R., AKRAMI, N., SIDANIUS, J., & SIBLEY, C.G. [2016]. Is group membership necessary for understanding generalized prejudice? A re-evaluation of why prejudices are interrelated. **Journal of personality and social psychology**, 111[3], 367-395.
32. KRUGLANSKI, A., JASKO, K., WEBBER, D., CHERNIKOVA, M., & MOLINARIO, E. [2018]. The making of violent extremists. **Review of General Psychology**, 22[1], 107-120;
33. DOOSJE, B., VAN DEN BOS, K., LOSEMAN, A., FEDDES, A. R., & MANN, L. [2012]. “My in-group is superior!”: Susceptibility for radical right-wing attitudes and behaviors in Dutch youth. **Negotiation and Conflict Management Research**, 5[3], 253-268.
34. MCCAULEY, C., & MOSKALENKO, S. [2008]. Mechanisms of political radicalization: Pathways toward terrorism. **Terrorism and political violence**, 20[3], 415-433.

35. KUNST, J.R., DOVIDIO, J.F., & THOMSEN, L. [2019]. Fusion with political leaders predicts willingness to persecute immigrants and political opponents. **Nature Human Behaviour**, 3[11], 1180-1189.
36. DUGAS, M., BÉLANGER, J. J., MOYANO, M., SCHUMPE, B. M., KRUGLANSKI, A. W., GELFAND, M. J., TOUCHTON-LEONARD, K., & NOCITI, N. [2016]. The quest for significance motivates self-sacrifice. **Motivation Science**, 2[1], 15-32.
37. TAROUCO, G. S & R. M. MADEIRA. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: Análise de um expert survey. [2015]. Artigo, Encarte Digital 2 • **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** 15 (1). Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.1.18077>.
38. AHN, WOO-YOUNG, KISHIDA, K. T., GU, X., LOHRENZ, T., HARVEY, A., ALFORD, J. R. SMITH, K. B. YAFFE, G., HIBBING, J. R. DAYAN, P. & P. R. MONTAGUE. [2014]. Nonpolitical Images Evoke Neural Predictors of Political Ideology. **Current Biology** 24, 2693–2699. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cub.2014.09.050>
39. KANAI, R., FEILDEN, T, FIRTH, C. & G. REES. [2011]. Political Orientations Are Correlated with Brain Structure in Young Adults. **Current Biology**, 21. Pp.677-680. DOI: 10.1016/j.cub.2011.03.017.
40. MONBIOT, G. [2016], “Neoliberalism – the ideology at the root of all our problems”. **The Guardian**, 15 April, <https://www.theguardian.com/books/2016/apr/15/neoliberalism-ideology-problem-george-monbiot>. Acessado em 10/08/2021.
41. GERMAN M. & PANDURANGA, H. [2021]. How to Combat White Supremacist Violence? Avoid Flawed Post-9/11 Counterterrorism Tactics. Attempts to expand government powers and to predict violence based on beliefs remain ineffective. **Brennan Center for Justice**. Series 11Sept at 20. <https://www.brennancenter.org/our-work/analysis-opinion/how-combat-white-supremacist-violence-avoid-flawed-post-911>. September 1, 2021. Acessado em 01/09/2021.

ANEXO



SOBRE O ORGANIZADOR

CARLOS COLECT



- ✚ Nasceu em 1982, em Castro, Paraná, Brasil. Em 1995, mudou-se com sua família para Curitiba, capital do estado. Logo após a mudança, percebeu seu dom musical e, desde então, esteve envolvido com atividades voltadas ao ensino e ações sociais em comunidades cristãs e judaicas.
- ✚ É Psicanalista clínico (ANPC-PC06724);
- ✚ Bacharel em Filosofia e Teologia;
- ✚ Especialista em Psicanálise na Saúde Mental;
- ✚ Pós-graduado em Psicopedagogia e Ciências da Religião;
- ✚ Colunista nos sites de notícias Manchete Litoral e Paraná Praia;
- ✚ Escritor; Músico; Professor e Palestrante;
- ✚ Autor do livro psicofilosófico *O Éden Perdido: onde está o teu paraíso?*, publicado pela editora CRV – Ctba (2020);
- ✚ Diretor de Departamento da Secretaria de Saúde de Pontal do Paraná – PR; Sócio-fundador e Diretor da Foss & Colect – Clínica e Estudos Integrados (www.clinicafossecolect.com);
- ✚ Mais de 15 anos de experiência no trabalho de Desenvolvimento Humano, atuando em diversos espaços, como em casas de recuperação/comunidades terapêuticas (Centro de Apoio Shalém, PRECAVVIDA - Curitiba) e como agente pastoral na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e no Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz, pela PUC-PR.
- ✚ Contato: carloscolect@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

ARIANE P. FELTRIN BARTH



- ✚ Empresária;
- ✚ Bacharel em Administração de Empresas;
- ✚ Bacharel em Direito;
- ✚ Advogada;
- ✚ Pós graduada em Direito Constitucional.

BERNADETE IACIUK



- ✚ Bacharel em Ciências Políticas;
- ✚ Graduanda em Tec. de Gestão Pública;
- ✚ Diretora de Recursos Humanos, Prefeitura municipal de Pontal do Paraná.

CAROLINE WILLRICH



- ✚ Bacharel em Relações Internacionais;
- ✚ Mestre em Turismo Sustentável e Promoção da Paz;
- ✚ Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável;
- ✚ Atua como indigenista especializada na Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

ANDRÉ LUIS PULLIG VIANA



- ✚ Bacharel em Filosofia e em Teologia.
- ✚ Psicanalista Clínico.
- ✚ Especialista em Língua Portuguesa e Literatura; em Psicanálise Clínica; e Psicopedagogia.
- ✚ Mestre em Teologia. Dr. Honoris Causa em Filosofia e Literatura; em Psicanálise Clínica; em Educação; e em Comunicação Social.
- ✚ Presidente da Academia de Letras do Brasil-DF. Presidente da Academia Brasileira de Psicanálise.
- ✚ Integra diversos sodalícios e Autor de 8 livros.



DIONÍSIO FLEITAS MAIDANA

- ✚ Filósofo, mestre e doutor em Psicanálise;
- ✚ Mestre em Teologia, psicopedagogo e alkimista.
- ✚ Fundador da ANPC (Associação Nacional de Psicanálise, 1995).
- ✚ Atualmente, atua como conferencista e ministra cursos pelo Brasil.



EDICÉLIA MARIA DOS SANTOS DE SOUZA

- ✚ Mestre em Educação pela Unisal Mestre em Educação pela UFPR;
- ✚ Doutora em Educação pela UNISAL;
- ✚ Gestora do Projeto Afrolip e tutora do curso em Erer na prefeitura de Pontal do Paraná;
- ✚ Presidente do Cmpir de Pontal do Paraná.
- ✚ Avaliadora de artigos científicos da revista Expectativa da Unioeste.

FERNANDO LOPES



- ✚ Advogado;
- ✚ Estudou dois anos de teologia na Faculdade Batista do Paraná e quatro anos de hebraico e aramaico bíblico na universidade hebraica de Jerusalém.
- ✚ Foi professor de Direito Penal e Processo Penal na Universidade Tuiuti do Paraná.
- ✚ Possui ainda formação na área tecnológica, sendo empreendedor no setor.
- ✚ Atualmente leciona duas disciplinas sobre a tecnologia *blockchain* na pós-graduação da EA Banking School.



UBIRATÃ ASSIS TEIXEIRA DA SILVA

- ✚ Professor Associado IV;
- ✚ Universidade Federal do Paraná.

